

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

RICARDO ZORTÉA VIEIRA

LEMBRAI-VOS DA GUERRA.

Ameaça Geopolítica, Organização do Estado e Desenvolvimento Econômico no
Pensamento Militar Brasileiro (1913 – 1964)

RIO DE JANEIRO

2013

RICARDO ZORTÉA VIEIRA

LEMBRAI-VOS DA GUERRA.

**Ameaça Geopolítica, Organização do Estado e Desenvolvimento
Econômico no Pensamento Militar Brasileiro (1913 – 1964)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. José Luís da Costa Fiori.

Rio de Janeiro

2013

FICHA CATALOGRÁFICA

V657 Vieira, Ricardo Zortéa.

Lembraí-vos da guerra : ameaça geopolítica, organização do Estado e desenvolvimento econômico no pensamento militar brasileiro (1913 - 1964) / Ricardo Zortéa Vieira. -- 2013.

261 f. ; 31 cm.

Orientador: José Luís da Costa Fiori.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2013.

Bibliografia: f. 132-140.

1. Militares - Pensamento. 2. Geopolítica. 3. Desenvolvimento econômico.

I. Fiori, José Luis da Costa. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia.

III. Título.

CDD 320.12

FOLHA DE APROVAÇÃO

RICARDO ZORTÉA VIEIRA

LEMBRAI-VOS DA GUERRA: AMEAÇA GEOPOLÍTICA, ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO PENSAMENTO MILITAR BRASILEIRO.

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL.

BANCA EXAMINADORA:

PROF. DR. JOSÉ LUÍS DA COSTA FIORI (ORIENTADOR)

PROF. DR. RAPHAEL PADULA

PROF. DR. DARC ANTONIO DA LUZ COSTA

DEZEMBRO/2013

Para meus pais.

“Então que todos os profetas armados venceram, e todos os profetas desarmados foram destruídos”.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe.

RESUMO.

O objetivo da pesquisa é identificar novas possibilidades de estudo sobre os processos paralelos e relacionados de concentração de poder e industrialização no Brasil entre os anos 1930 e 1980, ou a “Era Desenvolvimentista”. Para tanto, inicialmente realizamos uma breve revisão das explicações dominantes sobre essa fase histórica, e buscamos detectar, a luz das contribuições da Economia Política Internacional para o entendimento dos processos análogos de construção nacional na Europa, algumas de suas limitações fundamentais. Argumentamos então que tais limitações advêm da exclusão de um ator fundamental durante o desenvolvimentismo brasileiro, as elites militares, e de suas preocupações geopolíticas. A partir desse elemento, formulamos nossa hipótese de pesquisa, que se refere à articulação, na tradição brasileira de pensamento militar compreendida entre 1913 e 1964, de uma leitura de ameaça geopolítica centrada principalmente nas rivalidades continentais de um lado e recomendações para a área política e econômica baseadas na concepção orgânica de Estado e na industrialização autárquica de outro. Em seguida, na pesquisa empírica, buscamos comprovar essa hipótese, reconstruindo a referida tradição primeiro na sua fase inicial elaborada nas edições da Revista Defesa Nacional publicadas entre 1913 e 1964, e em seguida nas obras de oficiais integrantes da elite militar do período desenvolvimentista, bem como em documentos da Escola Superior de Guerra. Finalmente, encerramos com algumas hipóteses e direções de pesquisa que permitam explorar a “variável militar” nas pesquisas sobre a era desenvolvimentista brasileira.

ABSTRACT

The objective of this research is to identify new possibilities of study on the parallel and related processes of power accumulation and industrialization in Brazil between the 1930s and 1980s, or the “Developmental Era”. In order to do so, we initially make a brief review of the main explanations about this historical phase, and seek to detect, in light of the contributions of the International Political Economy to the understanding of the analogous processes of nation building in Europe, some of its fundamental limitations. We then argue that such limitations come from the exclusion of a fundamental actor during the Brazilian developmentalism, the military elites, and their geopolitical preoccupations. From such element, we formulated our research hypothesis, which refers to the connection, in the Brazilian tradition of military thought, comprehended between 1913 and 1964, of a geopolitical threat view centered mainly on continental rivalries on one side, and recommendations for the political and economic areas based on the organic conception of State and the autarchic industrialization on the other. Following this, in the empirical research, we seek to sustain this hypothesis, rebuilding the referred tradition at first in its initial phase elaborated in the National Defense Review editions published between 1913 and 1930, and then in the works of military officials members of the military elite of the developmental period, as well as in documents of the Escola Superior de Guerra. Finally, we close with some hypothesis and research directions that allow the exploration of the “military variable” in researches about the developmental era in Brazil.

Sumário

Introdução	10
CAPÍTULO 1: O Entendimento sobre a Construção Nacional no Brasil e na Europa e a Questão do Papel dos Militares	12
1.1.As Explicações Brasileiras	12
1.2.A Interrelação entre as dimensões do processo de construção nacional dentro da visão sistêmica e de longa duração da Economia Política Internacional	22
1.3.A Variável Perdida: As Bases Geopolíticas da Atuação das Elites Militares Durante o Estado Desenvolvimentista	29
CAPÍTULO 2: A Revista Defesa Nacional e o Pensamento Militar Brasileiro entre 1913 e 1930	36
2.1. O Exército e o Tabuleiro Geopolítico do Prata entre o Final do Século XIX e o Início do Século XX	37
2.2.O Pensamento Militar da Revista Defesa Nacional (1913 – 1930) .	43
CAPÍTULO 3: Da Doutrina Góes – Travassos à Doutrina de Segurança Nacional – O Pensamento Militar entre 1930 e 1964	77
3.1.O Tabuleiro do Prata, as Forças Armadas e Política Interna entre os anos 1930 e 1950.	79
3.2.O Pensamento Militar dos Anos 1930: A Doutrina Góes – Travassos	86
3.3.O Elo Perdido: A Geopolítica de Lysias Rodrigues	100
3.4.A Doutrina de Segurança Nacional	107
Considerações Finais	127
Bibliografia e Fontes.....	132

INTRODUÇÃO.

Entre a Revolução de 1930 e a década de 1980, o Brasil passou por um processo de industrialização e urbanização que foram uma experiência virtualmente sem paralelo na América Latina pela sua intensidade e extensão. Simultaneamente, se formou o Estado nacional brasileiro, com a instituição de laços de poder diretos entre a autoridade central e a população e o território, previamente desarticulados e submetidos em grande parte ao arbítrio dos poderes locais.

Ao se observar as características desses processos, geralmente classificados genericamente como constituindo o fenômeno da “construção nacional”, e de “Era Desenvolvimentista” na terminologia brasileira, pode-se verificar um grande contraste com a experiência europeia, em que a formação do Estado veio acompanhada da redução da coerção interna, da disseminação das instituições e da ideologia liberal, e da liderança em termos de poder e riqueza dentro do sistema interestatal¹. Aqui, ao contrário, a consolidação do Estado nacional se processou com altas doses de autoritarismo e repressão interna, além não ter logrado fazer o país superar sua posição marginal no sistema, revelando-se assim uma espécie de fracasso.

No campo intelectual, esse aparente fracasso levou à decepção generalizada entre as correntes teóricas que haviam simultaneamente buscado explicar o fenômeno do “desenvolvimentismo”, previsto a ascensão brasileira e proposto linhas de ação, levadas à cabo tanto pelo governo quanto pelas forças políticas nacionais. Entretanto, apesar dessa decepção, e do beco sem saída em que chegaram, essas correntes continuam a influenciar, senão a dominar, nossa percepção sobre as origens e as causas tanto do fracasso quanto do próprio colapso do Estado desenvolvimentista .

¹ Na ciência política e na sociologia política o termo construção nacional é ocasionalmente utilizado como sinônimo de formação do Estado, e assim analiticamente distinguível dos processos de acumulação de capital e industrialização. Aqui, utilizaremos esse termo, nos baseando na Economia Política Internacional (campo no qual se insere o nosso trabalho), para denotar justamente a integração entre os processos de formação do Estado, acumulação de capital e ascensão no sistema interestatal.

Com isso em mente, nosso objetivo final nessa dissertação é contribuir para a abertura de um novo caminho de interpretação para esses processos paralelos de industrialização e centralização política, ou de Construção Nacional, sintetizados nas expressões “Estado desenvolvimentista” ou “desenvolvimentismo”, o que buscaremos fazer identificando uma possível variável alternativa às explicações dominantes sobre o tema. Essa tarefa será realizada em três capítulos, mais a conclusão.

No primeiro capítulo, inicialmente passaremos em revista as explicações brasileiras clássicas sobre o tema, buscando identificar suas eventuais omissões. Em seguida, buscaremos na leitura da economia política internacional sobre o processo de construção nacional dentro da evolução do sistema interestatal novas variáveis que poderiam enriquecer a análise sobre o caso brasileiro. Finalmente, na terceira parte, nos concentraremos em uma dessas variáveis, que antecipamos aqui ser o papel das elites militares e seus interesses e preocupações centrais sobre o Estado desenvolvimentista, o que nos permitirá formular nossa hipótese de pesquisa justamente sobre determinadas características do pensamento militar brasileiro, a ser comprovada nos capítulos seguintes. Assim, no segundo capítulo, analisaremos a evolução da tradição de pensamento militar da sua origem, com a fundação da Revista Defesa Nacional em 1913, até a Revolução de 30. No terceiro, por sua vez, nos dedicaremos a etapa compreendida entre as décadas de 1930 e 1950, quando vários oficiais formados nessa tradição chegaram ao poder de Estado. Finalmente, na conclusão, com base nos elementos levantados na pesquisa, iremos apontar de forma sumária algumas possíveis hipóteses e direções de pesquisa sobre o Estado desenvolvimentista no Brasil.

CAPÍTULO I. O ENTENDIMENTO SOBRE A CONSTRUÇÃO NACIONAL NO BRASIL E NA EUROPA E A QUESTÃO DO PAPEL DOS MILITARES.

Nesse capítulo, iremos realizar uma revisão de algumas das principais teses do campo de estudos em que se insere a nossa pesquisa. Essa revisão não se propõe, obviamente, a ser exaustiva, e deve se concentrar em algumas obras selecionadas que consideramos representativas de suas respectivas correntes teóricas. Nosso objetivo é, ao final do capítulo, formular uma hipótese empírica que, a ser confirmada nas partes seguintes, possa abrir um novo caminho de pesquisa que permita jogar luz sobre as origens, evolução e crise do Estado desenvolvimentista.

O Capítulo se divide em três partes. Na primeira, passaremos em revista as teses clássicas formuladas sobre o processo de construção nacional no Brasil, ou sobre o “Estado Desenvolvimentista”, buscando identificar eventuais insuficiências e omissões que possam abrir caminho para o avanço das pesquisas no tema. Na segunda, iremos apresentar a visão de determinada vertente da EPI que articula a construção nacional à evolução do sistema interestatal na longa duração, buscando assim levantar variáveis que passaram ao largo do enfoque praticado nas explicações brasileiras. Finalmente, na terceira parte, nos concentraremos no perfil daquela que parece ser a maior dessas omissões, que é justamente o papel das elites militares dentro do Estado desenvolvimentista.

1.1: As explicações brasileiras.

Ao contrário do que veremos no caso da visão da EPI sobre a construção nacional, no caso da literatura brasileira as diversas dimensões desse tema aparecem de forma desarticulada. Assim, a questão da acumulação de capital, geralmente entendida como industrialização, processada entre os anos 1930 e 1970 é vista pela corrente estruturalista como um processo essencialmente econômico e parcialmente autônomo da influência política. Nesse sentido, essas teses não buscam explicar a outra face do problema, ou seja, as motivações do Estado, apenas ressaltando os

impactos de suas iniciativas sobre a industrialização. Outras correntes, por sua vez, articulam a visão econômica com uma interpretação sobre o caráter do Estado durante a fase de construção nacional. Tais análises buscam assim conectar as bases das motivações do Estado com as suas iniciativas modernizantes e industrializantes, e, em alguns casos, com o próprio processo de expansão de suas atividades ou concentração de poder interno.

Nessa seção, primeiramente abordaremos a explicação estruturalista e posteriormente aquelas que incorporam a dimensão política na análise (desde o modelo democrático burguês até a caracterização do Estado desenvolvimentista fornecida por José Luís Fiori). Obviamente, não iremos procurar na exposição fornecer uma análise detalhada, mas apenas ressaltar as opções centrais dos autores. Além disso, como a concepção teórica do desenvolvimento nelas contidas é ligada a explicação histórica sobre o processo brasileiro, não poderemos escapar a uma apresentação sintética de ambas as dimensões do pensamento das correntes revistas.

1.1.1: A Industrialização como Fenômeno Econômico: As Teses Estruturalistas.

A explicação estruturalista para a industrialização brasileira é referenciada na sua concepção de desenvolvimento e subdesenvolvimento, que seriam essencialmente econômicos, baseados no aumento da produtividade.

De acordo com os estruturalistas, o processo de desenvolvimento tem como impulso inicial os investimentos dos empreendedores capitalistas, que leva a demanda por trabalho a exceder a oferta. Isso aumenta o poder de barganha relativo dos trabalhadores, que conseqüentemente passam a obter ganhos salariais substanciais. Dada essa situação, e de modo a preservar os lucros, os capitalistas tem um incentivo para a inovação técnica e produtiva, e para investir maciçamente em máquinas e equipamentos, num esforço para poupar mão-de-obra. Apesar de esse movimento resultar no desemprego tecnológico, as vagas geradas pelo setor de bens de capital instalado devido aos investimentos absorveriam a mão-de-obra poupada pelo restante da economia. Com isso, o setor de bens de capital, ou seja, os próprios investimentos, se torna um grande gerador de empregos e mercado

consumidor, e em um impulso endógeno para o desenvolvimento. Essa situação, que tem como ponto final uma economia de alta produtividade homogeneamente distribuída, é aquela que caracteriza os chamados países desenvolvidos².

Ocorre que a situação brasileira (e latino-americana) seria inversa com relação a esse modelo. Aqui, a economia é dominada por um setor primário dependente da demanda externa. Apesar de esse segmento ser de alta produtividade, ele sofre com as alterações cíclicas, e mesmo nas fases de expansão, não é suficiente para absorver completamente o crescimento na oferta de mão-de-obra. O excedente estrutural de trabalho que surge por consequência leva a um reduzido poder de barganha dos trabalhadores, o que tem duas consequências: Em primeiro lugar, o achatamento de salários, e em segundo lugar, a ausência do incentivo para o investimento e o progresso técnico, o que levaria à estagnação no nível de produtividade e a atrofia do setor de bens de capital. Na realidade, o pouco ganho de produtividade periférico ainda seria expropriado parcialmente pelo centro, devido à tendência à deterioração dos termos de troca, em última análise causada pelo diferencial na oferta de mão-de-obra, e de salários, nos dois polos do sistema. Finalmente, a ausência da indústria de bens de investimento levaria a uma perpetuação da dependência mesmo quando o país há havia superado a centralidade da demanda externa, impedindo um processo endógeno de acumulação de capital³. Em resumo, a situação brasileira, enquanto país subdesenvolvido, seria de baixa produtividade desigualmente distribuída e falta de uma dinâmica autônoma de desenvolvimento.

O processo de industrialização brasileira, na corrente cepalina, é visto como a solução para essa situação de subdesenvolvimento. Isso aconteceria através da absorção da mão-de-obra excedente pelo setor industrial, o que levaria ao aumento dos salários, ao crescimento do mercado interno e a superação da dependência do mercado externo, além de uma distribuição mais homogênea da produtividade. Além disso, quando a indústria contasse com um setor de bens de capital, os próprios investimentos representariam o elemento

² Furtado, 1961; Mantega, 1984.

³ SUZIGAN, 2000.

dinâmico da economia, levando a um processo de desenvolvimento endógeno e autossustentado⁴.

De acordo com os estruturalistas, a primeira fase desse processo começou entre o final do século XIX e o início do século XX, quando o crescimento da economia cafeeira e a abolição da escravidão levaram a um aumento da disponibilidade de capital para os investimentos na indústria, além de divisas necessárias para a importação de máquinas e equipamentos e um mercado interno para o escoamento dos produtos. Entretanto, nessa fase a indústria seria ainda dependente da demanda criada pelo setor agroexportador, e não teria se convertido no eixo central da economia⁵.

A situação somente mudaria após 1930, quando a fase de baixa no ciclo exportador não ocasionou a redução maciça no emprego e salário que teria destruído a indústria, devido a política de sustentação de demanda levada a cabo pelo governo. Além disso, a demanda mantida não foi ocupada pelos produtos importados devido à escassez de divisas causada pela baixa dos preços do café⁶. Dado que a indústria nacional, nessa época, já contava com um nível de desenvolvimento razoável, ela pode substituir os itens importados durante o contexto de restrição da capacidade de importar. Posteriormente, quando os preços se recuperaram, a guerra e a adoção de medidas de proteção do mercado e subsídios à indústria levaram a que esse setor mantivesse o crescimento e substituísse o agroexportador como principal gerador de demanda da economia. A partir de então, a agroexportação, ao invés de elemento econômico dinâmico, passou a ter como papel o fornecimento de divisas para a importação de insumos e bens de capital para a indústria. Finalmente, a necessidade de importação de bens de capital, último grande elo da dependência que impediria uma acumulação endógena, começou a ser equacionado após 1955, com a instalação da indústria pesada, processo que se estenderia pelas décadas seguintes⁷.

⁴ MANTEGA, 1984.

⁵ TAVARES, 1972; SUZIGAN, 2000.

⁶ FURTADO, 1963.

⁷ SUZIGAN, 2000; TAVARES, 1972.

Como se vê dessa explicação esquemática, o estruturalismo entende o processo de desenvolvimento como sendo essencialmente econômico, estando ligado ao aumento da produtividade, viabilizada pela implantação de um polo dinâmico que faria a economia superar seu caráter reflexo e tornar-se auto impulsionada. As causas desse processo, por sua vez, são em parte também econômicas, ligadas ao crescimento do setor agroexportador e depois ao choque externo, e em parte políticas, no que se refere a proteção tarifária e cambial, bem como aos subsídios, à indústria. Entretanto, a análise cepalina se restringe a apontar os efeitos econômicos das políticas, e nunca faz realmente um estudo sobre o caráter e as motivações do Estado, apenas presumindo ser seu interesse geral a promoção da industrialização⁸. Dado o foco dos próprios estruturalistas nessa agenda, tal presunção, sem uma análise política correspondente, tinha potencial para levar a decepção com os rumos tomados pelo Estado, como realmente aconteceu após o golpe de 1964 e na ditadura que se seguiu.

1.1.2: As Teses sobre o Estado Desenvolvimentista.

Entre os anos 1930 e 1970, a grande rival do estruturalismo na explicação do processo de transformação estrutural pelo qual o país passava foram as correntes marxistas. E foram elas as primeiras a fazer uma análise também política do desenvolvimentismo brasileiro.

O pioneirismo entre as correntes marxistas, por sua vez, foi o chamado “Modelo Democrático – Burguês”. Basicamente, esse modelo partia de uma caracterização da estrutura do campo brasileiro, que se dividiria em um setor agroexportador escravista e outro dominado por relações feudais de produção. Além disso, o segundo sistema seria, inclusive pelos reflexos cíclicos pelos quais passava a economia brasileira dada a dependência da demanda externa, muito maior do que o primeiro.

⁸ Como coloca Fiori (1999), pg. 26: “O Problema é que o ‘Estado’ dos desenvolvimentistas foi sempre uma abstração que ora aparecia como construção ideológica idealizada, ora era transformado pela teoria ‘numa dedução lógica ou num mero ente epistemológico requerido pela estratégia de industrialização, sem que se tomasse em conta a natureza das coalizões de poder em que se sustentava”.

Como havia ocorrido na Europa, o feudalismo brasileiro seria um grande entrave ao desenvolvimento, concebido basicamente como um processo industrializante, por resultar na atrofia do mercado interno e encarecer os custos das matérias – primas para o setor fabril. Não bastassem esses problemas, o feudalismo ainda estaria aliado com os interesses imperialistas, que dominavam o pequeno mercado doméstico e extraíam o excedente econômico nacional, o que bloquearia a capitalização e os investimentos da indústria.

O subdesenvolvimento causado pela coalizão política entre o latifúndio feudal e o imperialismo seria todavia superado por uma outra aliança, constituída pela burguesia nacional e o proletariado. A burguesia se oporia ao latifúndio por querer reduzir os custos da matéria-prima, e por querer ampliar o mercado interno, e ao imperialismo por ter interesse em explorar esse mercado exclusivamente. A sua aliança com o proletariado, por sua vez, seria viabilizada pois o mesmo objetivo de ampliação do mercado interno coincidiria com o interesse dos trabalhadores por melhores salários. A burguesia brasileira teria assim um caráter nacional e democrático, e seria a mola propulsora tanto da autonomia e da independência nacional quando da industrialização e da ampliação da riqueza. É esse caráter da burguesia a que se atribui o surgimento do desenvolvimentismo, uma vez que ela já seria a classe dominante dentro do Estado brasileiro desde 1930, ainda que não tivesse logrado ainda eliminar as suas rivais feudais e imperialistas⁹.

O otimismo do modelo democrático – burguês foi fortemente contestado após 1964, o que levou a uma reformulação da concepção de desenvolvimento no marxismo brasileiro. O primeiro esforço nesse sentido veio em 1967, com o trabalho de Caio Prado Junior, que contestava a tese do feudalismo brasileiro, e advogava que o campo no país sempre fora capitalista, e dessa forma não havia oposição de classe entre os latifundiários feudais e a burguesia nascente. Entretanto, Caio Prado não formulou uma teoria completa, que depois seria desenvolvida pelos teóricos da dependência.

⁹ Ver Sodré, 1967 & 1978.

A Teoria da Dependência foi exposta no trabalho de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, publicado em 1969, e intitulado “Dependência e Desenvolvimento na América Latina”¹⁰. Nessa obra, os autores elegem como interlocutor central, devido à sua vinculação institucional, não os demais marxistas, mas a própria escola estruturalista. Sua crítica à interpretação cepalina do desenvolvimentismo é justamente, na voga do golpe, de que os seus integrantes não se deram ao trabalho de realizar uma análise política, e acabaram incorrendo em automatismos econômicos. Entretanto, ao contrário de Caio Prado, os dependentistas propuseram uma alternativa ao modelo cepalino.

A construção dessa alternativa se baseia na distinção entre subdesenvolvimento, que eles caracterizam da mesma forma que o estruturalismo (baixa produtividade heterogeneamente distribuída), periferia (que se referiria a posição na divisão internacional do trabalho) e dependência. Essa última seria uma relação integral que passaria pela “condições de existência e funcionamento do sistema econômico e político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo”¹¹. Em outras palavras, se abre espaço para o impacto das classes e grupos internos, bem como seus interesses, sobre o desenvolvimento e a subordinação internacional.

Uma consequência direta do novo conceito de dependência é a ruptura com o automatismo presente no argumento estruturalista da industrialização através do choque externo. De acordo com os dependentistas, um país poderia absorver o choque externo de diversas formas, e se iria ou não iniciar um processo industrializante era decorrência da estrutura interna de classes. E seria essa estrutura que permitiu que o Brasil, ao invés dos demais países latino-americanos, realizasse a sua industrialização.

Ocorre que a estrutura de classes brasileiras era caracterizada, até os anos 1920, pelo que Cardoso e Faletto denominaram “confederação de oligarquias”, em que nenhum polo regional dominava os demais, como

¹⁰ Ver Cardoso & Faletto, 2004

¹¹ Idem, pg. 40.

acontecia, por exemplo, com a burguesia mercantil portenha na Argentina. O Brasil ainda conjugava essa situação de descentralização com a ascensão das classes médias, dos industriais e dos tenentes. Assim, quando a crise de 1929 veio, os novos segmentos sociais, descontentes com o status quo, puderam contar com a aliança de algumas oligarquias periféricas para eliminar a hegemonia paulista da política nacional.

A marginalização de São Paulo foi central por diversos fatores. Em primeiro lugar, viabilizou o confisco cambial que seria central para o financiamento da indústria na chamada “fase fácil” de substituição de importações. Em segundo, ao permitir a inclusão das massas na coalizão de poder, via política populista, o novo regime garantiu mercado para as indústrias nascentes, mercado esse que se esforçou para proteger através de tarifas alfandegárias e subvenções cambiais. Tudo isso garantiu que a oportunidade dada pelo choque externo não fosse, como em outros países, perdida, e o Brasil passasse por um processo de industrialização acelerado, que seguiu sem grandes rupturas até os anos 1950. Nesse período, a implantação da indústria pesada e de bens duráveis necessitou num aumento substancial dos investimentos, que não mais poderiam ser garantidos apenas pelo confisco cambial. A única opção para a continuidade da industrialização passou a ser o apelo ao capital estrangeiro, e a submissão às suas exigências, como a política econômica concentradora de renda necessária para criar um mercado interno para os bens duráveis por ele produzidos.

A teoria da dependência busca avançar com relação aos postulados da CEPAL ao incluir na análise a questão do Estado e dos interesses que o sustentam. Todavia, para conseguir esse objetivo, os dependentistas apenas incluíram no esquema cepalino tradicional o interesse de classe. Em última análise, no esquema dependentista, as opções são ainda realizadas em função dos constrangimentos econômicos (e, em alguns casos, tecnológicos) , apenas mediada através do interesse dos grupos que lideram a coalizão de poder do Estado.

Dentre todos os autores que procuram analisar a dimensão política do desenvolvimentismo, todavia, provavelmente o que mais articula o caráter do

Estado com seu ímpeto centralizador e industrializante é José Luís Fiori¹². O autor identifica três bases fundamentais para o Estado desenvolvimentista: A quebra do padrão ouro, o que forneceu ao Estado o poder de arbitrar o valor da moeda, as margens de rentabilidade e a distribuição dos lucros; a pressão social advinda dos novos agentes, nomeadamente o operariado e as classes médias urbanas, e o dissenso intraoligárquico. Nessas circunstâncias, a recusa do Estado em assumir o novo papel de árbitro da acumulação, a sua incapacidade em absorver minimamente as reivindicações da base, ou conciliar os interesses em disputa da oligarquia ameaçariam a estabilidade e a própria unidade nacional.

Essa situação resultou em uma delegação, de modo a equacionar os desafios, das oligarquias em prol do Estado, que passou a ser o árbitro de seus dissensos. Todavia, tal arbitragem se faria dentro dos limites impostos pela própria delegação, no qual reformas estruturais para contentar as pressões da base ou a permissão para as forças de mercado atuarem estaria fora de cogitação. Assim, o Estado desenvolvimentista se caracterizou por responder as reivindicações populares com um misto de repressão e tentativa de assimilação parcial, esta última operacionalizada através da política industrializante. Tal política, por sua vez, encontrava limitações não somente na inviabilidade das reformas estruturais, mas na necessidade que o Estado tinha para, em troca da obtenção de apoio político, garantir a reprodução econômica das oligarquias, o que assegurava a sobrevivência de setores de baixa produtividade e rentabilidade real.

A reprodução econômica, via Estado, dos setores partícipes da coalizão de poder levou a um padrão politizado de acumulação, no qual cada crise, de origem externa ou interna, resultava em um duplo movimento. Por um lado, diante da pressão externa, os segmentos da classe dominante buscavam ampliar seu controle sobre o determinado segmento do Estado que controlavam, através, por exemplo, dos anéis burocráticos. Isso internalizava dentro do aparato de Estado os conflitos econômicos que em outra situação se dariam no mercado, e forçava, de modo a conciliar os interesses em disputa,

¹² Ver Fiori, 2003

um segundo movimento, em que se ampliava a atuação pública como um todo sobre a sociedade. A cada novo ciclo político, então, se acentuava ao mesmo tempo a balcanização do Estado e sua extensão. Fiori lembra, todavia, que tais movimentos não impediram que existisse um polo central que tentasse, diante das tendências centrífugas, implantar uma estratégia geral.

A crise do Estado desenvolvimentista veio justamente quando a solução de centralização de poder, industrialização e balcanização chegou ao seu limite, ao mesmo tempo em que apareceram novos constrangimentos externos. Nomeadamente, a dolarização da economia, o que retirou do Estado a sua capacidade de contentar os diversos segmentos através do padrão politizado de acumulação, operacionalizado através da manipulação das margens de rentabilidade. Nesse momento, os interesses sociais abandonam o Estado desenvolvimentista, abrindo espaço para a liberalização que se seguiu.

1.1.3. Conclusão.

Nessa seção, buscamos apresentar de forma esquemática as principais explicações sobre o era desenvolvimentista brasileira. Iniciamos com o pensamento estruturalista, que se concentra sobre uma de suas faces, o processo de industrialização, que é atribuído a elementos econômicos, como o choque externo, e ao impacto de determinadas iniciativas estatais. A lacuna central nessa explicação é ausência de uma análise do Estado, que as teses que revisamos em seguida se propõem a preencher. As primeiras dessas análises derivam diretamente do interesse de classe, seja no modelo democrático-burguês seja na Teoria da Dependência. Finalmente, passamos em revista as teses de José Luís Fiori, que explicam o Estado desenvolvimentista como uma resposta das classes dominantes aos desafios internos e externos. Tal resposta veio na forma de um padrão de acumulação politizada ao mesmo tempo industrializante e centralizadora, mas que paradoxalmente resultou na balcanização do Estado.

Fiori assim segue as explicações anteriores ao entender o Estado desenvolvimentista como resultado do interesse econômico da Classe Dominante. Todavia, tem duas diferenças fundamentais com relação ao modelo democrático-burguês e a Teoria da Dependência. Em primeiro lugar,

fornece uma explicação direta e integrada, ao contrário das teses anteriores, para as duas características – chave do Estado desenvolvimentista que descrevemos na introdução, a centralização política e industrialização. Em segundo lugar, apesar de focar na questão da balcanização do Estado, afirma existir um núcleo decisório que procura se impor aos interesses segmentados, ainda que não identifique quais são os agentes centrais por trás desse núcleo nem qual é o caráter de sua motivação. Todavia, a sua existência pode jogar luz sobre qual é a força que, além das frações da classe dominante com seus conflitos internos, temor das reivindicações populares e busca pela reprodução econômica, são responsáveis pelo ímpeto centralizador e industrializante do Estado desenvolvimentista.

Na seção seguinte, veremos quais eram as preocupações que pautaram as elites estatais europeias nas suas relações e negociações com os interesses sociais que em última análise levaram à formação do Estado nacional moderno.

1.2: A Interrelação entre as dimensões do processo de construção nacional dentro da visão sistêmica e de longa duração da Economia Política Internacional

É possível identificar na Economia Política Internacional uma visão sobre a construção nacional que, rompendo com a determinação econômica do processo, consegue articular melhor suas várias dimensões e ao mesmo tempo relevar variáveis que podem ser úteis para um novo olhar sobre a experiência brasileira. Para isso, se vale de uma leitura do que poderíamos chamar de “longa duração” sobre a construção nacional no contexto europeu, melhor articulada por Charles Tilly na sua obra *Coerção, Capital e Estados Europeus*. Nesse seção, seguiremos o trabalho de Tilly como linha mestra, mas recorreremos a contribuições de outros autores da EPI, como Wallerstein, Fiori, Arrighi e Kennedy de modo complementar.

De acordo com Tilly¹³, o ponto de partida dos processos paralelos de formação do Estado e acumulação de capital na Europa (e de formação do

¹³ Tilly, 1996.

próprio sistema interestatal), foi a disputa, presente desde o século X de forma intensiva, entre as unidades de poder do continente em busca de segurança. A única forma que os participantes dessa competição tinham para atingir tal objetivo era formando zonas – tampões entre o seu território e seus adversários potenciais, o que requeria a anexação de áreas vizinhas. Frequentemente, isso somente poderia ser conseguido pela guerra, que se tornou uma constante na política europeia.

Inicialmente, na fase que o autor denominou de “patrimonial”, os príncipes europeus¹⁴ obtinham os recursos necessários para as empreitadas guerreiras através da exploração de suas próprias propriedades, da onde extraíam tanto recrutas quanto as armas e equipamentos necessários. Todavia, logo se percebeu que, diante da intensidade da competição bélica que dominava a Europa, as necessidades de defesa e os custos da guerra superavam em muito as possibilidades do sistema patrimonial, o que fez aquelas unidades de poder inseridas nos tabuleiros mais competitivos a procurarem novas formas de financiamento. A primeira delas foi o endividamento direto do príncipe e de sua dinastia com casas bancárias cosmopolitas, associadas à rede comercial e financeira europeia que perpassava as fronteiras políticas. Esse processo lentamente deu lugar a uma especialização crescente dos bancos, que passaram cada vez mais a se tornarem agentes exclusivos de determinados príncipes¹⁵.

No “Longo Século XVI”, entre 1450 e 1650, uma revolução na tecnologia bélica e o surgimento do Império Habsburgo, que unificou os tabuleiros da guerra desconexos que dominavam o panorama europeu, gerou uma ampliação das necessidades de financiamento dos soberanos. Para conseguir-se estabeleceu uma nova rodada de negociações entre os Estados territoriais, e os capitalistas, e que levaria à superação definitiva da fase do endividamento pessoal e da corretagem em prol de uma nova etapa, a da nacionalização. Isso porque, pela nova barganha, os capitalistas teriam sua riqueza denominada na moeda, e reservada nos títulos da dívida, emitidos

¹⁴ Aqui, seguindo a denominação de Tilly, iremos usar os termos príncipe e soberano também para nos referirmos a elite estatal constituída dos burocratas e assessores que ocupavam as posições chave no aparato de Estado.

¹⁵ Fiori, 2004.

pelos poderes territoriais. Em troca, eles ganharam instituições representativas, e, tão importante quanto, se tornaram os beneficiários preferenciais dos espólios das guerras, que vinham na forma da exploração colonial, do direito a coleta de impostos, dos juros da dívida e do acesso exclusivo aos “mercados nacionais” construídos pelos Estados e protegidos pelas barreiras alfandegárias. Em resumo, os capitalistas financeiros se fundiram às estruturas do Estado territorial, formando um “Bloco Nacional” de acumulação de capital e poder¹⁶.

Ocorre que esse Bloco ou Núcleo de Poder era necessariamente expansivo, como bem demonstra a evolução do financiamento e da dívida pública europeia. O endividamento do Estado explodia durante o período de guerra, e, em seguida, os monopólios e concessões obtidas aumentavam a arrecadação e garantiriam o pagamento dos juros aos capitalistas nacionais¹⁷. Entretanto, caso a guerra fosse perdida, ou a expansão nacional frustrada por quaisquer razões, como más manobras diplomáticas, a insolvência era inevitável, e conseqüentemente também o era a falência dos financiadores do Estado. Nesse caso, em face do veto à expansão externa, os resultados esperados somente poderiam ser obtidos através da amputação ou eliminação dos interesses dentro do próprio núcleo de poder, ou seja, do conflito interno.

Na história europeia, a trajetória inglesa talvez se aproxime mais do primeiro caso, da expansão capitalizada bem-sucedida, enquanto a França seja o caso paradigmático do segundo, do fracasso que leva a autofagia. Nesse sentido, a Inglaterra tentou por dois séculos, após a sua derrota na Guerra dos 100 anos (1337 – 1453), uma expansão territorial tradicional no continente europeu, acumulando uma série de fracassos, como a derrota na Guerra Italiana, na Guerra Anglo-espanhola e em duas das três Guerras Anglo – holandesas. Entretanto, em 1689, o país foi invadido pelo estadista holandês Guilherme de Orange, que buscava, através da captura da Coroa Inglesa, ampliar a coalizão contra a França de Luís XIV, que estava em vias de anexar seu país. Essa invasão foi fundamental não só porque converteu a Inglaterra de aliada dependente em uma adversária ferrenha da França, mas

¹⁶ Ver Kennedy, 1989 & Fiori, 2004.

¹⁷ Tilly, 1996.

principalmente pela forma como a nova dinastia escolheu viabilizar a luta contra um poder com recursos demográficos e territoriais muito superiores aos seus.

O caminho escolhido para equacionar esse desafio pela nova liderança inglesa passou pela chamada “Revolução Financeira”, que foi um movimento no sentido de melhorar o perfil da dívida britânica, obtendo prazos mais longos e juros baixos. Com o novo perfil de endividamento, cuidadosamente administrado a partir de 1694 pelo Banco da Inglaterra criado por Guilherme de Orange, os ingleses puderam bancar até 40 % de suas despesas totais nas guerras do século seguinte com empréstimos¹⁸.

Entretanto, a nova possibilidade de financiamento só se materializou devido a dois fatores fundamentais. Em primeiro lugar, a confiança que permitiu os empréstimos favoráveis veio do sistema parlamentar inglês, que impedia que o monarca não honrasse seus compromissos ou formasse um Exército capaz de coagir os investidores. A segunda condição, por sua vez, foi a vitória nas guerras, principalmente a dos Sete Anos contra a França, e que aumentou tanto os lucros dos capitalistas e especuladores britânicos através da obtenção dos monopólios coloniais quanto a arrecadação do Estado e sua capacidade de honrar a enorme dívida nacional¹⁹.

Se a vitória inglesa na Guerra dos Sete Anos consolidou sua expansão bem-sucedida, a derrota francesa abriu o caminho para a autofagia do seu Bloco Nacional. Devido as despesas desse conflito, e daquela da guerra de Independência Americana, a Coroa Francesa se viu na posse de uma dívida completamente impagável, devido à derrota para os Ingleses em 1763 e a vitória de Pirro de 1783.

A insolvência da Coroa, somada a crença por parte da elite de que a liderança havia desistido de viabilizar a expansão externa francesa (principalmente depois do Tratado com Londres em 1786), levou a uma cisão no núcleo de poder²⁰. Os membros da elite que tiveram seus interesses

¹⁸ Kennedy, 1989.

¹⁹ Idem.

²⁰ Wallerstein, 2006.

prejudicados pela interrupção da expansão francesa se associaram aos integrantes da classe média e aos interesses populares num esforço para eliminar aqueles que internamente haviam se tornado um obstáculo à expansão do poder do Estado central. Em outras palavras, os proprietários de terras, funcionários senhoriais, detentores venais de cargos, o clero e as oligarquias municipais²¹.

Nesse processo, que se estendeu de 1789 a 1793, aproximadamente (e portanto em grande medida antes do começo das guerras revolucionárias, iniciadas em 1792), o grau de controle do Estado se expandiu enormemente através da aceleração do processo de eliminação dos potentados locais em prol do governo direto sobre o território e a população. O sucesso dessa empreitada pelos líderes revolucionários, entretanto, só pode se processar por causa justamente da colaboração ativa daqueles que agora seriam sujeitos a esse controle direto, como os proletários urbanos, os camponeses e os advogados²².

A colaboração da base à centralização de poder do Estado foi assegurada através de um processo de negociação, no qual se instituíram mecanismos de representação que canalizavam as reivindicações populares. Ao mesmo tempo, se criaram novas categorias identitárias, baseadas na cidadania e no nacionalismo, que foram necessárias para regular a distribuição dos benefícios pela autoridade central²³. Em termos gerais, portanto, o que se viu foi uma mudança na operacionalização do exercício do poder de Estado no âmbito doméstico. A coerção deixou de ser o principal mecanismo para a conquista da obediência dos súditos, sendo substituída, para usar o termo de Weber, pela “Dominação Legítima”, baseada nas instituições representativas e na identidade nacional.

Em termos gerais, esse foi o caminho seguido tanto pela Grã-Bretanha quanto pela França, ainda que de formas diferentes. No primeiro caso, o sucesso da expansão permitiu um padrão mais suave de negociações e de

²¹ Wallerstein, 2006 & Tilly, 1996.

²² Tilly, 1996.

²³ Idem.

conversão do poder coercitivo em dominação legítima. No segundo, o fracasso na expansão levou a autofagia interna e à Revolução.

Uma vez estabelecida a dominação interna legítima, ela se torna por si só um fator que contribui para o fortalecimento do ímpeto expansivo nacional, dado que o Estado precisa então obter os recursos para viabilizar a distribuição doméstica de benefícios políticos, econômicos e sociais. Além disso, a regulação mais estrita que passa a existir dentro do território nacional significa que também são eliminadas ou restritas muitas das oportunidades de acumulação monopolista extraordinária no seu interior. Nesse sentido, ao se observar a trajetória francesa, sem desconsiderar outros fatores, a Revolução deu lugar imediatamente ao expansionismo continental napoleônico, que finalmente realizou o sonho, ainda que momentaneamente, da hegemonia europeia do país.

A expansão napoleônica também teve como efeito aumentar a pressão sobre as demais Grandes Potências continentais na Europa, sistematicamente invadidas e ocupadas pelos Exércitos franceses. Para resistirem, os antigos Estados dinásticos foram obrigados a mudarem a forma tradicional de fazerem a guerra. De fato, além de ampliar os recursos financeiros propriamente ditos, tiveram que implantar, como haviam feito os franceses, a mobilização em massa (*levée en masse*). Tudo isso, obviamente, somente poderia ser realizado através da implantação prévia de laços de autoridade direta.

Após a vitória sobre Napoleão, os dinastas europeus tiveram que lidar com o contraste entre essa ampliação do poder de Estado e a construção desses laços de autoridade direta nos seus países, como a Prússia, e a Áustria, e o reestabelecimento, no Congresso de Viena, das instituições aristocráticas e autoritárias, guardadas pela Santa Aliança e pelo sistema de *Matternich*. Essa contradição esteve na base da onda de revoltas que se abateu sobre a Europa entre 1830 e 1848. Em última análise, a necessidade de assegurar a dominação interna face ao descontentamento popular acabou levando à disseminação também da segunda parte da experiência francesa, ou seja, dos mecanismos de negociação que constituíram as instituições liberais, a identidade nacional e a redução significativa da coerção interna.

Isso foi feito através do que Wallerstein chamou de “liberalismo de centro”, ideologia que se converteu na geocultura do sistema-mundo após 1848, e que incluía como seus componentes o sufrágio universal, a educação gratuita, os primeiros sistemas de aposentadorias e pensões, a laicização do Estado, entre outros²⁴. A implementação desse programa levou a superação, no esquema de Tilly, da fase da Nacionalização em prol daquela da Especialização, na qual os ramos da burocracia civil se expandem exponencialmente, e os ramos do Estado encarregados da guerra e da coerção interna se tornam comparativamente menores, perdendo sua centralidade anterior. Como corolário desse processo, o próprio estabelecimento militar é enquadrado. Sua antiga hegemonia dentro do aparato de Estado dá lugar a a ideia de profissionalismo militar, e de subordinação das Forças Armadas a um sistema de governo representativo civil²⁵.

A implantação da geocultura “centro-liberal” na Europa Continental ocorreu simultaneamente à vaga das chamadas reações auto-protetoras e do imperialismo, que ganhou força a partir de 1860. Esses movimentos ilustram ainda melhor do que o caso francês o mecanismos de retroalimentação expansiva que o governo direto, e os consequentes nacionalismos e instituições liberais conferem ao Estado. Nesse sentido, os movimentos de trabalhadores pela participação política e por melhores salários foram apaziguados com concessões nas duas frentes, tendência que em última análise levaria os partidos trabalhistas ao poder. Todavia, essas concessões reduziam as oportunidades de exploração monopolista doméstica, e consequentemente dos lucros extraordinários e se tornando mesmo um dos fatores centrais na redução das taxas de lucro que se abateram sobre o sistema a partir de 1873. Isso forçou os Estados e seus capitais associados a buscarem no exterior as posições privilegiadas que eram negadas internamente²⁶.

Em resumo, as teses retratadas sumariamente nessa seção buscam entender de forma integrada as diversas dimensões do processo de

²⁴ Wallerstein, 2011.

²⁵ Tilly, 1996.

²⁶ Arrighi, 2008.

Construção Nacional. Assim, a construção dos laços de autoridade direta e sua intensificação, a acumulação de capital e a ascensão sistêmica são vistos de forma interdependente. O eixo que conecta todos esses processos, por sua vez, é uma preocupação constante da liderança ou da elite estatal com a disputa interestatal, com a guerra e com a preparação para a guerra. Entretanto, essa liderança não é vista como um agente demiúrgico, e seus objetivos do que se poderia modernamente chamar de “segurança nacional” são atingidos através de negociações primeiramente com o capital cosmopolita e depois com as populações sob domínio da Autoridade Central. Essas negociações em torno dos recursos financeiros e humanos para as guerras tiveram como subprodutos a economia nacional, ou o Bloco Nacional de Poder e Capital, e depois os laços de autoridade direta e dominação legítima, alcançadas através das modernas instituições e ideologias liberais, inclusive o próprio nacionalismo e a cidadania. O conjunto dessas estruturas, que constituem o Estado Nacional moderno, por sua vez, foram simultaneamente viabilizadas pela vitória nas guerras e pela expansão externa e se converteram em elementos de pressão responsáveis pelo aumento do próprio ímpeto expansivo das novas formas de configuração de poder.

Ao final desse processo, se chegou ao perfil que as Grandes Potências ocidentais apresentam atualmente, ou seja, Estados centralizados mas que simultaneamente se caracterizam pelo sistema político representativo, pelo baixo nível de coerção interna, pela alto nível de riqueza e direitos sociais relativos e pela liderança sistêmica alcançada através da expansão externa e criação sistemática de zonas de influência.

1.3. A VARIÁVEL PERDIDA: AS BASES GEOPOLÍTICAS DA ATUAÇÃO DAS ELITES MILITARES DURANTE O ESTADO DESENVOLVIMENTISTA.

Como vimos nas seções anteriores, a Economia Política Internacional vê o processo de construção nacional de forma integrada, e aponta como variável chave a disputa interestatal, a guerra e a preparação para a guerra. Isso contrasta com as teses brasileiras, em suas várias correntes. Assim, o estruturalismo vê a industrialização como uma resposta a variáveis basicamente econômicas e desconectadas do processo de centralização de

poder. As teses sobre o Estado desenvolvimentista propriamente dito, por sua vez, sustenta sua dependência de um agente externo, a burguesia ou os interesses empresariais ou oligárquicos, por sua vez movidos por preocupações econômicas.

Existem elementos que indicam que essas opções teóricas, tomadas pelas correntes brasileiras, resultaram em limitações de seu poder explicativo, e justificam uma busca por caminhos alternativos de análise. Nesse sentido, os choques externos, protagônicos na versão estruturalista da industrialização, foram constantes na América Latina durante o século XX, enquanto que o processo de industrialização que se verificou no Brasil, em extensão e intensidade, foi único no continente. Por outro lado, o domínio do Estado pela burguesia ou pelos interesses oligárquicos contradiz os estudos que apontam justamente no sentido da impotência desse ator na esfera política²⁷.

A impossibilidade de explicar as ações do Estado desenvolvimentista, pelo interesse de classe, deixa a questão de qual foi a origem do ímpeto centralizador e industrializante que lhe é característico. Uma possibilidade de supressão dessa lacuna são as elites militares, que ocuparam o centro dos acontecimentos políticos entre os anos 1930 e 1980. Nesse sentido, estiveram presentes na Revolução de 1930, marco inicial do desenvolvimentismo. Em seguida, foram as desencadeadoras e protetoras do Estado Novo e, após o fim desse regime, , tiveram no período 1945 – 1964 primeiro um de seus membros na presidência da república (Eurico Dutra, entre 1946 e 1951), e realizaram depois cinco intervenções armadas na política nacional, em 1954, 55, 61 e 1964. Finalmente, entre 1964 e 1985, as Forças Armadas instalaram e controlaram um governo ditatorial.

Existem duas explicações predominantes sobre o sentido dessa ação política das Forças Armadas no período desenvolvimentista. De um lado, estão aqueles que entendem as Forças Armadas como uma função de uma variável social maior (um programa político, uma classe ou o próprio sistema político). De outro, existem os autores que consideram ser a atuação política militar baseada na necessidade de preservação institucional.

²⁷ Ver Boschi & Diniz, 1978; Leopoldi, 2000; Mancuso, 2007.

São representativos do primeiro grupo João Quartim de Moraes, Eliezer Rizzo de Oliveira e Alfred Stepan. Quartim²⁸ elaborou a tese de que existira um embate político e ideológico secular entre duas correntes dentro das Forças Armadas, que entretanto não se daria em torno das questões próprias da instituição, mas da política em geral. Partindo da classificação de Norberto Bobbio sobre o sistema político, o autor argumenta que uma dessas correntes seria uma representante da direita no espectro político, defendendo a repressão e os interesses dominantes, e a outra constituiria a esquerda, por estar em linhas gerais associada à causa da igualdade. O foco da análise é essa segunda corrente, que teria se originado no jacobinismo militar dos anos 1890, e no seu programa que mesclava soberania nacional, proteção da indústria, laicidade do Estado e identificação da causa republicana à causa patriótica e popular. Posteriormente, a esquerda militar teria seguido nas Salvações Nacionais, em determinadas facções do tenentismo, na ala nacionalista do Exército dos anos 1950 e, finalmente, na luta armada contra a ditadura nos anos 1970.

Rizzo de Oliveira²⁹, por sua vez, liga mais diretamente a ação militar ao interesse de classe. Para o autor, seguindo a tradição do estruturalismo marxista, as forças armadas não podem ter poder “em si”, sendo na realidade representantes dos interesses sociais. Assim, ao buscar explicar as origens do movimento de 1964, Oliveira afirma que naquele momento a burguesia enfrentava uma crise de hegemonia, devido à ascensão do movimento popular. O grupo da ESG constituiria uma resposta à essa crise, através da elaboração e difusão de uma doutrina que era funcional à burguesia devido a sua defesa do status quo e da aceleração da acumulação de capital. A justificativa para tal programa era a ameaça comunista, da onde também se derivava o combate ao inimigo interno e o alinhamento com os EUA, país com o qual o Grupo da Esg tinha fortes laços. Nesse ponto, a tese da ação militar segundo o interesse de classe se associa a influência americana e a ideia da diferença fundamental entre os objetivos das forças armadas antes e depois da II Guerra. Um autor que dá ênfase a esses dois pontos é Joseph Comblin, ao afirmar ser a DSN na

²⁸ Quartim de Moraes, 2005.

²⁹ Ver Rizzo de Oliveira, 1976.

realidade uma invenção estadunidense, tendo como foco a luta contra o comunismo, da onde se extraíam os seus objetivos. Para Comblin, a DSN é autônoma e distinta dos objetivos da escola geopolítica brasileira³⁰.

Finalmente, Alfred Stepan³¹ considera que a atuação militar é explicada pela sua função no sistema político brasileiro. Isso porque, no país, ausência de instituições fortes levaria a uma incapacidade crônica do sistema em processar e atender as demandas, potencializadas pelo subdesenvolvimento, da sociedade civil. Consequentemente, haveria um apelo crônico das facções políticas civis para a intervenção militar. Todavia, essas mesmas facções, além de serem sempre as iniciadoras do processo de intervenção, também delimitariam os seus objetivos e escopo (geralmente, a substituição do presidente).

Além daqueles que consideram a intervenção militar como sendo associada a um projeto igualitário ou repressor, como instrumento da burguesia ou função do sistema político, existem os autores que adotam o enfoque organizacional. O pioneiro dessa corrente foi Edmundo Campos Coelho³², quando elaborou a tese de que desde o Século XIX haveria um processo de ampliação do peso dos interesses e necessidades próprios da organização na determinação do seu comportamento político. Isso levou a aquisição de graus cada vez mais elevados de autonomia militar frente tanto ao sistema social quando a seus segmentos particulares, e a um fechamento progressivo aos influxos dos interesses e reivindicações da sociedade civil. A tese de Campos Coelho é absorvida por Murilo de Carvalho³³ na sua argumentação de que o Exército se pautou na esfera política pela profissionalização e pela luta contra o dissenso interno. Os mesmos objetivos são ressaltados por Frank McCann³⁴, que todavia indica que a profissionalização e o fortalecimento institucional vinham acompanhados, dentro do Exército, por uma leitura de ameaça geopolítica e uma visão embrionária sobre industrialização. Todavia, o foco do autor é a história institucional do Exército entre 1889 e 1937, sendo seu objeto

³⁰ Comblin, 1978.

³¹ Stepan, 1971

³² Campos Coelho, 2000.

³³ Carvalho, 2005.

³⁴ McCann, 2009.

deslocado temática e temporalmente do Estado desenvolvimentista, razão pela qual ele não se concentra nesse elemento.

Uma última posição, que difere das duas retratadas acima, é a do próprio Charles Tilly. O argumento do autor é que, ao contrário dos países europeus, que, dentro do movimento geral de formação do Estado e acumulação de capital, viram a redução da coerção interna somada a profissionalização e subordinação das forças armadas aos governos civis, na periferia ocorreu o oposto: Aumento da coerção e controle militar, de diversas formas, sobre o Estado. A causa desse fenômeno, para Tilly, é o contexto da Guerra Fria, no qual as superpotências ampliaram o auxílio para os exércitos dos países em disputa, e eliminaram a necessidade dessas organizações em negociarem os recursos necessários para sua manutenção.

Chama a atenção, nessa breve revisão das posições principais sobre a atuação política dos militares no ciclo desenvolvimentista, a ausência, quando se elencam suas preocupações centrais, da dimensão geopolítica. Assim, parte das análises seguem no mesmo sentido das posições encontradas na literatura sobre o Estado desenvolvimentista, ou seja, apontam o interesse de classe como determinante da ação militar. Outros restringem a pauta das elites militares a questões corporativas, reduzindo seu impacto potencial nas duas questões chave do desenvolvimentismo brasileiro, a centralização do poder e a industrialização. Finalmente, até mesmo Tilly, no seu modelo sobre a relação entre os militares e a política nos países periféricos, desconsidera a questão da geopolítica regional, como ele mesmo é o primeiro a reconhecer³⁵.

Dada as próprias características da profissão militar, ligada a guerra e a preparação para a guerra, a ausência da preocupação geopolítica nas ações dos militares na política interna seria já bastante arriscada. Entretanto, para além disso, justamente durante o período do Estado desenvolvimentista, os militares brasileiros elaboraram uma escola local de geopolítica, que se inicia nos anos 1930 com Mário Travassos e segue até os anos 1970, com as obras

³⁵ “Negligencia a variação geopolítica entre as regiões, que torna tão diferentes as relações entre o civil e o militar: a constante ameaça de intervenção militar direta dos Estados Unidos na América Central ou no Caribe, a centralidade do petróleo em muitas economias do Oriente Médio, o amplo domínio da África do Sul dentro dos estados ao norte, a expansão industrial do Japão, da Coreia do Sul e de Taiwan como fator na política de seus vizinhos”. Tilly, 1996, pg. 310.

de Carlos Meira Mattos. Além disso, elaboraram doutrinas que expandiram o escopo da preparação para a guerra, como a própria Doutrina de Segurança Nacional. Tudo isso nos indica que um estudo mais detido sobre o pensamento militar pode trazer novos elementos para o campo da ação política das elites militares no Brasil. Mas, para além disso, dado o contraste entre a centralidade da disputa interestatal, da guerra e da preparação para a guerra nas explicações da EPI sobre a construção nacional no contexto europeu e a sua ausência nas explicações brasileiras, também pode jogar luz sobre o próprio caráter do desenvolvimentismo brasileiro e seus principais resultados.

Entretanto, a demonstração da mera preocupação geopolítica das elites militares não seria suficiente para abrir um novo caminho de interpretação do Estado desenvolvimentista. Para tanto, seria preciso que houvesse um pensamento militar tanto sobre a organização do Estado quanto sobre o desenvolvimento econômico que fosse minimamente coincidente com os eventos observados entre os anos 1930 e 1980, e que estivesse conectado com as referidas ameaças geopolíticas. Além disso, o pensamento militar teria que, ao contrário daqueles que defendem ser a Doutrina de Segurança Nacional um mero resultado da influência americana, apresentar uma certa continuidade no mesmo período.

Nos próximos capítulos, iremos buscar identificar tais elementos em uma determinada tradição de pensamento militar nascida com a Revista Defesa Nacional em 1913³⁶ e que se estendeu até a elaboração da Doutrina de Segurança Nacional nos anos 1950 e 1960. Argumentaremos que essa tradição se caracterizou por uma leitura de ameaça geopolítica baseada nos regionalismos internos, no imperialismo e, principalmente, na Argentina. Além disso, articulou tais leituras de ameaça a uma concepção de eliminação dos conflitos internos e a um Estado orgânico, na dimensão política, e a uma industrialização autárquica, no âmbito econômico. Esses postulados, por sua vez, evoluem em um contínuo entre os anos de início da referida tradição na

³⁶ A escolha do surgimento da Revista Defesa Nacional como marco inicial da pesquisa se justifica pela publicação contar, nos seus primeiros anos, com uma gama de colaboradores que desempenharam papel central no período desenvolvimentista posterior, como se verá no Capítulo 2.

Defesa Nacional até sua fase de maior elaboração e sistematização na Doutrina de Segurança Nacional décadas depois.

Nosso objetivo é assim apenas demonstrar que uma tradição de pensamento militar com essas características de fato existiu, e portanto indicar a viabilidade de uma reinterpretação sobre o desenvolvimentismo brasileiro. Obviamente, a dita reinterpretação, ou mesmo a afirmativa sobre se as elites militares agiram no período de acordo com os postulados expostos, dependerá de uma nova agenda de pesquisas que ultrapassa em muito o escopo desse trabalho. No máximo, ofereceremos algumas hipóteses limitadas nesse sentido, na conclusão.

Em consonância com nosso objetivo, limitado a identificação do pensamento militar, a metodologia se restringirá, com exceção de breves esforços de contextualização realizados no início de cada capítulo, a análise documental, constituída no primeiro capítulo basicamente das edições da Revista Defesa Nacional publicadas no período 1913 – 1930, e no segundo de obras de membros da elite política e intelectual militar, além de documentos produzidos no âmbito da Escola Superior de Guerra. O acervo documental analisado não compreende todo o pensamento militar do período, mas deverá ser suficiente para comprovar nossa hipótese relativa a uma determinada tradição militar, que não se pretende ter sido única ou consensual durante a fase analisada.

CAPÍTULO II: A REVISTA DEFESA NACIONAL E O PENSAMENTO MILITAR BRASILEIRO ENTRE 1913 E 1930.

INTRODUÇÃO.

O objetivo da nossa pesquisa é reconstruir uma determinada tradição de pensamento militar no Brasil que articulou uma leitura de ameaça geopolítica com prescrições para a área econômica e a política interna. Nesse capítulo, iremos buscar apresentar os primórdios dessa articulação, que a nosso ver já pode ser identificada nas edições da Revista Defesa Nacional (RDN) publicadas entre a sua fundação em 1913 por um grupo de militares que acabavam de voltar de estágios de treinamento na Alemanha, e a Revolução de 1930.

O capítulo se divide em duas partes, mais a conclusão. Na primeira, nos desviaremos do nosso foco no pensamento militar para prover uma breve contextualização do tabuleiro geopolítico do Prata entre o final do século XIX e início do século XX. Tal esforço nos parece válido na medida em que essa disputa geopolítica se entrelaça com a história do Exército e se liga diretamente às origens do movimento que levaria a fundação da RDN, bem como com o núcleo de suas preocupações posteriores.

Na segunda parte, iremos nos concentrar na produção da Revista propriamente dita. Assim, inicialmente apresentaremos a concepção que os seus colaboradores desenvolveram sobre o sistema internacional, bem como a sua leitura de ameaça geopolítica. Em seguida, buscaremos demonstrar como tal leitura de ameaça, passando pela concepção de defesa e de guerra adotada pela publicação, se articulou às prescrições elaboradas nas suas páginas sobre o campo econômico e de política interna do país.

Finalmente, na conclusão, faremos uma sumarização dos elementos apresentados, que a nosso ver demonstram que as preocupações dos militares da Revista de Defesa Nacional superam tanto a questão puramente corporativa quanto a defesa de interesses sociais (quando não é diametralmente oposta a eles). Além disso, o pensamento articulado na Revista apresenta elementos que seriam incorporados por gerações posteriores do pensamento militar brasileiro, a serem analisados no capítulo seguinte.

2.1. O Exército e o Tabuleiro Geopolítico do Prata entre o Final do Século XIX e o Início do Século XX.

A inserção geopolítica brasileira na Bacia do Prata é consequência e continuidade natural da política imperial portuguesa na região. As disputas entre Portugal e sua rival na região, a Coroa Espanhola, haviam se iniciado no Século XVI, e resultado num processo de consolidação territorial em que Lisboa tinha seu domínio sobre o Rio Grande do Sul reconhecido em troca da cessão à Madri do controle sobre a embocadura do Prata³⁷. Em 1808, depois de estabelecer a sede do Império no Rio de Janeiro, Dom João VI resolveu alterar esse equilíbrio ao ordenar a invasão da Banda Oriental, atual Uruguai, e incorporá-lo ao Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarve com o nome de Província Cisplatina.

Apesar do sucesso da invasão, a preponderância que Dom João buscava alcançar durou pouco, tendo sido seu sucessor, Dom Pedro I, derrotado pela aliança entre rebeldes uruguaios e a Confederação Argentina na Guerra da Cisplatina, entre 1825 e 1828. A derrota na guerra desestabilizou o poder do Imperador, desagregou o Exército e levou a um ciclo de domínio político das oligarquias regionais e contestação da autoridade central dentro do Império que se estendeu até os anos de 1840.

Nessa década, se consolidaria uma reação baseada no Partido Conservador, que, congregando os Barões do Café do Vale do Paraíba, colocou em prática uma agenda política centralizadora, articulada em torno da reabilitação do Exército e da Marinha, tornados instrumentos do poder central tanto sobre as oligarquias regionais quanto externamente, no tabuleiro do Prata.

O primeiro passo da operacionalização do projeto conservador passou pela repressão das Revoltas Liberais em São Paulo e Minas Gerais em 1842, e logo depois à farroupilha no Rio Grande do Sul, derrotada após uma década de luta em 1845. Em seguida, os conservadores levaram a cabo a guerra contra os caudilhos hispânicos do Uruguai e da Argentina, Oribe e Rosas, que, na

³⁷ Pelos termos do Tratado de Madri (1750), o território atual do Rio Grande ficaria quase que inteiramente para Portugal. Posteriormente, em Santo Ildefonso (1777), Portugal cederia os Sete Povos a Espanha, região recuperada finalmente no Tratado de Badajoz (1801).

visão do Império, queriam reconstituir o Vice-Reinado do Rio da Prata, e com isso potencialmente arrancar do domínio brasileiro as províncias do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul (Doratioto, 2000). Tais lutas terminaram em vitórias para o Brasil, que logrou derrubar os Oribe em Montevideu em 1851, e Rosas em Buenos Aires no ano seguinte, e jogar o antigo Vice Reinado do Prata em um estado de confusão, crise econômico-financeira e fragmentação política que duraria três décadas. Nesse período, se consolidou a hegemonia imperial na região, o que se refletiu na liderança brasileira da Tríplice Aliança, durante a Guerra do Paraguai (1865 – 1870).

O período que se estende de 1870 até 1930, compreendendo assim a origem e a primeira fase da tradição de pensamento analisada nesse capítulo, foi marcada por uma reversão progressiva desse domínio brasileiro no Prata. Do lado brasileiro, foi decisiva para tal decadência o retorno, após o interregno da reação conservadora, daquilo que Edmundo Campos Coelho denominou de “Política de Erradicação” do Exército pelas elites políticas do Império. Como coloca o autor,

“O certo é que a classe política do Império – sobretudo os liberais – jamais se acomodou com a existência de uma força militar permanente, disciplinada e profissional, ou seja, com a existência de um Exército *nacional*. A sua preferência sempre fora por uma milícia civil, uma força de cidadãos – soldados sob comando regional.” (COELHO, 2000, P. 54).

Nas duas décadas posteriores ao conflito no Paraguai, a Política de Erradicação fez jus ao seu nome. Entre 1870 e 1889, o efetivo do Exército caiu de 72000 soldados para cerca de 13000. Sua participação no orçamento do Império, por sua vez, se reduziu de 19,8 % entre 1872 e 73, para menos de 10 % nos últimos anos da monarquia (COELHO, pg. 63 – 67).

O descaso do governo com o Exército ou com a preparação militar também não se limitou aos orçamentos e aos contingentes. Entre os anos 1870 e 1880, o ensino na Escola Militar da Praia Vermelha, encarregada de formar os oficiais da Artilharia e Engenharia do Exército, foi dominada pelo pensamento positivista e pelo foco nas disciplinas teóricas e filosóficas. Como consequência, surgiu um novo tipo de oficial, denominado de “Doutor”, que se

caracterizava pela quase que total inaptidão para atuar em um conflito armado. Como colocaria Estevão Leitão de Carvalho, que seria depois um dos fundadores da Revista de Defesa Nacional e general líder da reforma do Exército durante o Estado Novo,

“A Ausência do espírito militar nos cursos das Escolas do Realengo e da Praia Vermelha tinha feito de mim um intelectual dileitante, que não sabia bem para onde se virar: se para as ciências exatas, a literatura, ou, simplesmente, os assuntos recreativos do espírito.” (CARVALHO, pg. 25).

Outro oficial, citado por Murilo de Carvalho, apresenta com ainda mais precisão a formação e as ideias que dominavam a Praia Vermelha e seus egressos:

“Raros soldados de escol produziram as escolas militares e raríssimos exemplares deles nos legaram; sobram-nos, entretanto, enraizados burocratas, literatos, publicistas e filósofos, engenheiros e arquitetos notáveis, políticos sôfregos e espertíssimos, eruditos professores de matemáticas, ciências físicas e naturais, bons amigos da santa paz universal, do desarmamento geral, inimigos da guerra, adversários dos exércitos permanentes” (CARVALHO, p. 25).

A decadência acentuada dos efetivos, orçamento e preparo dos quadros do Exército no pós-1870, todavia, foi contrabalançada no cenário externo pela permanência do vigor da arma favorita do Império, a Marinha, responsável por manter os Estados platinos sob controle. Entretanto, também no campo doméstico os oficiais egressos da Praia Vermelha eram problemáticos para o regime. Ocorre que, além de despreparados para o combate, eles eram, devido à pregação constante de Benjamin Constant (professor da Escola desde 1872), ideologicamente republicanos, e ao final dos anos 1880 estavam dispostos a acabar com a monarquia através de um golpe de força.

Nos seus últimos anos, a Monarquia se sustentou dentro do Exército devido a fidelidade de um grupo de oficiais denominados de “Tarimbeiros”, que se caracterizavam pela ausência de preparo nas escolas militares (ou que

havia frequentado os cursos de cavalaria e infantaria da Escola Militar de Porto Alegre), e que em grande parte era veterana da Guerra do Paraguai. Contando com expoentes como Floriano Peixoto e Deodoro da Fonseca, esses oficiais não eram republicanos ou pacifistas, mas tinham como preocupação central a sobrevivência do Exército. Quando os tarimbeiros foram atingidos por rumores de que o Império estaria se preparando para extinguir o Exército, eles se aliaram aos “Doutores”, movimento que, se materializando no golpe de 15 de Novembro, deu origem a República (Carvalho, 2005, Coelho, 2000).

Do ponto de vista da inserção geopolítica regional do Brasil, a República representou uma intensificação do processo de decadência que já vinha de 1870. Apesar do relativo fortalecimento do Exército durante o governo Floriano Peixoto, imune ao pacifismo da Praia Vermelha e para quem o Brasil necessariamente teria que enfrentar a Argentina³⁸, e do programa de modernização industrial desse presidente, a Revolta da Armada de 1893 destruiu o maior instrumento de projeção de poder brasileiro no Prata. Logo em seguida, os militares foram expulsos do governo central pelas Oligarquias Regionais, que passaram a implementar seu programa de descentralização. A tentativa florianista e jacobina de recuperar o poder, por sua vez, chegou ao fim após o atentado fracassado contra o Presidente Prudente de Moraes, em 1898, e a exposição da debilidade militar do Exército e da sua geração de “Oficiais Doutores” em Canudos, no mesmo ano.

A situação brasileira era ainda mais grave porque, somada a sua debilidade interna, a adversária central do país não era mais a débil e fragmentada confederação de caudilhos sofregamente articulados em torno de Buenos Aires que o Império havia derrotado em 1852. Com a abertura do mercado interno britânico de produtos agropecuários de 1880 em diante, a Argentina havia ocupado, em par com os domínios ingleses do Canadá e Austrália, a posição de grande exportadora de carnes e trigo para a maior potência mundial. Disso resultou uma gigantesca expansão econômica, que levou a Argentina a ter uma renda per capita cinco vezes maior que a brasileira em 1900, e um PIB um terço maior. Além da prosperidade econômica, a ligação comercial e financeira com a Grã-Bretanha trouxe vantagens

³⁸ Ver: Doratioto, 2012.

diplomáticas, ao ponto de se considerar em Buenos Aires que não haveria necessidade de se armar contra o Brasil, dado que qualquer ataque brasileiro seria repellido com a assistência da Inglaterra, interessada em garantir seu suprimento de alimentos e proteger seus investimentos (Moniz Bandeira, 2010). De qualquer forma, a Argentina, em parte estimulada pela sua rivalidade com o Chile, expandiu tanto seu Exército, com a instituição do Serviço Militar Obrigatório nos anos 1900, quanto a sua Marinha, que se tornou, numa inversão direta do que se observava até 1880, muito superior a brasileira³⁹. A capacidade militar argentina ainda era potencializada pela extensão de sua rede ferroviária, que começava a alcançar na virada do século o Paraguai, a Bolívia e o Chile, e pela centralização político-administrativa realizada pelo presidente Júlio Roca após 1880.

A resultante geral da ascensão argentina foi o aumento da sua influência sobre o Uruguai, Bolívia e Paraguai, e a correspondente perda da posição brasileira nesses países. Tanto no Uruguai quanto no Paraguai, governos instituídos com a proteção brasileira foram contestados, e no caso desse último, o Ministro do Exterior do Brasil, Rio Branco, foi forçado a aceitar a hegemonia argentina. Como coloca Doratioto (2000):

“Nesse momento, o Brasil não tinha condições de evitar a alteração do status quo regional e de manter a hegemonia que desfrutara no Prata durante parte do século XIX. De fato, economicamente estava em inferioridade em relação à próspera Argentina, o mesmo ocorrendo no plano militar.”

Daí a posição de Rio Branco, que estava ligada à configuração da balança de forças no Prata:

“Mais fraco militarmente do que a Argentina, o Brasil somente poderia exercer a pretendida hegemonia se fosse pactuada com Buenos Aires. Razão pela qual o Governo brasileiro não forneceu quaisquer recursos para que o Presidente Escurre resistisse, em 1904, à revolução liberal, iniciada com respaldo

³⁹ A Esquadra Brasileira em 1901 era de 27.500 toneladas, contra 39.564 da Argentina. Mesmo com todas as aquisições da década (resultantes do programa naval idealizado por Rio Branco, como veremos adiante) o Brasil ainda teria 57.324 toneladas, contra 81347 da Argentina. Ver: Moniz Bandeira, 2010.

argentino. O Paraguai era o "gambito do rei" no xadrez geopolítico armado por Rio Branco, sendo sacrificado à influência de Buenos Aires, em favor do entendimento argentino-brasileiro (Idem)"

Não bastasse a vulnerabilidade e a perda de posições para a Argentina, o Brasil ainda percebia, a essa altura, como ameaça o imperialismo europeu e estadunidense, que desde a Conferência de Berlim havia realizado a partilha da África, processo que culminou na anexação, pela Grã-Bretanha, dos Estados de Orange e Transvaal, no mesmo ano em que Rio Branco assumiu a chancelaria brasileira.

Em resumo, na virada do século, o Brasil tinha que conviver em uma situação de colapso do seu aparelho militar, fragmentação do poder central, fortalecimento e expansão do poder argentino no Prata e o ápice do imperialismo europeu. A reação a esse estado de coisas foi iniciada em 1899, com a criação do Estado Maior do Exército, encarregado da missão de profissionalizar essa corporação e recuperá-la da tragédia de Canudos, e ganhou momento com a nomeação de Rio Branco para a chancelaria brasileira em 1902.

Apesar de, como descreve Doratioto, Rio Branco ter buscado distender as relações com a Argentina, ele tinha consciência da importância do poder militar, e assim elaborou duas iniciativas destinadas a reestabelecer o equilíbrio bélico no Cone Sul. A primeira foi um programa de aquisições de encouraçados na Europa para reconstruir a Marinha Brasileira destruída em 1893. Tal programa levou a uma corrida naval com a Argentina e o Chile, e a elaboração, por parte do primeiro, de um plano de invasão do Brasil e ocupação do Rio de Janeiro, caso o país não concordasse em ceder as belonaves à Buenos Aires. Como coloca Doratioto:

"Em 10 de Junho de 1908, em reunião secreta na presença de José Alcorta e de todo o ministério, Zeballos apresentou um plano exigindo que o Brasil cedesse à Argentina um dos encouraçados que encomendara, para evitar que seu país ficasse em inferioridade naval. Em caso de recusa, seriam mobilizados 50 mil reservistas e a esquadra argentina; o plano previa ataque e ocupação do Rio de Janeiro. A ousadia de

Zeballos se explicava pela fraqueza militar do Brasil, de conhecimento público (Idem)”

O plano não foi levado a cabo pois não se conseguiu manter o sigilo, mas a Argentina iniciou um amplo programa de modernização militar e naval, levando as tensões com o Brasil a níveis extraordinariamente elevados. No auge dessas tensões, foi iniciada, com a colaboração do Ministro da Guerra, Marechal Hermes da Fonseca, a segunda iniciativa militar de Rio Branco, que consistiu em enviar oficiais para treinamento na Alemanha. Esperava-se assim contribuir para um processo de reversão da falta de profissionalismo dos oficiais positivistas, que já havia se iniciado com a instituição do EME em 1899 e o fechamento da Escola da Praia Vermelha, em 1904, pelo próprio Hermes (McCann, 2009).

De acordo com os planos dos ministros da Guerra e Relações Exteriores, três turmas de oficiais foram à Alemanha entre 1906 e 1912. Os oficiais da última turma fundaram, em colaboração com colegas egressos da Academia de Guerra de Porto Alegre, a Revista de Defesa Nacional, que teria como objetivo central apoiar o processo de reorganização e profissionalização do Exército, o tornando apto para a guerra (Carvalho, 2005). Atuando em colaboração direta e estreita com o comando do Exército, principalmente com o novo chefe do Estado-Maior, General Caetano de Farias, protegido de Hermes⁴⁰, a nova Revista seria nas décadas seguintes o pivô de um movimento intelectual de profundas consequências, primeiro para o Exército, e depois para o próprio processo de formação do Estado brasileiro.

2.2. O PENSAMENTO MILITAR DA REVISTA DEFESA NACIONAL (1913 – 1930)

Entre 1913 e 1930, com pequenas variações, a Revista Defesa Nacional foi editada mensalmente. Uma indicação reveladora da importância (e da condição de objeto de estudo privilegiado do pensamento militar brasileiro) da revista no período que constitui nosso recorte foram as posições que seus

⁴⁰ Ver McCann, 2009.

colaboradores deteriam durante a chamada “Era Desenvolvimentista” que se seguiria. Senão vejamos.

Bertholdo Klinger e Euclides Figueiredo, dois dos membros fundadores, foram posteriormente os articuladores do golpe que derrubou Washington Luís do poder em 1930, e líderes militares da revolta paulista de 32. Um terceiro membro fundador, Estevão Leitão de Carvalho, foi o artífice da reforma do Exército nos anos 1930 e 1940. Humberto Castello Branco, editor da Revista no final dos anos 1920⁴¹, foi presidente da República entre 1964 e 1967. O Grupo Mantenedor da publicação, por sua vez, teve como seus integrantes da fundação até os anos 1930 os oficiais Eurico Dutra⁴² e Mario Travassos. O primeiro foi um dos maiores sustentáculos do Estado Novo, e depois presidente da República por cinco anos (1946 – 1951). O segundo se tornou Instrutor Chefe da Escola de Comando e Estado Maior do Exército nos anos 1930 e 1940, tendo seu pensamento constituído doutrina para gerações de alunos tanto dessa escola como da Academia Militar de Agulhas Negras (Meira Mattos, 1975). Finalmente, no período estudado, foram representantes regionais da Revista os Tenentes Góes Monteiro, Emílio Medici e Orlando Geisel⁴³. Góes Monteiro foi o comandante militar da Revolução de 30, e o responsável por, junto com Leitão de Carvalho, reformular completamente o Exército nos anos seguintes, bem como sistematizar uma Doutrina de tutela militar na política que revisaremos na próxima seção, e que orientou a ação interna da instituição até os anos 1980. Emílio Médici foi o terceiro presidente do regime militar (1969 – 1974), tendo no seu gabinete como Ministro do Exército Orlando Geisel, que também desempenhou papel fundamental para a escolha de seu irmão mais novo, Ernesto, para a presidência em 1974.

Durante os anos em que esses homens estiveram na Revista, a sua linha editorial se caracterizou pelo foco, declarado e efetivo, nos temas concernentes à corporação militar e a sua profissionalização. Entretanto, isso não impediu que simultaneamente se elaborasse nas suas páginas, sob forte influência germânica, uma visão mais ampla que articulava uma concepção do

⁴¹ Ver: RDN, Janeiro de 1929.

⁴² Dutra foi membro do Grupo Mantenedor a partir de Setembro de 1920.

⁴³ Goes Monteiro foi representante regional da RDN no Rio de Janeiro a partir de Setembro de 1920. Emilio Medici e Orlando Geisel tiveram as mesmas posições em Bagé e Cachoeira (Rio Grande do Sul) a partir de 1929. Ver: RDN, Setembro de 1920 & RDN, Janeiro de 1929.

sistema internacional e uma leitura de ameaça geopolítica ao Brasil por um lado, a prescrições sobre como o país deveria organizar sua política interna e externa, além de sua base econômica, de outro, como veremos agora.

2.3.1: A Concepção de Política Internacional e de Ameaça Geopolítica.

A visão dos “Jovens Turcos” sobre como se organizava a política internacional se relacionava fortemente com a sua luta pela profissionalização do Exército. De fato, a fundação da RDN, assim como o próprio treinamento dos seus idealizadores na Alemanha, havia sido motivada pela necessidade percebida pela elite diplomática e militar brasileira em recuperar a capacidade de combate do Exército, deteriorada pela hegemonia dos oficiais egressos da academia da Praia Vermelha. Tais oficiais não se caracterizavam apenas pelo apreço pelo raciocínio abstrato e pela formação literária e científica, mas pela crença, em grande medida, na ideia da paz universal e na extinção da Força Armada como corolários inevitáveis do progresso da humanidade. Isso significava que profissionalizar o Exército passava também pela refutação da teoria dos “Doutores” sobre o sistema internacional. Assim, desde o seu início, os editoriais da Defesa Nacional se preocuparam em combater incisivamente a noção de paz universal, bem como seus adeptos positivistas, propondo no seu lugar uma noção realista da política internacional, de forte inspiração alemã.

De acordo com os editores da RDN, os Estados se caracterizavam por um comportamento egoísta e expansivo nos seus negócios externos. Portanto, a única forma possível para qualquer país ser respeitado e garantir a sua liberdade e soberania era através da ampliação de sua força, e principalmente, sua força militar⁴⁴. Dentro da visão dos Turcos, a política internacional tendia inevitavelmente à guerra, e a única lei que imperava no sistema era a da “seleção pela força”. Consequentemente não só a justiça e o direito eram desqualificados como instrumentos úteis para o Estado nas relações

⁴⁴ RDN, Julho de 1916, Editorial (“Acima de tudo devemos ser brasileiros”), pg. 282: “A lição que promana dos factos que se desenrolam na Europa é significativa e eloquente no sentido de ensinar aos povos fracos e desorganizados da América Latina, que no concerto internacional só têm direitos respeitados e respeitáveis os povos fortes, aquelles cujos exercitos e armadas poderosos e temidos levam na bocca dos seus tonitorantes canhões o argumento irrespondível e convincente da força”.

exteriores⁴⁵, como também se duvidava de arranjos de segurança coletiva ou mesmo qualquer dependência com relação a um aliado mais forte. Nas edições da Defesa Nacional, se ironizava a capacidade ou a coerência dos esforços da Liga das Nações em manter a inviolabilidade dos Estados neutros em conflitos⁴⁶, e se criticava a confiança brasileira nos princípios do pan-americanismo e na proteção dos Estados Unidos⁴⁷.

Fundamentados nessa visão quase darwiniana sobre a cena internacional, na qual os Estados eram organismos coerentes lutando pela sobrevivência e na qual somente os mais fortes venciam⁴⁸, os Turcos construíram sua leitura de ameaças ao país, nomeadamente: O Imperialismo, as Oligarquias Regionais e a vizinha, a República Argentina.

De acordo com os Turcos, a ameaça Imperialista tinha origem essencialmente econômica. Todavia, a competição econômica era associada indissolavelmente a competição interestatal, dado que também dependia da força, e também seguia a lógica do aniquilamento dos adversários. De acordo com essa concepção, a segurança econômica, assim como a segurança militar da qual ela depende, só ocorre plenamente quando o inimigo (ou concorrente) desaparecer por completo⁴⁹. Além disso, o Imperialismo era uma etapa natural do desenvolvimento das nações, a ser atingida quando as condições territoriais

⁴⁵ RDN, Outubro de 1920, Editorial (Precisamos ser fortes. A Prova de 1922.), PG. 63: "...ninguém poderá negar que os fracos perdem o direito de ter opinião e sua justiça só procede quando é tributária da que convém a um forte".

⁴⁶ No editorial de abril de 1920 (pg. 287), a Revista ironizava o argumento liberal sobre a desnecessidade da preocupação com o suprimento das munições, sugerindo que a Liga das Nações poderia solucionar o problema mediante uma reforma na sua carta: "Clausula Especial: '1 - A Soberania dos Mares é da LIGA DAS NAÇÕES. 2- A LIGA DAS NAÇÕES fornecerá em pesos iguaes, com uma equanimidade néoneutral, as munições para os belligerantes'."

⁴⁷ Ver: "À FRATERNIDADE AMERICANA", RDN, Outubro de 1926.

⁴⁸ "A guerra moderna significa o esforço maxio de uma nação pela propria sobrevivencia. O organismo social, affectado pela guerra, tem que reagir por inteiro, como um blóco, sem que nenhuma de suas energias fique inactiva" Ver: "A Doutrina da Cooperação Militar Naval e o Caso Brasileiro. RDN, Maio e Junho de 1926, pg. 122.

⁴⁹ "Mas o problema é, como já dissemos, muito complexo. A riqueza é o grande objectivo. E a riqueza só pode ser obtida atravez de um notavel desenvolvimento economico, desenvolvimento esse que não pôde ser atingido em isolamento. Os capitaes e os productos industriaes ou agricolas, precisam preferencias e nessas preferencias há concorrentes. Para produzir como para concorrer é indispensavel segurança, ou melhor, força, salvo si o inimigo desaparecer completamente como productor ou concorrente" RDN, Editorial "Paz!", Junho de 1919. Pg. 342.

e as riquezas naturais não conseguem mais garantir o sustento adequado de uma população em crescimento⁵⁰.

Apesar de o Imperialismo não ser exclusividade de um país, na medida em que se rejeitava mesmo a doutrina pan-americana por se considerar os EUA uma Nação imperialista, era a Inglaterra que ocupava desde cedo as preocupações dos colaboradores da RDN. Denunciava-se a ação inglesa que, sob a justificativa dos benefícios mútuos do livre comércio, havia violado as repúblicas africanas do Transvaal e do Orange para satisfazer a cobiça da “plutocracia londrina”, e depois levado o mundo inteiro à guerra, com o objetivo de ampliar seus monopólios comerciais⁵¹. Mais importante que Transvaal e Orange, ou os motivos da expansão inglesa, contudo, eram as capacidades de Londres, notadamente o controle dos mares⁵². Aliás, era o controle inglês dos oceanos um dos motivos centrais da desconfiança dos Turcos com relação à capacidade da Liga das Nações de proteger as nações que dependiam do comércio ultramarino.

Se a ameaça inglesa derivava as suas ambições comerciais, e poderia levar a perda de território e soberania, as oligarquias regionais eram vistas como destruidoras em potencial da integridade nacional. O temor das oligarquias se relacionava ao caráter débil e corrupto dos seus membros, interessados apenas nos ganhos imediatos e nas disputas faccionais, estando dispostos a sacrificar os interesses do país se fosse necessário⁵³. Além disso, a Oligarquia, que se confundia com a classe política e com os “bacharéis”, era

⁵⁰ Nesse ponto, as posições da Revista se assemelham nitidamente daquelas de Ratzel sobre a necessidade do “Espaço Vital”: “É que nós (os brasileiros) não julgamos o homem como é e sim como devia ser (...) quando as dificuldades da vida se multiplicam, as populações crescem ao ponto de excederem às condições territoriais, riquezas naturais se extinguem ou se transformam e o homem precisa maior conforto”. RDN, *Idem*, pg. 343.

⁵¹ “Reproduzia-se ali o mesmo espetáculo de menosprezo à soberania dos neutros manifestado pela Grã-Bretanha quinze anos antes da conquista das repúblicas do Transvaal e Orange para satisfazer exclusivamente à cobiça da plutocracia londrina, e não para desaffronta de um só lado internacional que os campos de concentração do exército britânico sacrificavam ao imperialismo de Cecil Rhodes”. RDN, Editorial (“Paraíso da Neutralidade”), Julho de 1915, pg. 303.

⁵² “... os acontecimentos diários estariam ali para testemunhar, em flagrante delicto, as aspirações de monopólio comercial que animam e orientam a ação política do grupo chefiado pela Inglaterra. Esta, honra-lhe seja feita, age sem rebuços, apregoando aos quatro ventos o seu florescimento mercantil e demonstrando de modo insphismavel, pelas condições eliminatórias que impõe ao comércio marítimo das nações neutras e fracas, que é realmente senhora absoluta dos mares”. RDN, Editorial (“Tudo nos une, nada nos separa”), Agosto de 1916.

⁵³ Ver: RDN, “Exercitos Estadões”, Janeiro de 1914. Pg. 111; RDN, Editorial (Precisamos ser fortes. A Prova de 1922.), Outubro de 1920, pg. 63; RDN, Editorial, Setembro de 1915, pg. 366.

tida como a responsável direta pelo abandono ao Exército, pelo seu enfraquecimento, e pela sua instrumentalização como “Guarda Pretoriana” dos interesses dominantes⁵⁴.

Do ponto de vista militar, as Oligarquias eram um problema difícil de ser equacionado tanto pelo seu peso eleitoral, principalmente no caso dos Estados maiores, que controlavam a República contra os interesses nacionais, quanto pelo seu poder bélico, representado pela Guarda Nacional e pelas Forças Públicas⁵⁵. Como solução, a RDN apresentou propostas visando neutralizar ambos os pilares da política oligárquica. Depois de lutar por, e obter, a extinção da Guarda Nacional, a revista propôs colocar as Forças Públicas sob controle, ou ao menos a supervisão, federal, de modo a impedir que a política facciosa dos oligarcas regionais prejudicasse a integridade nacional ou o Exército⁵⁶. E, de modo a neutralizar a aliança entre Grandes e pequenos Estados que controlavam a República, propôs a redivisão territorial do país, bem como a criação de territórios federais, que seriam necessários para o desenvolvimento do interior, abandonado pelas elites locais.

Apesar dessa forte hostilidade frente a Inglaterra e às oligarquias regionais, a ameaça mais forte na visão dos colaboradores da Defesa Nacional nas suas primeiras décadas foi, sem sombra de dúvida, a República Argentina. A tese da ameaça argentina foi construída paulatinamente nas páginas da publicação passando por diversas etapas. Inicialmente, chama a atenção o constante uso do país vizinho, e de suas Forças Armadas, como exemplo a ser seguido no processo de reforma do Exército brasileiro pelo qual a Revista se batia. Nesse sentido, se destacava o Espírito Patriótico superior dos argentinos (mais fiéis ao seu governo que os brasileiros), além de aspectos da organização militar daquele país, como a instituição do Serviço Militar

⁵⁴ Ver: RDN, Editorial (A Instituição do Patriotismo), Janeiro de 1916, pg. 113; RDN, Editorial (Pátria Livre), Janeiro de 1917, pg. 113.

⁵⁵ Ver: RDN, “Organização divisionária... e 18000 homens”. Fevereiro de 1915, pg. 134.

⁵⁶ “Os governos estaduaes – que são de facto irresponsaveus por todas as cousas que não dizem respeito a luctas partidarias – trataram logo de por os officiaes de suas milicias a salvo do sorteio, pelo que o alistamento começou burlado. De quando em vez, e ainda agora, levantam-se não poucas vozes, para negar existencia legal aos pequenos exercitos estaduaes, como um perigo permanente para a unidade nacional (...) Mas, como a toda regalia deve corresponder uma obrigação, o governo federal exigiria que os Estados organisassem suas forças de acordo com o estabelecido pelo Grande Estado – Maior do Exercito, que as superintenderia no que diz respeito à instrucção, que tivessem todas armadas com o mesmo armamento, que fossem comandadas, como ainda o é a do Rio Grande do Sul, por officiaes do Exercito, etc.” RDN, “Exercitos Estadoaes”, Janeiro de 1914. Pg. 111.

Obrigatório, a formação de quadros de oficiais da reserva, o contingente total superior, entre outras dimensões que se pretendia fossem copiadas pelo Brasil⁵⁷.

A partir da Primeira Guerra, as referências à Argentina se tornam progressivamente mais incisivas. Por um lado, começou a divulgação, com tons de alerta, de trabalhos de brasileiros sobre as capacidades argentinas, como aquele do Major Genserico Vasconcellos, ex-adido militar em Buenos Aires, “A Argentina Militar e Naval”⁵⁸. Por outro, foi aberto espaço na Revista para publicações de autores militares argentinos e uruguaios, que levantavam a possibilidade, ou julgavam inevitável, um conflito entre Brasil e Argentina no Prata⁵⁹. Nesse ponto, a Revista apenas apoiava e divulgava, indiretamente e com todos os cuidados, a doutrina que estava sendo formulada simultaneamente no Ministério da Guerra e no Estado-Maior do Exército, que previa o conflito com Buenos Aires, e onde trabalhava um dos três redatores (e fundadores) da Defesa Nacional, Leitão de Carvalho (McCann, 2009).

Essa relação entre o pensamento do Estado – Maior do Exército e dos redatores da publicação seria ainda maior nos anos 1920. Em 1922, assumiu a chefia do EME o General Tasso Fragoso, historiador dos conflitos brasileiros com a Argentina no século XIX, ex-comandante do Regimento em Uruguiana e ex-adido militar do Brasil em Buenos Aires. Fragoso levou para o EME um amigo seu, que também fora Adido na Argentina, e havia feito um relatório completo da capacidade militar daquele país, o Major Armando Duval⁶⁰. Nessa época, também serviram no Estado- Maior os tenentes Eurico Dutra e

⁵⁷ Ver RDN, Outubro de 1913, pg. 13; RDN, Setembro de 1915, pg. 366; RDN, Editorial (“O Problema dos Vencimentos”), Setembro de 1919, pg. 2 – 3; RDN, Editorial, (“Officiaes de Reserva”), Maio de 1921, pg. 352; RDN, Setembro de 1914, “O Serviço Militar Obrigatório” (por Tasso Fragoso), pg. 376.

⁵⁸“Tendo em vista que o Barão Stoffel escreveu relatorios de character reservado e o nosso camarada um livro que deu à publicidade, eu aventuro, não sei se laborando em erro, estabelecer a seguinte proporção entre os dous trabalhos: o livro do 1 tenente Genserico Vasconcellos como obra de ensinamento, está para nós brasileiros, na mesma razão em que os relatórios do Barão Stoffel estavam para os francezes em 1868.” Ver: RDN, “Sobre o Livro ‘A Argentina Militar e Naval’ de Genserico Vasconcellos”, Setembro de 1916, pg. 397.

⁵⁹ RDN, Novembro de 1917. “A Organização do Exército Oriental”. No artigo do militar uruguaio se lê: “1- porque tudo nos leva a suppor que a longa duração da paz na América é duvidosa; 2- porque a República Argentina e o Brazil disputam a supremacia no continente e suas forças logicamente, em caso de guerra, devem convergir para o territorio do Uruguay, principal campo provavel da lucta;”, pg. 41.

⁶⁰ Ver McCann, 2009

Humberto de Alencar Castello Branco⁶¹, que eram respectivamente membro do Grupo Mantenedor e Redator-Chefe da Revista Defesa Nacional. Nos anos em que, por meios dessas figuras, se estreitou a relação entre o EME e a Revista, ocorreu também uma sofisticação crescente da análise da ameaça argentina nas edições da publicação.

O primeiro sinal dessa tendência se manifestou em um artigo da revista que articulava pela primeira vez de forma clara e direta, por um autor brasileiro, a hipótese de uma guerra entre Brasil e Argentina, que seria motivada pelo expansionismo econômico de Buenos Aires⁶². Depois, apareceram referências ao Sul como zona militar central para o país, ao mesmo tempo em que se reclamava das dificuldades de acesso a essa área, pela falta de vias de comunicação, como tornado evidente nos exercícios organizados pela Missão Militar Francesa no Rio Grande⁶³. Aí fica mais uma evidência da sintonia entre a RDN e o EME, dado que os exercícios haviam sido planejados para corresponderem à hipótese de guerra central para o Brasil⁶⁴.

Apesar dos indicativos que surgiam desde o início da década, foi a partir de 1926, ano em que Mario Travassos, depois creditado como um dos fundadores da Geopolítica brasileira e um dos maiores formuladores do pensamento do Exército, se torna redator da Revista, que a percepção de

⁶¹ Idem.

⁶² RDN, Setembro de 1919. "A Visão Estratégica para o Sul do Brasil", pg. 46: "De facto, ao primeiro espreiar de vista, dirimidas as contendidas territoriaes que ergiam uma tormentosa barreira de interesses immediatos entre o Brasil e as republicas visinhas, principalmente em relação à Confederação Argentina, parecerá que não subsistem os ingentes perigos que a todo instante poderiam accender o facho de uma deploravel conflagração nesta parte do continente americano. Será, porém, irrecusavelmente logica semelhante persuasão. (...)O commercio e a industria indumentam-se de expandimentos progressivos, avoluma-se dia por dia a massa de negocios, intensifica-se gradualmente a força viva das injuncções egoisticas do mercantilismo; e no turbilhão dos objectivos economicos que animam a mentalidade progressista esvaem-se, com pouco, os commedimentos e as cautelas peculiares aos estados normalisticos da operosidade embryonaria, nascem anceios incontidos de açambarcamento de mercados, fomentam-se gerizas das mais variegadas especies, tecem-se endrominas do mais alto poder erosionante, e o pensamento se dirige para resplandescentes mindos de utopias e dominações. Caminha-se, então, a largos passos, para a grandeza economica apoiada na força e na conquista violenta. (...) Poderão os argentinos, colligados a outros elementos que porventura arrastem, palmilhar, um dia, essa cereda escaborasa por onde procurarão ferir a soberania nacional do Brasil,premidos pela expansão verigionosa do seu activismo economico? Affirmal-o, talvez, seria ainda uma longinqua hypothese. Negal-o, em todo caso, constituiria uma grave preposição, de possiveis consequencias funestas para o futuro..."

⁶³ RDN, Editorial, Janeiro de 1920. Pg. 189; RDN, Janeiro e Fevereiro de 1922. Editorial ("A Nova Organização do Exército"), pg. 193: "o centro de gravidade há massa de tropas há de cahir fatalmente o sul do paiz, sob pena de agravarmos, com medidas de ultima hora, as dificuldades naturaes que já de si embaraçam a concentração do nosso Exercito."; RDN, Abril e Maio de 1922. Editorial ("Uma lição da experiência"), pg. 258.

⁶⁴ McCann, 2009.

ameaça argentina chega a um novo patamar. Já nesse mesmo ano se insinua, pela primeira vez, a noção de um possível cerco hispânico ao Brasil, em um artigo que ressalta a inferioridade brasileira frente ao Exército Argentino⁶⁵. Nos anos seguintes, a análise da preparação militar argentina chegou a um nível inédito. Artigos se dedicaram a descrever as reformas militares do país, como a instituição da Lei do Realistamento Geral⁶⁶, bem como as aquisições maciças de equipamento bélico, com destaque para navios e aeronaves de combate⁶⁷. Também se ressaltava, com especial preocupação, a instalação de uma indústria aeronáutica na Argentina⁶⁸. Simultaneamente, levantava-se a noção de que a Argentina estava se preparando para aproveitar-se da debilidade brasileira (provavelmente, em decorrência das rebeliões tenentistas)⁶⁹ o que seria facilitado, na visão dos colaboradores da RDN, pois o vizinho platino já havia, então, adquirido superioridade aérea, naval e terrestre na América do Sul⁷⁰. A resultante geral de toda essa situação era que se

⁶⁵ RDN, Maio e Junho de 1926, “Ideias sobre a organização militar argentina”, pg. 123: “Seria o mesmo que pensarmos nós numa colligação dos paizes ibero-americanos lenceando o flanco brasileiro, sommando a isso as tres vanguardas, ceconomicas se se quizer, mas caracteristicamente offensivas, estabelecidas nas Guyanas, e lançadas por tres paizes que já em outros tempos encheram, com açções um tanto macabras, paginas e paginas da nossa historia, na epocha colonial, imperiao e até mesmo Republica. E neste caso de quantas divisões precisaria o Brasil?”

⁶⁶ RDN, Maio e Junho de 1927, “Os Preparativos Militares da Argentina”.

⁶⁷ RDN, Janeiro de 1927, Editorial (“Lembrai-vos da Guerra”), pg. 45: “Emquanto isso, a actividade militar ao sul do continente tem sido intensificada methodica e generalizadamente. Aquisição de copioso material e possibilidades de fabricaçção de material de guerra; preparaçção tactica dos quadros e manobras visando dar ao commando o hábito da direcçção de grandes unidades; aumento consideravel do poder naval, não só quanto á potencia e ao número do material fluctuante como ao aperfeiçoamento das bases navaes existentes, e formentaçção de outros recursos dessa natureza; politica economica e ferroviária acompanhando de perto tôda essa complexamontagem, eis, em resumo, o que tem sido feito.”

⁶⁸ RDN, Março de 1927, “A supremacia aerea dos argentinos”, Pg. 97. “A fundaçção da industria do fabrico de aviões na America do Sul, por qualquer país, colloca todos os outros numa situaçção de innegavel inferioridade. E como a Argentina acaba de fazê-lo, a sua supremacia aerea torna-se indiscutivel. Na hypothese de um conflito, onde buscariam os demais países sul-americanos os seus aviões para a guerra? Teriam recorrer naturalmente á importaçção da America do Norte, do Japão ou da Europa. Mas a Argentina, maximé com a execuçção do seu recente programma naval, possuirá o dominio do mar. Sem a liberdade desse caminho, as importaçções serão impossíveis.”

⁶⁹ RDN, Fevereiro de 1927, “A Propósito da Situaçção Militar: O Espírito da Reforma”, pg. 47: “Uma fôrça militar relativamente consideravel se forma apressada e energicamente em torno de nós outros, conturbados por desavenças políticas... Háperigo? É condemnavel que assim procedam vizinhos nossos quando justamente estamos em crise e tem syncopes o nosso progredir natural?”

⁷⁰ RDN, Março de 1927, “A Significaçção Estratégica da Política Ferro-viaria argentina e de suas linhas fluviaes”, pg. 79. . “Teve o Jornal do Brasil oportunidade, em sucessivos editoriaes, de tratar no quadro de informaçções fidedignas dos grandes preparativos militares, navaes e aereos da Republica Argentina, que lhe dão, sem duvida alguma, a supremacia da força na America do Sul.

vislumbrava um conflito com Buenos Aires para o qual o país não estaria preparado:

“Quantos procurem isolar-se das competições internas, alçar-se acima da luta dos partidos e das injunções circunstanciaes dos políticos inconsequentes; quantos se esforcem por manter constantemente presente no espirito a finalidade essencial das forças armadas do país, não podem deixar de encarar de frente as sérias apprehensões geradas por esse estado de coisas.

Caso se desencadeie um conflito armado no sul do continente, de cujos interesses participamos através da vida de seis dos Estados da União, seremos capazes de manter a nossa propria neutralidade? Se qualquer Estado sul-americano, dos mais fracos, appellar para a nossa tradicional politica de generosidade, seremos capazes de prestar-lhe o apoio indispensável? Se o conflito nos arrebatara directamente e lançar-nos na fogueira das batalhas, seremos capazes de empenhá-las e levá-las a bom termo? Emfim, quaesquer que sejam as circunstancias, seja qual fôr o momento, apresnete-se como se apresentar o conflito, seremos capazes de manter integra a honra do Brasil?” (RDN, Editorial - “Lembrai-vos da Guerra”, pg. 46.)

Esse mesmo editorial chamou a atenção para o carácter complementar que a política econômica e ferroviária argentina tinha com os preparativos militares do país⁷¹. Dentro desse entendimento, a preocupação com as ferrovias advinha do pressuposto de que um aspecto central da guerra moderna era o tempo de mobilização e concentração das tropas, e portanto do estado da rede de transportes⁷². Isso se tornou o ponto inicial para que uma série de artigos da Revista nos anos 1920 elaborassem pela primeira vez uma visão sobre a geopolítica da Bacia do Prata, que seria posteriormente incorporada e sistematizada no livro “Projeção Continental do Brasil”, de Travassos.

⁷¹ RDN, Editorial - “Lembrai-vos da Guerra”, pg. 45: “Quem quer que estude as circunstancias políticas do extremo sul da vertente atlântica do continente, não pode deixar de reconhecer o espírito de coherencia que existe entre a citada actividade militar e as demais actividades que estão manifestadas pela política fluvial e ferroviária, em curso já de há muito.”

⁷² Ver: RDN, Março de 1927, “A Significação Estratégica da Política Ferro-viaria argentina e de suas linhas fluviaes.”.

De acordo com a RDN, no caso da política de transportes, assim como naquele da política militar, a Argentina também apresentaria uma ampla vantagem frente ao Brasil. Na dimensão das ferrovias, afirmava-se, os argentinos já controlavam a maior rede da América do Sul, muito maior que a brasileira⁷³. Nesse ponto, era ainda mais preocupante que o planejamento ferroviário argentino buscava ligar Buenos Aires as capitais do antigo vice-reinado do Prata, como havia feito com Assunção em 1912⁷⁴. E, tanto as ferrovias quanto as vias fluviais significavam que as divisões do Exército Argentino estavam em posição de atacar a fronteira brasileira, principalmente a do Rio Grande do Sul⁷⁵.

A disputa geopolítica na Bacia do Prata não envolvia só a dimensão do conflito armado, todavia. Na realidade, segundo os colaboradores da RDN, tradicionalmente Buenos Aires havia tentado se tornar o polo econômico na região, em preparação para o domínio político⁷⁶. Assim, tanto as vias fluviais como ferroviárias eram parte auxiliar de uma política econômica expansionista argentina, que tinha como objetivo a hegemonia no antigo Vice-Reinado do Rio da Prata. Relembrando então a antiga tradição geopolítica do Império do Brasil, se levantava em seguida que a expansão argentina, uma vez concluída, constituiria um perigo direto a integridade territorial brasileira, principalmente ao Estado do Mato Grosso⁷⁷.

Por todas essas razões, Brasil e Argentina estariam necessariamente envolvidos em uma luta pelo domínio econômico e político da bacia. Ademais, dada a desvantagem em que se encontravam, para que fossem bem-sucedidos

⁷³ “Possuindo a Republica Argentina a mais extensa rde ferro-viaria da Amerlca do Sul, dispondo de vasto systema fluvial, a sua mobilização será mais rapida do que a dos seus vizinhos.” Idem, pg. 79.

⁷⁴ “Quaes os objectivos da politica ferroviária argentina a partir de 1920? A ligação de suas linhas com as dos paizes que formara, antes da independencia, o antigo vice-reinado do Prata e o aumento das linhas de transporte á fronteira traçada pelo rio Uruguay”, Idem, pg. 79.

⁷⁵ Idem, pg. 80.

⁷⁶ RDN, Agosto de 1927, “A Situação Brasileira no Rio Paraguay”, pg. 58: “Além disso, quem conhece, ainda que superficialmente, a historia da grande republica do Prata, há de haver notado a directriz dominante, hontem e hoje, na sua evolução: Buenos Aires a lutar, vencendo sempre para ser o centro de gravitação de toda a actividade da vastissima bacia, primeiro economica depois politicamente.”

⁷⁷ Idem, pg. 59: “Não é exagero dizer que se trata de uma partida sobre o taboleiro da politica internacional sul-americana, na qual o Brasil joga uma cartada decisiva para o seu prestigio, pelo menos perante os ex-componentes do velho vice-reinado do Prata, e põe talvez em cheque os destinos de uma grande porção do território mato-grossense, precisamente aquella cuja conservação alcançamos ao preço de laboriosos prelios diplomaticos e acções militares sangrentas, sustentadas pelos nossos antepassados”.

nessa luta os brasileiros precisariam, na visão dos colaboradores da Revista, além de ampliar as ligações ferroviárias entre a capital e o sul do país⁷⁸, prover aos Estados continentais da Bolívia e do Paraguai uma alternativa a Buenos Aires. Isso poderia ser feito através de uma ligação ferroviária entre o litoral do Brasil e Corumbá, que deveria se tornar o polo de atração brasileira no Rio Paraguai, contendo a influência econômica e política da Argentina na região⁷⁹. Como ainda veremos, tanto os princípios quanto as propostas principais formuladas na RDN sobre as relações econômicas e políticas na Bacia do Prata nos últimos anos da década de 1920 seriam incorporadas nas teses de Travassos publicadas após 1930, e constituem assim um precedente à escola geopolítica brasileira.

Ao mesmo tempo em que intensificava e sofisticava a percepção acerca da ameaça argentina, os colaboradores da Defesa Nacional também começaram a elaborar hipóteses que previam a junção do conjunto de ameaças ao país. A base dessa hipótese foi a recuperação da pregação anti-imperialista na Revista, colocada em segundo plano nos anos 1920 diante do predomínio da Argentina no rol das preocupações, e novamente com a Inglaterra como arquétipo do país imperialista. Os ingleses eram percebidos não só mais como expansionistas comerciais ou detentores do monopólio dos mares, como também os agentes centrais na criação da instabilidade mundial, provocando subterraneamente dissensos em diversas regiões, e na América do Sul em particular⁸⁰. Nesse continente, a ação da Inglaterra, dublada de “Espírito Machiavellico Ativo” se daria contra o Brasil, procurando incitar as nações

⁷⁸ RDN, Fevereiro de 1927, “A Propósito da Situação Militar: O Espírito da Reforma”, pg. 48 “Mais urgente que multiplicar as ligações Rio – S. Paulo, apresenta-se evidentemente religar, por múltiplos e diversos laços S. Paulo aos estados do sul, não só dobrando, pelo menos, as ferrovias existentes em suas possibilidades de tráfego, como unindo as pontas dos trilhos que morrem a meio caminho, do sul e do norte, n’uma solução incompleta e como que indicando aos homens o que devem fazer; e ainda criar nessazona as grandes rodovias de penetração, complementares.”

⁷⁹ Idem, pg. 59. “A política brasileira acena ao Paraguay e á Bolívia com uma saída pelo Atlantico, como mais rapida do que a actualmente feita pelo rio da Prata. (...) Do ponto de vista da defesa nacional o aspecto economico se entrelaça intimamente com o aspecto militar, podendo-se mesmo dizer que a nossa integridade nacional, no valle do Alto Paraguay, depende mais de uma boa situação economica de que de uma defesa puramente militar.”

⁸⁰ RDN, Janeiro de 1929, “Meditações em torno da política militar Latino-americana”, p. 7: “As coincidências históricas dão ao egoísmo da política ingleza uma enorme responsabilidade na permanência do estado de guerra latente em que vive o mundo”.

hispânicas a cortarem pedaços do país⁸¹. E seria no sul que tal ação seria mais forte, criando divergências entre Brasil e Argentina, mas tendendo a favorecer o último país⁸².

A ação imperialista inglesa, entretanto, não se daria sem resistência no mundo, e esta viria principalmente dos EUA, país interessado em acabar com o domínio do Reino Unido sobre os mares. Na visão da Defesa Nacional, essa rivalidade acabaria necessariamente na guerra entre as duas potências, que por sua vez atingiria em cheio a América do Sul, e mais precisamente, o Brasil e a Argentina. Senão vejamos:

“Quem estuda o que se passa no mundo actualmente, particularmente na América e mais particularmente ainda na América do Sul, vê a previsão de uma guerra claramente em foco.

Além da disputa americano – inglês pela supremacia naval, há a considerar não só o entrecchoque de correntes que incidem sobre a America do Sul (capitães, imigrações e tudo que lhes é correlacto) a situação particular desta em relação ao mundo com seu desequilibrio economico e suas theorias e sentimentos egoistas, como os sonhos que imperam em certas regiões, onde cerca de 30 annos de trabalhos contínuos, systematicos e bem orientados, conseguem realizar um poder militar relativamente considerável e absolutamente preponderante no continente.” (RDN, Fevereiro de 1929, Editorial, Pg . 79).

Claramente, o “poder militar relativamente considerável e absolutamente preponderante no continente” era a Argentina, como vinham afirmando diversos artigos na RDN, e seu sonho, também de acordo com as páginas da

⁸¹ Idem, p. 9: “Prophetizando a nossa desintegração em tres pedaços, aquele lemure cadaverico de Solano Lopez, concita as outras republicas sul-americanas a cortarem, cada um, o seu quinhão nas nossas fronteiras.” P. 9.

⁸² Idem, p 8 -9: “Mas de outro lado, affirma a esta que trilhos brasileiros invadem-na para pô-la sob o guante de seu imperialismo. E com tal desplante o faz, num caso ou noutro, que acha argumentos meigos e doces para enaltecer política identica, porém, real, activa, tenaz, orientada e emprehendedora da Argentina. Maus um resultado: atira o Brasil contra a Argentina. Torna-os rivaes (...)Diz que o imperialismo brasileiro impõe uma política ferroviária que favoreça sua premeditada invasão!... Mas as roçadas e linhas de penetração são favoráveis à Argentina. Nova intriga entre esta e o Brasil. É bem fácil vilipendiar e engodar os povos.”

Revista, era reestabelecer na região do Prata o antigo Vice-Reinado. Constituíam-se assim um cenário em que haveria, como previam os modelos de planos de guerra elaborados pelos colaboradores da revista, uma junção entre a ameaça argentina e o imperialismo britânico⁸³. E nesse cenário, de acordo com os planos de guerra, o Brasil incorreria imediatamente em duas dificuldades. A primeira seria a incapacidade do país em suprir as suas necessidades bélicas e civis em tempo de guerra, dado o advento de um possível bloqueio naval⁸⁴. A segunda seria a incapacidade de mobilizar seus recursos de modo a enfrentar inimigos que tinham consensualmente uma capacidade militar e econômica maior que a sua. E tal incapacidade se ligava diretamente à política nacional, e ao seu domínio pelas oligarquias regionais, pela classe de bacharéis e pelos interesses segmentados, que impedem que a Nação atue como deve, ou seja, como um organismo unificado⁸⁵. Em ambos os casos, a Defesa da Nação exigiria alterações profundas tanto no campo da economia quanto no campo da política interna, entendidos como extensões da prática da guerra.

2. 3. 2: Economia e Política Interna na Nova Concepção de Defesa (A Preparação Integral para a Guerra).

O modo como o grupo da Defesa Nacional articulou a sua leitura de ameaça geopolítica com sua visão sobre os campos da política interna e da organização econômica passou pela sua concepção de guerra e preparação

⁸³ Como colocava Mario Travassos: “Deve-se contar que a guerra, mesmo de carácter continental, extravasará do cenário puramente continental.” Ver: RDN, Maio e Junho de 1926, “A Doutrina da Cooperação Militar e Naval e o Caso Brasileiro”, pg. 119.

⁸⁴ RDN, Abril de 1921, Editorial (“A Reorganização da Nossa Indústria Militar: O Quadro Técnico e a Mobilização Industrial”), pg. 317: “Permitirá o inimigo que a nossa indústria continue a abastecer-se em seus mercados longínquos após a declaração de guerra? Não devemos suppor o tão incapaz.” & RDN, Fevereiro de 1929 (“O que é e como se faz um plano de guerra”), pg. 100: “Esse último ponto, como, aliás, aqueles relativos à importação de viveres mostra a importância do mar, seja pelo facto da própria superioridade marítima, seja pelo concurso de seus aliados. Se esta condição não for realizada o problema dos abastecimentos, de qualquer espécie, torna-se extremamente difícil, no caso em que o bloqueio das costas seja eficaz, porque sómente será possível contar com os recursos de que disponham ou com o contrabando que exerçam, em nosso proveito, vizinhos próximos, aliados ou neutros. Mas os recursos próprios dos vizinhos são forçosamente limitados, e pode acontecer que além disso que lhes falem completamente as matérias primas, indispensáveis para as fabricações de guerra”.

⁸⁵ Ver: RDN, “Exercitos Estadões”, Janeiro de 1914. Pg. 111.

para a guerra. Esta concepção foi bastante influenciada pelo pensamento alemão contemporâneo, e chegou à Defesa Nacional de duas formas. A primeira foi o já mencionado treinamento que seus fundadores receberam na Alemanha entre 1906 e 1912. Tal treinamento depois foi disseminado através da chamada “Missão Indígena”, quando um grupo de oficiais egressos dos cursos na Alemanha foi treinar os cadetes da Escola Militar do Realengo, a partir de 1916. Essa missão foi articulada por um dos fundadores da RDN, Leitão de Carvalho, que à época servia no Ministério da Guerra sob o General Caetano de Farias, simpatizante dos “Turcos”, e colaborador da Revista⁸⁶. O segundo canal de influência germânica se deu através da publicação massiva pela revista de artigos escritos por oficiais alemães, além de contatos e colaboração direta desses oficiais com os membros do seu corpo editorial.

A proximidade entre a RDN e os militares alemães permitiu que reverberasse no Brasil a mudança na concepção de guerra que ocorria na Alemanha. Entre o final do século XIX e a eclosão da II Guerra Mundial, a liderança militar deste país paulatinamente abandonou o conceito de “Guerra Absoluta” de Clausewitz e passou a adotar a ideia de “Guerra Total”. Esse último conceito, apesar de somente ter sido sistematizado em 1935 pelo General Ludendorff (que tinha seus livros divulgados e artigos publicados pela Defesa Nacional)⁸⁷, já muito antes havia se tornado dominante no Alto Comando germânico.

A “Guerra Total” difere da “Guerra Absoluta” de Clausewitz porque não mais prevê, como esta, que a “ascensão aos extremos” características da guerra seria tolhido por um cálculo racional emitido pelos dirigentes políticos, como era comum no sistema dinástico europeu até o Século XIX. Ao contrário, Ludendorff entendia que o sistema agora se caracterizava pela anarquia completa, e portanto nenhuma de suas unidades tinha reconhecido seu direito

⁸⁶ RDN, Dezembro de 1914, Editorial, pg. 70: “A Defesa Nacional cumpre um elementar dever de gratidão tornando publico o seu agradecimento pelo continuado e valiosissimo concurso com que sempre a distinguio o illustre divisionario, em boa hora elevado a gestão do Ministerio da Guerra.

Desde seu aparecimento, esta Revista contou não só com o decidido apoio material (...) mas também com a preciosa collaboração do Sr. General Faria.”

⁸⁷ Na edição de Junho de 1920, a RDN divulgou que estava revendendo o livro “Minhas Memórias de Guerra” do General Ludendorff. O militar alemão também foi citado em um artigo técnica da edição de fevereiro de 1921 da revista.

à existência, como havia acontecido no Concerto Europeu anterior. Conseqüentemente, e de forma semelhante ao que observamos nos artigos da RDN, o General alemão argumenta que passou a vigorar a luta sem limites pela sobrevivência, invariavelmente vencida pelo mais forte em detrimento dos demais⁸⁸.

A luta e a ascensão ilimitada aos extremos significam que o cálculo de custos e benefícios feito pelos decisores políticos, que é autônomo da guerra e orienta seus fins para Clausewitz, deixa de existir em prol da subordinação de toda a política nacional ao fim último da sobrevivência. E essa “Política de Sobrevivência Nacional”, devido à expansão gigantesca dos Exércitos, necessita da construção de uma também gigantesca estrutura de apoio doméstica para a máquina militar. Como tal estrutura, que deve ter acesso a todos os recursos nacionais, poderia sofrer com o ataque direto dos inimigos, ou, possivelmente, com ineficiências domésticas ou sabotagens de inimigos internos, ela deve passar a fazer parte do próprio planejamento da guerra. Deste modo, a concepção de Ludendorff abre espaço, através da noção de mobilização, para que a base econômica da Nação, bem como seu espaço político interno, se tornem objetos válidos de preocupação da Defesa Nacional.

Na RDN, no período estudado, não se menciona diretamente a Guerra Total. Entretanto, seus colaboradores afirmam que o conceito que orienta sua visão é o de “Nação Armada”. Essa noção dita que o combate não é mais de Exércitos, mas de Nações, e que para o combate devem-se mobilizar todos os recursos nacionais, além de que a segurança da pátria requer que se garanta a coesão nacional. Ademais da semelhança direta, o mesmo termo é também utilizado, com o mesmo significado, em um artigo, traduzido por Bertholdo Klinger, de um livro organizado por um general alemão que tratava da mobilização industrial do seu país para a I Guerra Mundial⁸⁹.

Será esse conceito de “Nação Armada”, junto com a leitura de ameaça anteriormente descrita, que irá nortear a visão dos militares da RDN sobre a dimensão econômica e política interna do Brasil.

⁸⁸ Ver HONIG, 2011.

⁸⁹ RDN, Abril de 1921, “A Transformação da Indústria Civil em Indústria de Guerra”, pg. 325 – 27.

A Dimensão Econômica.

Na dimensão econômica, a consequência da tese da “Nação em Armas” recaiu sobre dois pontos centrais: a necessidade de uma rede ferroviária e a necessidade de uma base industrial adequada à mobilização do país.

A importância das estradas de ferro se devia em grande parte ao exemplo da I Guerra, no qual elas tiveram papel essencial na “movimentação das massas combatentes, no reabastecimento dos grandes exércitos”, o que lhes tornava “... uma verdadeira machina de guerra”. Tendo em vista essa aplicação bélica do modal, requisitava-se que o governo articulasse o serviço ferroviário através de um modelo pelo qual ele determinaria o traçado das ferrovias segundo critérios estratégicos, e as entregasse para construção e operação da iniciativa privada. Se não houvesse interesse privado, entretanto, o Estado deveria se responsabilizar pela construção⁹⁰. E na elaboração dos critérios estratégicos, por sua vez, ficava clara a centralidade atribuída a ameaça argentina, principalmente depois que os exercícios da Missão Militar Francesa foram obstaculizados pela falta de comunicações no Sul⁹¹.

Como no caso das ferrovias, o apoio da RDN à indústria também teve forte influência da Primeira Guerra. Segundo seus artigos, o conflito tornara evidente que a defesa nacional agora necessariamente se baseava em uma “organização industrial avansadíssima”, e que portanto “... a vitória penderá para aquelle que estiver mais industrialmente preparado”⁹². Além disso, se baseando diretamente no exemplo alemão e no seu conceito de “Nação

⁹⁰ RDN, Agosto de 1917, Editorial (“Serviços de Estradas de Ferro”), pg. 349: “Ferrovias privadas devem ser planejadas levando em conta critérios estratégicos, e se não houver interesse privado, o Estado deve construir.”

⁹¹ RDN, Abril e Maio de 1922, Editorial (“Uma lição da experiência”), pg. 258: “Não deve ficar perdida essa lição das manobras: é um dever de patriotismo, que incumbe ás autoridades militares, pôr o governo ao corrente da situação precaria das vias de comunicação nessa importantissima zona do Rio Grande do Sul, interessando na solução do problema o Congresso Federal e o governo do Estado, de forma a se chegar, no mais breve prazo possível, á construcção dos ramaes ferreos, cuja imperiosa necessidade foi posta de manifesto no decorrer da manobra, e á abertura de novas estradas de reodagem e melhoramento dos caminhos actuaes, que, se podem servir longiquamente a fins militares, prestarão desde logo inestimável auxilio a toda zona compreendida entre o Jacuh e o Camaquan, arrancando ao isolamento estnacias e cidades, que se tornarão em breve tempo felizes e prosperas.”

⁹² RDN, Junho de 1917, “O Problema da Munição e do Material Bellico na Proxima Guerra.”, pg. 302.

Armada”⁹³, a RDN elaborou a tese de que o país precisava chegar à autarquia industrial.

Os primórdios dessa tese, que na realidade são anteriores mesmo à I Guerra, e se encontram nas primeiras edições da Revista, se referem à preocupação com o abastecimento de munições. Já em Junho de 1914, ao examinar o problema das fábricas militares encarregadas da manufatura desses itens, se apontava como seu principal problema a incapacidade de garantir a autossuficiência do país no setor, o que era visto como tarefa urgente⁹⁴. Posteriormente, afirma-se que essa urgência se deve à previsão de que nos primeiros dias de conflito os stocks serão esgotados, o que deixará o país na dependência das aquisições no estrangeiro.

A dependência dos países estrangeiros, não só no caso das munições, mas também das armas e do material de guerra em geral, é entendida como problema pois o Brasil pode, no caso de um conflito, não dispor das divisas internacionais necessárias para realizar as aquisições, e, principalmente, porque se vislumbrava a possibilidade do inimigo impedir diretamente o abastecimento⁹⁵. Nesse caso, a preocupação central era com o corte do abastecimento através do mar, o que é inclusive um dos motivos centrais da crença na incapacidade da Liga das Nações, como consequência do domínio naval inglês, proteger países que eventualmente fossem alvo de ataque militar.

Dada a preocupação com o isolamento, derivada da possível falta de recursos financeiros ou de um domínio marítimo inimigo que não poderia ser contrabalançado pela comunidade internacional, formou-se a opinião de que:

“Um paiz que, sob os methodos modernos de guerra, é obrigado a abastecer-se do material respectivo em mercados estrangeiros longinguos é um paiz fatalmente talhado para a derrota. Não mais o tempo em que a bravura pessoal,

⁹³ Idem, nota 49: “A situação política mundial da Allemanha tambem reagia beneficamente sobre a industria productora de armamentos; a necessidade de manter um forte exercito, de ser uma ‘nação armada’ trazia como consequencia a de que todo o variado material de guerra imprescindível fosse fornecido pela industria nacional”.

⁹⁴ RDN, Junho de 1914, “Fabrica do Realengo”, pg. 302: “Os officiaes da Fabrica sabem muito bem que ella absolutamente não está em condições de nos emancipar do estrangeiro, o que é, aliás, de urgentíssima necessidade”.

⁹⁵ Ver Nota 44, pg. 20.

manejando a lança e a espada, vencia nos campos de batalha: Osório é hoje uma lenda (RDN, Março de 1923, “A Industria Militar”, pg. 552)”

A primeira prescrição que derivou desse diagnóstico, de acordo com o exemplo não só da Alemanha, como de outras Grandes Potências como EUA e Japão⁹⁶, foi a formação de um sistema completamente autárquico de indústrias militares, ou seja, aquelas envolvidas no fabrico de armas e munições⁹⁷. Entretanto, o fabrico dos apetrechos bélicos não se poderia fazer sem a instalação de outros tipos de indústria. A primeira a chamar a atenção da RDN foi a Indústria Siderúrgica.

Já durante o decurso da I Guerra, os editoriais da Defesa Nacional começaram a tratar do problema siderúrgico nacional, e a argumentar pela necessidade de providências do governo no sentido de garantir a produção doméstica do aço. Como colocava o editorial de maio de 1917:

“O assumpto, na esphera limitada dos interesses militares, já mereceu o exame da direcção actual da guerra; mas, porque precise ser olhado com maior descortino, acreditamos que o Governo da República não póde alheiar-se à solução definitiva que exige a magna questão da siderurgia nacional.”(RDN, Maio de 1917, Editorial – “A Indústria Nacional do Aço”, pg. 250)

Em seguida, o mesmo editorial explicava o motivo da preocupação com a indústria do aço, e chegava a uma conclusão direta:

“As multiplas applicações que compora a industria do ferro, as innumeradas especialidades derivadas, algumas de exclusiva utilidade aos elementos de defesa nacional, justificam sobremodo a importancia capital das providencias que urge serem tomadas (...) É preciso fundar a indústria nacional do aço” (Idem, 251).

⁹⁶ RDN, Abril de 1921, Editorial (“A Reorganização de Nossa Industria Militar - O Quadro Technico e a mobilização industrial “), pg. 315: “Ficaremos na dependencia do estrangeiro para a renovação dos nossos stocks. Sempre será isso possível? Devemos imitar o Japão e os Estados Unidos da America do Norte.”

⁹⁷ RDN, Janeiro de 1920, Editorial, pg. 288. “Para nós a melhor solução é formar um sistema completo, do qual estejamos perfeitamente capacitados, sem o risco de vêmos faltar em momento crítico uma das principaes peças da engrenagem.”

Nos meses e anos posteriores, a Revista moveria verdadeira campanha pela implantação da indústria siderúrgica nacional, dedicando inúmeros editoriais à questão⁹⁸, além de artigos de colaboradores e mesmo séries de notas técnicas escritas por engenheiros detalhando o processo de fabrico do aço, com o propósito de convencer os céticos que a produção do item no país era viável e necessária⁹⁹. Em todo esse material, o nível de detalhe atingiu patamares elevados, inclusive buscando responder a qual fonte de energia seria adequada para a indústria nacional, optando-se pela hidroelétrica. Todavia, o grau de precisão técnica não impediu que se perdesse de vista o motivo da campanha. A siderurgia era vista como necessária primeiro à autonomia no fabrico de munições, primeira urgência dos militares¹⁰⁰, e depois como forma de embasar a produção de armamento propriamente dito, principalmente peças de artilharia. E todo o processo, em última análise, era justificado devido ao temor da ameaça argentina:

“O fabrico do aço, á parte o que representa como factor de riqueza econômica, encerra um dos elementos primordiales na organização da defeza nacional. Só o facto de entrarmos no numero das nações productoras do valioso meta, nos daria certa ascendência sobre a marcha evolutiva, que tanto nos preocupa, de alguns paizes vizinhos.” (RDN, Julho de 1917, Editorial – “Pelo porvir e para os vindouros”, p. 317).

À medida que as técnicas de guerra evoluíam, durante e depois do conflito na Europa, se incluíam novos setores e indústrias nas preocupações da RDN. Assim, apareceram artigos defendendo a instalação da indústria elétrica no país, entendida como de caráter “...bem militar”¹⁰¹, assim como a da indústria química. No caso da última, sua implantação foi proposta na mesma edição que apresentava aos leitores uma avaliação da eficiência dos gases

⁹⁸ RDN, Julho de 1917, “Notas sobre a industria nacional do aço”, pg. 317: “A Defeza Nacional tem insisitido em seus ultimos numeros sobre a necessidade palpitante de crear-se a industria do aço no paiz, dado o importante papel que ella representa em sua preparação militar”.

⁹⁹ Ver: Série “Notas sobre a industria do aço”, RDN, Julho – Outubro de 1917; Abril de 1918.

¹⁰⁰ RDN, Maio de 1920, Editorial (“As Escolas da M.M.F. – Complementos absolutamnete necessarios. – Tacto e tento”), pg. 327: “Si daqui a 48 mezes tivermos iniciado a nova industria siderurgica e se as necessidades militares crescem com a adopção de novos metodos, será criminosos retrogradar ou parar – elo menos no que diz respeito à **fabricação integral das munições.**” (Original em negrito)

¹⁰¹ Ver: RDN, Agosto de 1912, “Uma industria bem nacional e bem militar”, pg. 394 – 95.

tóxicos na I Guerra¹⁰². Finalmente, também foram incluídos como essenciais os automóveis de diversos modelos e as aeronaves¹⁰³.

A amplitude dos itens necessários à guerra significava que sua produção não deveria ser exclusividade das fábricas administradas pelo Exército, e nem ao menos das empresas especializadas em armamentos. Ao contrário, a responsabilidade principal pela produção dos artigos que suportariam o Exército e as atividades bélicas deveria ser das fábricas civis, que seriam mobilizadas em tempos de guerra. Como coloca a revista:

“Não soffre duvida que a siderurgia nacional, as industria e manufacturas constutuidas por iniciativas individuaes, tornaram-se poderoso esteio na organização dos serviços de aviação, de communações e transportes, de formações sanitarias e outros. Os automoveus de recentes modelos com applicação á guerra, os aparelhos de vôo, os mais aperfeçoados typos de vehiculos que seguem os exercitos, são o resultado da experiência e recursos armazenados pela industria particular no remanso da paz, apenas favorecida por medidas geraes de ordem governamental, communs a cada grupos de especialidades”. (RDN, Julho de 1917, pg. 315).

Também aí se fazia presente a influência dos militares alemães, que haviam apresentado a tese de que, dada a pouca demanda do Exército em tempos de paz, era natural que se contasse com a mobilização da indústria civil em tempos de guerra¹⁰⁴. Um exemplo dessa opção era a experiência da própria Krupp, que, apesar de ser a principal fornecedora de artilharia para o Exército alemão durante a guerra, nunca poderia manter seus 35000 funcionários se somente fabricasse itens militares, e assim antes e depois do conflito se dedicava fundamentalmente ao mercado civil.

¹⁰² Ver: RDN, Abril de 1923, “Necessidades Industriais da Defesa Nacional” & “A Chimica – Nova Arma de Guerra”.

¹⁰³ Ver: RDN, Julho de 1917, pg. 315.

¹⁰⁴ Ver nota 49, pg. 23: “Abarcando-se, porém, com a vista o conjuncto da industria antes da guerra, se reconhece que era uma parte bem pequena a que se dedicava especialmente ao fabrico de armamentos. Aliás, é da natureza das coisas que na paz a necessidade de conservar completo o material de guerra pouca producção exige; só raramente se emprehendem substituições radicaes e quando isso acontece a actividade dahi proporcionada ás fabricas não dura muito.” 325.

Entendia-se assim a indústria privada civil como base para o esforço de guerra. E, na realidade, não eram somente as empresas que poderiam fabricar itens militares que eram importantes. Isso porque a indústria nacional deveria ser capaz de abastecer tanto o Exército quanto a própria população civil durante o conflito. Daí que as diretrizes de planejamento econômico tendo em vista a segurança nacional deveriam ter como objetivos:

“primeiramente, as necessidades a satisfazer, tanto no que concerne ao abastecimento dos exercitos, como das populações civis; em seguida, a quantidade de mercadorias alimentares e de materias primas para atender a isso;” (RDN, Agosto de 1923, Editorial – “A Organização Nacional”, pg. 718.)

Como forma a garantir tais metas, e dada a inaptidão que a Revista julgava ser inerente ao Estado quando conduzia atividades que deveriam buscar o lucro¹⁰⁵, propunha-se que fossem criada uma política de incentivo a indústria privada. Os seus componentes deveriam incluir contratos vantajosos e garantidos com o Estado, bem como isenções fiscais, liberdade para importação de máquinas necessárias à produção, proteção alfandegária para os itens produzidos no país, e prêmios para a exportação¹⁰⁶. Com essa política de benefícios, que deveria ser estendida a todo o “Brasil industrial”¹⁰⁷, acreditava-se que o país poderia se emancipar da dependência da produção estrangeira.

Em resumo, o Grupo da Defesa Nacional tinha como proposta para a dimensão econômica o aperfeiçoamento dos meios de transporte, principalmente linhas férreas, assim como a construção de uma base industrial ampla, completa e autárquica, que contivesse desde indústrias de base e fabricação de armamentos até aquelas responsáveis pelo abastecimento da

¹⁰⁵ Ver: RDN, Abril de 1923, “Necessidades Industriais da Defesa Nacional”, pg. 570: “Sem discutir as causas – o que nos desviaria de nosso objectivo, é facto geralmente positivo que os governos estão condemnados a fallir, por melhores que se nos afigurem as providencias acauteladoras, sempre que se aventurem em negocios cuja prosperidade é uma funcção naturalmente decorrente dos lucros correspondentes”.

¹⁰⁶ Ver: RDN, Agosto de 1923, Editorial – “A Organização Nacional”, pg. 718 & RDN, Abril de 1923, “Necessidades Industriaes da Defesa Nacional”, pg. 571.

¹⁰⁷ Ver: RDN, Julho de 1927, “Comunicações Electricas. Sua Missão Civilizadora no Brasil Seus Aspectos Industrial e Commercial”, pg. 69.

população civil. Ao mesmo tempo, ligavam essa visão à ameaça geopolítica, principalmente a Argentina e um poder naval capaz de bloquear as linhas de suprimento ultramarinas, e não tinham qualquer preconceito com relação a utilização maciça de capitais privados no processo de industrialização nacional. De fato, até concediam a este uma primazia sobre os empreendimentos estatais, mesmo na fabricação de armas.

Para concretizar todos estes planos, todavia, a Revista considerava ser essencial, no contexto brasileiro, a implantação de um órgão central de planejamento e direção política, que garantisse continuidade as iniciativas e as blindasse contra o perigo representado pelos interesses particulares¹⁰⁸. E aí o projeto econômico da Defesa Nacional se liga diretamente às suas concepções sobre a política interna do Brasil.

A Política Interna.

O Entendimento elaborado pela Revista de Defesa Nacional sobre a política interna se liga a sua concepção de política internacional e de guerra. De acordo com seus colaboradores, devido à luta irrestrita pela sobrevivência na esfera interestatal, e da conseqüente necessidade de ampliação do poder bélico, a defesa deixou de ser responsabilidade de um segmento social, para tornar-se encargo de todo o país. Esse raciocínio é representado pelo conceito de “Nação Armada”.

“Todas as nações procuram por isso zelar e augmentar o seu poder militar, para garantia de sua integridade e de sua soberania.

Desse dever surgiu, com o evoluir da arte da guerra e o progressso das nações, a necessidade de contituir-se o exercito pela nação armada.

Ha nessa concepção não só a solução da dificuldade dos grandes effectivos necessarios para a guerra moderna, como tambem um grande progresso moral; a defesa nacional deixou de ficar a cargo de uma classe, para tornar-se o dever da nação inteira – o soldado de profissão cedeu lugar ao soldado cidadão – a guerra deixou de ser uma luta entre dois exercitos,

¹⁰⁸ RDN, Agosto de 1923, Editorial – “A Organização Nacional”.

para tornar-se a luta entre duas nações” (RDN, Novembro de 1913, pg. 37).

O resultado lógico do raciocínio que leva à “Nação Armada” é que a eliminação da restrição à “ascensão aos extremos” na luta internacional, como prevista por Ludendorff, se reproduz no âmbito doméstico na forma de uma prioridade absoluta para as necessidades de defesa, o que reduz significativamente o espaço da “política” frente aquele dominado pela “estratégia”. Assim, e de forma similar a Ludendorff, os colaboradores da RDN entendem que a política interna não mais comporta espaço para desuniões ou particularismos, que constituiriam um obstáculo a sua capacidade de enfrentar as ameaças a sua existência que derivam do campo internacional. Em suma:

“A guerra moderna significa o esforço máximo de uma nação pela própria sobrevivência. O organismo social, afectado pela guerra, tem que reagir por inteiro, como um bloco, sem que nenhuma de suas energias fique inactiva” (RDN, Maio e Junho de 1926, “A Doutrina da Cooperação Militar e Naval e o Caso Brasileiro”, pg 122).

E dessa concepção de guerra e de suas necessidades deriva a visão de que o Estado é, e deve ser, um organismo coerente:

“O Estado é um organismo, e como tal só pôde estar em equilíbrio mediante um funcionamento harmonico de seus órgãos, sem atrophias e sem hipertrophias.”(RDN, Novembro de 1916, p. 49)

Da ótica da RDN, todavia, haveriam alguns obstáculos para que a política nacional se adequasse a essa concepção de Estado enquanto organismo coerente e capaz de agir como um “bloco” para se defender das ameaças internacionais. Dentre eles, o maior era o predomínio de uma classe política civil de caráter personalista e parasitário, que somente se preocupava em defender seus interesses particulares e faccionais em detrimento do interesse do país, e na realidade o haviam convertido em uma imensa exploração em proveito próprio. Nesse ponto, a Revista se associa diretamente ao pensador autoritário Alberto Torres, quando esse afirma:

“o Brazil não é, sequer, uma anachia; é uma anti-archia. A anarchia é uma organização sem lei e sem governo: o Brazil é uma desorganização dominada por arbitrios; o Brazil não é um paiz, uma nação, um estado, uma Pátria: é uma exploração. O explorador é o político, o magistrado, o parlamentar, o funcionario publico, o bacharel, enfim, o bacharel que frue a delicias das rendosas e commodas posições que occupa, posições e logares que se multiplicam à medida que lhe nascem os filhos;” (TORRES, citado em: RDN, Março de 1916, Editorial “A Organização Nacional”, p. 178.)

Além de todos esses defeitos de caráter, e do consequente estado de desorganização do país, a classe política se caracterizaria ainda pela hostilidade ao Exército, que motiva constantes tentativas de sabotagem à instituição, como no caso das obstruções à aprovação e funcionamento do serviço militar obrigatório¹⁰⁹. De acordo com a RDN, essa hostilidade ao Exército por parte da classe política civil, somada a sua defesa dos valores de paz universal, assim como aqueles de democracia e liberdades individuais internas, seriam os responsáveis diretos por bloquearem todas as tentativas de mobilização geral em prol da defesa do país, ou seja, da implantação da concepção de “Nação Armada”¹¹⁰.

Na realidade, segundo a Revista, os políticos civis não apenas entravavam, devido a sua adesão aos ideais democráticos e de paz universal e a sua defesa de interesses particulares, a organização nacional e o preparo para a guerra, como conspiravam diretamente contra o Exército, com a

¹⁰⁹ Se referindo à oposição dos políticos civis ao serviço militar obrigatório, motivo de campanha constante durante seus primeiros anos de existência, a RDN se expressa assim: “Se a filha da moral e da razão, no dizer do patriarcha da independencia, não tivesse cedido logar, na governação brazileira, à politicagem das conveniencias partidarias e pessoases, que sempre relega os interesses patrios para último plano, a lei que hoje ensaia os primeiros passos de sua execução já estaria de há muito produzindo grandes beneficios à nossa organização social, política e econômica”. Ver: RDN, Janeiro de 1917, Editorial (“Pátria Livre”), p. 113.

¹¹⁰ Ver: RDN, Janeiro de 1914, “Exercitos Estadoaes”, p. 111: “A ingenuidade da constituinte republicana, imbuida nas utopias da paz universal, pelo bafejo de tantas philosophias demolidoras, não nos deixou aberta uma única porta para chegarmos à Nação Armada; desfraldou aos ventos da Victoria o pendão da democracia absoluta, cujos fructos estão quase maduros, e d’ahi esssa autonomia de tudo e para todos, que é o caminho mais curto do desmembramento. E não será ess o perigo?”

consequência direta de tornar o país vulnerável às ameaças regionais¹¹¹. Além disso, a falta de coesão nacional derivada da ação das elites civis também impossibilitaria o país de dissuadir, caso fosse necessário, a ameaça imperialista¹¹². Ou seja, as elites regionais e particulares impediriam o desenvolvimento do Exército e da organização nacional, e assim garantiriam o enfraquecimento do país e a sua incapacidade de enfrentar tanto a ameaça regional (representada principalmente pela Argentina) quanto a ameaça imperialista.

E não eram somente como sabotadores, intencionais ou não, da capacidade militar do país que se baseava a imagem dos militares da RDN aos políticos e interesses regionais. Eles na realidade se constituíam em uma hipótese de guerra à parte, devido ao seu controle sobre as forças públicas estaduais¹¹³, como vimos na seção anterior sobre a leitura de ameaça geopolítica.

Em resumo, os políticos civis e regionais se constituem em um problema porque, devido às suas características, são um obstáculo à mobilização de recursos e ao desenvolvimento do Exército tendo em vista a guerra futura contra os inimigos externos. Mas além disso, eles são uma espécie de inimigo em si mesmo, por controlarem as forças públicas estaduais que ameaçam desagregar territorialmente o país. Para equacionar o desafio colocado por desse cenário, em que a política interna, o inimigo e a guerra se fundem, eliminando a distinção entre os campos externo e doméstico, a RDN passou a defender a necessidade de um governo forte, capaz de conter as forças

¹¹¹ RDN, Junho de 1917, Editorial (“Enquanto é tempo”), p. 282: “Tudo nos levou desgraçadamente à convicção de que, no momento de sérias ameaças à dignidade e autonomia da nação livre que somos, e jamais arrastada pelos seus grandes estadistas a atitudes equivocadas, quando a nossa situação na América do Sul era, e sei-o-á por largo tempo, de graves incertezas, conspirava-se criminosamente nos bastidores de nossa execrável politicagem, procurando isolar o Exército do resto da Nação, desprestigiando-o e tentando negar-lhe os recursos que se faziam mister à sua eficiência, tudo sob a sordida inspiração de interesses regionais e do mesquinho despeito de alguns cidadãos de prestígio eventual!”

¹¹² Ver: RDN, Março de 1916, Editorial (“A Organização Nacional”), p. 179: “Nós somos uma nação improvisada, sem raízes no passado, de formação étnica indefinida e fácil, portanto, de esboroar-se. Temos por isso necessidade de nos precavermos ao mesmo tempo contra um possível inimigo externo e contra um mais que possível inimigo interno – a falta de coesão nacional. (...) O Progresso, sem o aparelhamento da defesa, é um estimulante para a cobiça das nações civilizadas, como bem podem dar testemunho o Orange e o Transvaal, ou representa, no mínimo, uma armazenagem de recursos para o inimigo futuro, que aparecerá tanto mais depressa quanto maior e melhor for o stock”

¹¹³ Ver: Nota 17, Pg. 13.

centrifugas capitaneadas pelas elites civis e assim resguardar os interesses da coletividade¹¹⁴. Entretanto, ficava a questão de quem seria, devido ao estado de total desorganização e predomínio dos interesses particularistas, capaz de sustentar tal governo. A resposta, se poderia suspeitar, era o próprio Exército.

Já no seu editorial de lançamento a Defesa Nacional propôs uma tese sobre o protagonismo do Exército na política nacional, que se justificaria devido à situação de atraso na qual se encontraria o país¹¹⁵. Durante os seus primeiros anos de existência, o exercício de tal protagonismo ficaria praticamente restrito ao serviço militar obrigatório e a operação de escolas pelo Exército, ambos vistos como forma de incentivar o espírito marcial da Nação, que seria débil comparado a outros países, como a Argentina. Nessa fase, a RDN se concentrava principalmente em garantir os recursos e os apoios para a reforma organizacional do Exército. Todavia, as coisas começariam a mudar na segunda metade dos anos 1920.

Com algum grau de certeza, o editorial que assinala a mudança na linha da revista é aquele publicado na edição de Maio e Junho de 1926¹¹⁶, no qual os editores argumentam que a tarefa de reforma organizacional do Exército, pela qual a Revista havia se batido desde 1913, estava completa, tendo se transformado essa instituição de uma milícia em uma verdadeira força de combate. Entretanto, as possibilidades do Exército estavam sendo constrangidas, assim como a própria Defesa Nacional, pela falta de um suporte, na organização do país, para as necessidades da guerra. É que, segundo os autores, não havia como conduzir a defesa do país enquanto as classes políticas civis continuassem a tratar o Exército como milícia, o tornando assim uma instituição que ficava ao sabor das correntes partidárias. Igualmente, não se poderia construir um Exército e uma defesa forte sem o envolvimento e o apoio de toda a Nação¹¹⁷. A proposta, então, é de que se

¹¹⁴ RDN, Outubro de 1920, Editorial (“Precisamos ser fortes: a prova de 1922”), pg. 64: “... indispensável que a União seja forte e que atrás de suas palavras e opiniões haja uma senção forte, indubitável, capaz de assegurar o exercicio sereno do poder para o bem comum.”

¹¹⁵ RDN, Outubro de 1913, pg. 1.

¹¹⁶ Nesse ano Mário Travassos assume o cargo de Redactor – Secretário

¹¹⁷ RDN, Maio e Junho de 1926, Editorial (“O que fizemos – O que nos resta fazer.”), pg. 105 – 107: “Que todos saibam que não há Exercicio, que não há defesa nacional enquanto se esperar das instituições armads do paiz que actuem d’essa ou d’aquella fórma, ao sabor das correntes partidárias. Que todos sintam que o Exercicio nada é sem a intima e constante participação de

mude o foco da luta, deixando-se de se centrar na profissionalização do Exército para, ao contrário, se preocupar em “...fundar as bases da organização militar da Nação.”¹¹⁸

A partir da proposta do editorial de 1926, começou-se a sistematizar com mais afinco e menos timidez a tese da centralidade militar na política nacional. Passou-se a defender que, devido a centralidade da organização nacional como fonte de preparo para a Guerra, e dada a necessidade de mobilização de todos os recursos sociais para esse fim, o Exército deveria ocupar naturalmente o papel protagônico na vida nacional¹¹⁹. E, como consequência, ele deveria ser ao mesmo tempo forte o suficiente para se impor a todos os segmentos sociais, e se colocar acima dos seus conflitos, de forma a conseguir exercer seu papel de guardião dos interesses gerais da pátria¹²⁰.

A defesa da centralidade militar na política realizada pela RDN na segunda metade dos anos 1920 contrasta com a concepção que alguns autores defendem sobre o posicionamento da Revista, quando afirmam que ela se caracterizou pelo legalismo em contraposição a rebeldia e envolvimento dos “Tenentes”¹²¹. É verdade que enquanto explodiram as rebeliões tenentistas, a RDN se posicionou ao lado do governo, defendendo a fidelidade do Exército ao

todas as manifestações civis da Nação. Que o que se chama correntemente de Exército não é senão o aparelho de enquadramento das possibilidades nacionaes, na paz como na guerra. Que o nosso problema militar não é mais, somente, não pode ser mais, apenas, fazer e manter esse Exercito, mas organizar a defesa nacional tão bem que se chegue com isso a integralisalo na propria Nação, da qual será elle o symbolo de suas conquistas politicas e sociaes, no interior como no exterior do paiz.”

¹¹⁸ Ou, como ainda colocam os editores (Idem, Pg. 106): “A organização do Exercito esta virtualmente feita. A nova jornada que nos cumpre é integralisar na Nação o Exercito que construimos.”

¹¹⁹ RDN, Agosto de 1926, Editorial (“Um só ideal – Frente única!”), pg. 197: “E quando a organização prima sobre todas as coisas tem-se que reconhecer o Exercito como o grande plasmador da Nação. De facto; na paz cabe ao Exercito – para a satisfação das necessidades militares do paiz – ser o apparalho de caldeamento social ao mesmo tempo que o condensador das reservas nacionaes; como expressão pratica da soberania nacional é elle o grande estímulo e o grande condensador de todos os crescimentos, de todos os progressos. Na guerra – quando a Nação inteira se mobilisa para a batalha – cabe-lhe enquadrar-a, leval-a nas malhas de sua organização de campanha á Victoria das proprias armas.

¹²⁰ Idem, pg. 193: “Em resumo – na paz a Nação precisa do Exercito, na guerra o Exercito precisa da Nação. Na paz como na guerra o Exercito tem que ser a espinha dorsal da nacionalidade, sufficientemente forte para que possa articular todos os desdobramentos da vida nacional, flexivel na medida necessaria à homogeinização desses mesmos desdobramentos. Emfim, o Exercito Nacional, como todas as forças que devem representar papel politico – social predominante – tem que pairar acima de tudo e de todos, realizar o esforço apostolico de isentar-se das paixões ambinetes, pra que possa sentir de perto o rythmo das verdadeiras aspirações da Pátria”.

¹²¹ Ver Carvalho, 2005; Campos Coelho, 2000.

regime e que Bertholdo Klinger, seu mais respeitado colaborador, renunciou à presidência de honra da publicação devido a suspeita de seu envolvimento na segunda rebelião tenentista¹²². Todavia, o próprio envolvimento de Klinger atesta uma grande compatibilidade entre as correntes. E, de fato, os “Tenentes” foram alunos da “Missão Indígena” articulada pelos Turcos colaboradores da RDN ao final dos anos 1910, e muitas de suas reivindicações eram semelhantes (o que inclusive ajuda a explicar a suspeição em torno de Klinger em 1924). Na realidade, pode-se afirmar que a diferença fundamental entre Tenentes e “Turcos” no que diz respeito à política era mais de método do que de conteúdo.

O caráter da divergência com os Tenentes, ou seja, de método mais do que de conteúdo, é reforçado pela própria RDN, quando procura eliminar a suspeita, gerada pela fidelidade ao governo à época das rebeliões de 1922 e 1924, de que seria partidária de um afastamento dos militares da política:

“Quando se diz que se deve afastar o Exército da política, o que se quer é assegurar-lhe a serenidade e a autoridade moral para o exercício desta excelsa função. Embora saibamos da inconsciência ou da falsidade da maior parte dos que lançam à circulação das ideias essa frase já por demais estafada, naquele sentido é que devem tomar-a os que dedicam o melhor de suas forças à grandeza do Exército e da Pátria.

(...)

Paiz novo que somos, o nosso Exército pôde e deve continuar a intervir, como sempre, na vida da Nação. Apenas, os métodos e processos é que podem e devem ser outros.” (RDN, Julho de 1926, Editorial – “Deve-se reeducar o espírito militar da nação”, pg. 158).

Em seguida, a Revista passa a expor quais seriam esses “outros métodos e processos”. Ao contrário da rebelião aberta, se propõe que o Exército terá mais sucesso em garantir seus interesses se se pautar pelo reforço da disciplina e da hierarquia. Com isso, se garantiria a redução da influência civil

¹²² Ver: RDN, Julho e Agosto de 1925, pg. 208.

no meio castrense, e se preservaria o Exército das lutas faccionais e partidárias. Consequentemente, a corporação teria um alto grau de coesão interna e de força para agir com firmeza e solidez perante a classe política civil, prevenindo-se contra sua própria dissolução ao mesmo tempo em que obtém os recursos morais necessários para desenvolver sua função política, fazendo prevalecer suas exigências¹²³.

O “novo modelo” de intervenção militar na política interna elaborado pelos colaboradores da RDN teve sua primeira expressão na campanha pela instituição do Conselho de Defesa Nacional, órgão que seria um dos *locus* de poder no Estado brasileiro nas décadas seguintes. O que acontecia era que, para a revista, os Ministérios da Guerra e da Marinha apenas tratavam de componentes específicos do problema da Defesa Nacional¹²⁴, que necessariamente, como já vimos aqui, englobava nas teses da publicação os mais variados aspectos sociais. Assim, os assuntos concernentes à Defesa eram tratados pelos mais diversos ministérios, que somente se comunicavam de forma “esporádica e dispersiva”.

Cumpria então que se criasse um órgão centralizador e permanente, que deveria ser completamente blindado contra as contingências da política partidária, que, como vimos, era entendida pela RDN como obstrutiva, sabotadora e corrupta¹²⁵. Esse novo órgão deveria determinar os objetivos políticos da Nação, avaliar seus recursos militares, elaborar os planos de guerra e se incumbir da organização militar do país, tanto no plano material quanto moral¹²⁶. Ou, como colocava a Revista, tratar de todos os aspectos extramilitares da defesa nacional, garantindo a adequação da organização

¹²³ Idem, pg. 160 – 63.

¹²⁴ RDN, Setembro de 1926, Editorial (“A Organização da Defesa Nacional”), pg. 237: “É que a defesa nacional traduz complexto problema para o qual o Exército e a Marinha são meros componentes; exige além de medidas nitidamente militares, outras de character extra-militar; requer além de technicosm militares capazes, organização social e administração civil concordantes com os objectivos que se teem em vista”

¹²⁵ RDN, Agosto de 1923, Editorial (“A Organização Nacional”), pg 718: “Mas a natureza não se apresenta sobre o aspecto desejado, de modo que o problema se complica em excesso, exigindo a existência de um órgão centralizador, alheio de todo ás contingencias da política, de acção permamente e podendo por isso orientar devidamente ao chefe da Nação no momento opportuno, e a criação dese órgão é o que nos cumpre fazer com urgência.”

¹²⁶ Idem, nota 82, pg. 238: “O aparelho coordenador que nos falta é o Conselho de Defesa Nacional – órgão a que caberá determinar o Plano de Guerra, a organização militar da Nação, moral e materialmente...”

social e da administração civil às diretrizes centrais da Defesa Nacional¹²⁷. Em resumo, caberia ao Conselho de Defesa Nacional, na melhor tradição do pensamento germânico de eliminação da distinção entre as esferas da política e da guerra (ou da estratégia) a tarefa de exercer a direção política do país.

A proposta da RDN do Conselho de Defesa Nacional teria ainda mais um aspecto revelador. Se o Conselho dirigiria o país, seriam as Forças Armadas as responsáveis por controlar o conselho. Isso porque pela proposta ele deveria ter sete membros, quais sejam: Os ministros da Guerra, da Marinha e seus respectivos chefes do Estado-Maior, além dos ministros da Viação, Exterior e Fazenda e o Presidente da República. Ou seja, dos oito membros, quatro seriam militares (Os ministros da Guerra e Marinha e os dois chefes do Estado-Maior). Mas, para além disso, a proposta previa que os responsáveis pelas pastas da Viação e da Fazenda não deveriam ter direito a voto no Conselho. A resultante final é que dos 6 membros votantes, 4 seriam representantes das Forças Armadas¹²⁸. A proposta do Conselho de Defesa Nacional representa assim, alguns anos antes da Revolução de 30, o primeiro ensaio de institucionalização da tutela militar na política nacional.

2.3. CONCLUSÃO.

Nesse capítulo, buscamos reconstruir as origens de uma tradição de pensamento militar que apresentou fortes indícios de ter tido grande impacto sobre a trajetória do desenvolvimento econômico e da formação do Estado no Brasil entre os anos 1930 e 1980. Para tanto, nos valem das edições da Revista de Defesa Nacional publicadas entre 1913 e 1930. Nossa leitura dessa revista buscou responder se seus colaboradores tinham como foco apenas o fortalecimento do Exército enquanto corporação, ou a advocacia dos interesses de uma classe, como aponta boa parte da literatura especializada, ou se seria possível identificar preocupações e recomendações ligadas a disputa geopolítica e interestatal.

¹²⁷ Idem, nota 82, pg. 238: “Mediante o estabelecimento e funcionamento regular do Conselho de Defesa Nacional, não só serão suficientemente encaradas as medidas nitidamente militares, como serão cuidados, em seus justos termos, todos os aspectos extramilitares da organização da defesa militar da Nação. Porém o que avultará da grandiosidade dessa realização será determinar-se o quadro em que se terão de exercer todas as actividades, todas as energias, precisar-se como se deve dar a intepenetração do Exercito e da Nação.

¹²⁸ RDN, Outubro de 1926, Editorial (“O Conselho de Defesa Nacional”), pg. 278.

Para responder a essa pergunta, procuramos inicialmente contextualizar as origens da Revista, que são ligadas diretamente aos tabuleiros geopolíticos em que o Brasil se inseria, principalmente aquele do Prata. Argumentamos que nas décadas precedentes à fundação da RDN, havia ocorrido uma inversão na balança de poder nesse tabuleiro em favor da Argentina. Tal inversão foi consequência do avanço econômico portenho, articulado à Grã-Bretanha, e dos processos de colapso das Forças Armadas e debilitamento da autoridade central que o Brasil viveu entre o final do Império e as primeiras décadas da República. Foi para recuperar as Forças Armadas, e através delas reestabelecer a balança de poder platina, que os oficiais que fundariam a RDN foram mandados para o treinamento na Alemanha por dois integrantes da elite diplomática e militar brasileira, o Barão do Rio Branco e o Marechal Hermes da Fonseca.

A marca de nascer que a disputa geopolítica e a ligação com a Alemanha tiveram na RDN reverberou no seu pensamento, pelo menos nas primeiras décadas de sua existência. Assim, vimos que os colaboradores da Revista herdaram o ultrarrealismo com o que seus mestres alemães entendiam a cena internacional, o que os fazia desconfiarem das ideias de paz universal e dos organismos internacionais, como da Liga das Nações. Também manifestavam medo e hostilidade frente à Grã-Bretanha, vista como arquétipo do país imperialista, não menos pelo seu domínio do mar. Na lista de ameaças ao país, todavia, a Grã-Bretanha perdia importância para o perigo argentino, sempre presente na mente dos militares da RDN, e que se intensificou sobremaneira ao final dos anos 1920. Seria a Argentina, inclusive, a preocupação por trás dos artigos pioneiros na RDN que constituem uma prévia do fundador da geopolítica brasileira, Mário Travassos, ele mesmo colaborador de longa data e redator da publicação. Também é nos final dos anos 1920 que a Revista, sob comando de Humberto Castello Branco e tendo como membro do grupo mantenedor Eurico Dutra, irá elaborar hipóteses sobre a junção da ameaça imperialista com a regional e a interna, representada pelas elites políticas locais e suas forças militares.

Depois de sumarmos a leitura de ameaça geopolítica da RDN revisamos a sua concepção de guerra e de defesa, que defendemos ter forte

influência germânica, transmitida através dos treinamentos (diretamente ou através da 'Missão Indígena'), e de artigos de militares alemães. Nessa concepção de guerra, sistematizada na tese da "Guerra Total" de Ludendorff, a área econômica e a área política interna são dimensões do conflito, e caem na esfera de responsabilidade das Forças Armadas. É a partir daí que se articulam as teses da RDN sobre a industrialização, a infraestrutura e a organização do Estado Brasileiro.

Na dimensão econômica, a preocupação com o fornecimento de material face um bloqueio, provavelmente britânico devido à sua aliança tácita com a Argentina e o status do Reino Unido como país imperialista por excelência, pedia a autossuficiência nacional. A ideia de autarquia começou timidamente, com a questão imediata das munições ainda antes da Primeira Guerra, e paulatinamente se desenvolveu para englobar indústrias de base e, finalmente, uma estrutura industrial capaz de abastecer todas as necessidades do país, inclusive as da população civil.

Na dimensão política, a necessidade de mobilizar todos os recursos para a guerra levaria a adoção pela RDN da concepção de Estado como organismo que luta de forma coesa pela sobrevivência. Tal concepção, entretanto, era incompatível com o cenário político interno do país, dominado pelas elites políticas particularistas, clientelistas e personalistas, que, de fato, não só enfraqueciam o país e o Exército, como também eram em si mesmas uma Hipótese de Guerra. Para salvar o país, a RDN pediu então a tutela militar na política nacional, sintetizada na sua proposta do Conselho de Defesa Nacional.

Durante essa fase inicial, os militares não articulariam a tese de alinhamento internacional com algum país específico, nem ressaltariam o perigo do "inimigo interno", como se veria depois. Entretanto, o terreno é preparado para o advento de ambos os elementos. No caso do alinhamento, a obsessão com o perigo argentino certamente poderia se tornar a base para a defesa de um alinhamento com uma potência extracontinental, como realmente ocorreria no pós- Segunda Guerra. Mais importante ainda é a concepção de "Guerra Total" e de consequente centralidade do Exército na política e na vida

nacional, ideias que convertem em inimigos potenciais todos aqueles que discordam com o que o General Góes posteriormente chamaria de “A Política do Exército”. O impulso centralizador gerado por essas ideias, sempre acompanhado da preocupação com a autossuficiência econômica e industrial, tem uma semelhança inegável com os acontecimentos posteriores a 1930, quando muitos colaboradores da RDN chegam ao comando do Estado.

CAPÍTULO III: DA DOCTRINA GÓES – TRAVASSOS À DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL – O PENSAMENTO MILITAR ENTRE 1930 E 1964.

INTRODUÇÃO.

Esse capítulo tem como foco o pensamento militar brasileiro entre os anos 1930 e 1950, ou seja, o período em que os militares chegaram ao núcleo decisório do Estado brasileiro. Nosso objetivo é responder a duas perguntas centrais. A primeira, assim como no primeiro capítulo, é se é possível articular uma visão de ameaça geopolítica com as agendas militares para a área da política interna e de desenvolvimento econômico. A segunda é se o pensamento elaborado após a II Guerra Mundial apresenta sinais de ruptura ou continuidade com relação a visão geopolítica e os entendimentos políticos e econômicos anteriores. Mais especificamente, se a noção de ameaça regional, desenvolvimento autárquico e concepção do Estado como um ente orgânico voltado para a guerra são abandonadas em favor da tese da defesa do ocidente e da democracia liberal contra o inimigo interno, combatido através da guerra insurrecional, ou não.

Atingiremos esse objetivo em quatro partes, mais a conclusão. Na primeira, tentaremos, como no capítulo anterior, prover uma contextualização do pensamento militar a partir de uma exposição sumária sobre a relação entre disputa geopolítica no Prata e a participação das Forças Armadas na política interna entre os anos 1930 e 1950.

Na segunda parte, iremos nos focar no pensamento de dois oficiais que tiveram grande impacto sobre a evolução do Exército no período, o General Góes Monteiro e o então Capitão Mário Travassos. O primeiro foi o comandante militar da Revolução de 30, e posteriormente Ministro da Guerra, chefe do Estado Maior do Exército e, finalmente, chefe do Estado – Maior das Forças Armadas. Esteve portanto em posição única para implementar as suas ideias sobre a coesão do Exército e a sua tutela sobre a política nacional. O segundo foi, além de colaborador de longa data e redator da Revista Defesa Nacional nos anos 1920, Instrutor – Chefe da Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Nesse posto, disseminou sua doutrina geopolítica, baseada

na disputa entre Argentina e Brasil pela hegemonia sul-americana, para gerações de oficiais do Exército.

Geralmente, a análise da ação política dos militares se concentra nas ideias do General Góes, enquanto os estudiosos do pensamento geopolítico conferem importância a Travassos¹²⁹. Aqui, expomos os dois autores em conjunto por considerarmos que eles representam dimensões complementares do pensamento militar do período, sendo que as diretrizes para a política interna de Góes, focadas da guerra e na preparação para a guerra, não são completamente compreendidas sem entender a leitura de ameaça geopolítica contidas no trabalho de Mário Travassos.

Na terceira parte, buscaremos analisar o pensamento do Brigadeiro Lysias Rodrigues, que é relevante principalmente para testar a hipótese sobre a continuidade da linhagem ideológica militar que é o objeto da pesquisa. Isso porque o Brigadeiro escreve logo após o fim do Estado Novo e o início da Guerra Fria, e foi próximo do grupo de oficiais mais associados aos Estados Unidos e a ideologia da defesa da democracia e do Ocidente, liderados pelo Brigadeiro Eduardo Gomes. Assim, procuraremos verificar em que medida as preocupações anteriores com a geopolítica regional e a centralização político-administrativa estão presentes no trabalho de Rodrigues, e como eles influíram na sua proposta, pioneira, de alinhamento com os EUA.

Na quarta parte, o foco deverá ser no pensamento elaborado por militares vinculados à Escola Superior de Guerra entre 1949 e 1964. Dentre estes, tiveram atuação destacada os dois primeiros comandantes da Escola, Oswaldo Cordeiro de Faria e Juarez Távara, e seus colaboradores diretos, dentre os quais se contam Golbery do Couto e Silva, Ernesto Geisel, Antônio Carlos Muricy, Rodrigo Otávio, Juradir de Bizarria Memede, Idálio Sardenberg, entre outros¹³⁰. Outro oficial cujas contribuições farão parte da análise será o do comandante da ESG entre 1966 e 1967, General Aurélio Lyra Tavares, que depois foi comandante do Exército e membro da Junta Governativa Provisória de 1969. O General Lyra Tavares é interessante para a pesquisa porque, ao

¹²⁹ Ver Coelho, 2000 & Trevisan, 1985.

¹³⁰ Arruda, 1983.

contrário dos demais membros do Grupo Original da ESG, ele estava no centro dos acontecimentos na época mais dura do regime de 1964, quanto supostamente a doutrina do inimigo interno, da defesa do ocidente e da guerra insurrecional teria dominado completamente as preocupações das elites militares.

Tanto no trabalho do General quanto no dos primeiros formuladores da Doutrina de Segurança Nacional, buscaremos identificar se as ideias e preocupações anteriores com a geopolítica regional, a organização do Estado e o desenvolvimento econômico foram suplantadas, ou ao contrário, foram incorporadas e seguiram presentes.

3.1. O Tabuleiro do Prata, as Forças Armadas e Política Interna entre os anos 1930 e 1950.

Entre 1930 e 1937, se processaram acontecimentos que catapultaram as elites militares envolvidas no processo de reforma do Exército desde a fundação da Defesa Nacional em 1913 ao poder, e abriram caminho para a incorporação, pelo Estado, das ideias por elas desenvolvidas nas décadas anteriores.

Esse período de turbulências foi iniciado com a Revolução de 1930, movimento iniciado pelas oligarquias gaúcha, paraibana e mineira contra a hegemonia paulista no governo federal. Na dimensão militar, a Revolução representou uma divisão entre gerações. Isso porque, para derrubar os paulistas, os oligarcas dissidentes se aliaram aos “Tenentes” rebeldes de 1922 e 1924, que haviam sido expulsos do Exército e posteriormente tiveram sua anistia negada, deixando a eles apenas a luta armada como opção de ação política e retorno à carreira¹³¹. Devido ao fato de que nenhum dos “Tenentes” tinha uma patente elevada, e a recusa de Luís Carlos Prestes para ser o chefe militar da Revolução, esse posto foi oferecido, e aceito, ao Tenente-Coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro, um antigo colaborador da Defesa Nacional. Contando com essa condição, Góes tentou obter a adesão dos fundadores da Defesa Nacional, Bertholdo Klinger, Euclides Figueiredo e Estevão Leitão de Carvalho, e os demais veteranos da militância corporativa dos anos 1910 e

¹³¹ McCann, 2009

1920. Todavia, esses oficiais, em contraste direto com os tenentes, estavam no momento anterior à Revolução em posições de chefia, servindo sob Tasso Fragoso no Estado Maior do Exército. Assim, permaneceram fiéis ao governo, gerando uma divisão entre os “Turcos” de um lado e Góes e os “Tenentes” do outro¹³².

Ocorre, todavia, que a lealdade dos “Turcos” ao governo não provinha de sua crença no governo civil ou no liberalismo. Assim, quando Góes e os tenentes sob seu comando lograram obter uma vantagem militar significativa, Klinger sugeriu a Tasso Fragoso e aos generais do Rio de Janeiro que depusessem Washington Luís. O coronel naquele momento não tinha nenhuma intenção de transferir ao poder a Vargas ou aos revolucionários. Seu projeto, na realidade, era o de um governo militar permanente¹³³. A empreitada não deu certo devido a posição dura de Vargas e Góes, que ameaçaram aniquilar o Exército legalista em Itararé caso os generais do Rio de Janeiro não lhes entregassem o governo.

O fracasso do plano de Klinger e a vitória da Revolução levaram a uma situação de dualidade de comando no Exército. Por um lado, havia o comando “oficial” dos antigos generais e seus assessores “turcos”. Por outro, havia o comando dos tenentes e de Góes. O segundo não podia facilmente substituir o primeiro porque seus integrantes tinham patentes muito baixas, e teriam que sofrer sucessivas promoções para se qualificarem a ocupar os cargos de Estado Maior. Uma solução tentada para o problema foi a promoção de Góes, que em dois anos atingiu o posto mais elevado na hierarquia. Entretanto, a promoção do chefe militar da revolução não resolveu tudo, e o resultado da dualidade de comando foi uma deterioração na disciplina da caserna, com sucessivas rebeliões em 1931 e 32. As revoltas cresceram em número e escopo, até culminarem na Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo, liderada no campo militar pelos agora generais Klinger e Figueiredo¹³⁴.

Curiosamente, a Revolta Paulista não substituiu o governo indicado para o Estado por Getúlio Vargas, o que gerou especulações de que o

¹³² Idem.

¹³³ McCann, 2009.

¹³⁴ Idem

movimento na realidade havia sido arquitetado pelos líderes militares para imporem uma ditadura, e não pelas elites civis que queriam o retorno à situação pré-1930. Além disso, durante a Revolta, suspeitas surgiram que os generais que comandavam as tropas dos dois lados, Klinger e Góes, se articulavam para se livrarem dos seus parceiros civis e instalarem o governo militar direto¹³⁵.

O Golpe Militar não ocorreria em 32, tendo dado lugar a vitória do governo Vargas sobre os rebeldes paulistas. Entretanto, apesar de não ter se implantado a ditadura, Góes conseguiu como resultado da supressão dos paulistas estabelecer seu domínio sobre o Exército, que ele consolidaria ao ser nomeado no ano seguinte para o Ministério da Guerra. Nesse posto, e depois como Chefe do EME entre 1936 e 1943, Góes implantaria uma profunda reforma na corporação.

O sentido dessa reforma era preservar a coesão institucional, o que passava pelo reforço da hierarquia e da disciplina, e também pela unidade de doutrina. Além disso, a nova reforma de Góes, como parte de sua concepção de segurança nacional, previa a intervenção em bloco, e a tutela, do Exército na política. E tal tutela deveria, inclusive no interesse de preservação institucional do próprio Exército, ser feita em detrimento dos interesses e políticos civis, principalmente das oligarquias regionais e das correntes ideológicas nacionais, como o integralismo e o comunismo, que começavam a aparecer.

A necessidade de preservar o Exército e a segurança nacional, duas causas que estavam inter-relacionadas pois o primeiro era visto como o garantidor da segunda, levaram Góes a propor sistematicamente um golpe militar para acabar com o regime liberal. Depois de uma tentativa fracassada em 1934, a aproximação das eleições e a possibilidade do retorno das oligarquias ao poder na campanha de 1938 criou o clima propício para a primeira intervenção institucional do Exército na política brasileira, com o Golpe do Estado Novo, articulado no Ministério da Guerra e no Estado Maior¹³⁶.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ Idem.

Apesar de se preservar Getúlio como presidente, o golpe deveria ser dado mesmo contra sua vontade, e mudou completamente o sistema político, com a abolição das instituições liberais e representativas. No seu lugar, e dos interesses civis, o Exército assumiu o papel de garantidor final do Estado, que assim passou a refletir nas suas políticas as preocupações do Alto Comando.

Uma dessas preocupações era de ordem geopolítica. O Exército nos anos 1930 manteve sua avaliação de que a principal ameaça à segurança do país era a Argentina, que possuía vantagem em armamento e munição sobre o Brasil, além de exercer sua influência econômica sobre os países platinos, como no Chaco Paraguaio, onde a burguesia portenha mantinha grandes investimentos.

Para fazer face à ameaça argentina, e também ao perigo de desintegração agravado após a Rebelião Paulista de 1932, o Ministério da Guerra e o Estado Maior do Exército colocaram como prioridade a autossuficiência nacional na produção de munições. Entretanto, naquele momento, o país não tinha condições de obter no curto prazo os demais itens necessários para montar uma resistência efetiva no caso de um ataque argentino, o que pedia que se negociassem apoio diplomático e armamento com as potências extracontinentais. Vargas, consonante com essa avaliação, buscou realizar uma política bifronte com os EUA e a Alemanha entre 1937 e 1939, mandando o chefe do Estado Maior do Exército, Góes, para o primeiro país em 1938, e organizando a sua viagem para o segundo (na qual levaria como assessor Ernesto Geisel) no ano seguinte¹³⁷. A viagem à Alemanha, entretanto, seria interrompida pela guerra, assim como a própria diplomacia triangular, substituída por uma aliança direta com os EUA.

Pelos termos do acordo, o Brasil obteria armamento e apoio financeiro e técnico para a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional, antigo reclamo dos militares, e os EUA contariam com os recursos naturais e o uso do território brasileiro, principalmente do “saliente nordestino” como base de operações para as suas forças empenhadas no combate no Norte da África e na Europa.

¹³⁷ D’Araújo & Castro, 2007.

Enquanto o Brasil se aliava aos EUA, o vizinho platino seguia no caminho oposto. Em 1943, militares germanófilos assumiram o poder num golpe de Estado. Tanto o golpe quanto o novo governo foram entendidos pelo embaixador americano como sendo uma operação nazista, que buscava, após a derrota em Stalingrado, garantir uma nova base no hemisfério ocidental. Esse entendimento do embaixador (e depois Secretário de Estado para o Hemisfério Ocidental) foi incorporado pelo Departamento de Estado chefiado por Cordell Hull, que iniciou uma política de contenção e boicote à Argentina. Parte dessa política era constituída de embargos econômicos, mas os diplomatas americanos também pressionaram o governo brasileiro para que realizasse um ataque militar ao vizinho. Apesar do apoio do General Góes Monteiro, esse ataque não se realizou, tendo o Brasil se limitado a garantir o Uruguai e o Chile contra qualquer ataque de Buenos Aires¹³⁸.

No pós-guerra, a posição argentina de afastamento com os EUA não foi alterada. Por um lado, o governo argentino, agora chefiado por Perón, não participou nem das instituições hemisféricas lideradas pelo EUA (OEA e TIAR) e nem mesmo das entidades especializadas na ONU idealizadas por Washington, como o FMI, o Banco Mundial e o GATT. Os EUA responderam a esse afastamento continuando sua política de boicote econômico à Argentina, sob o pretexto de estar esse país abrigando refugiados nazistas e protegendo suas propriedades¹³⁹.

O distanciamento com Washington era parcialmente compensado pela proximidade com Londres. A Argentina se achava, naquele momento, atrelada à Grã-Bretanha economicamente, sendo esse país o seu maior fornecedor e cliente externo. Além disso, praticamente todo o saldo de guerra que Buenos Aires acumulara durante a guerra estava denominado em libras. O atrelamento econômico e financeiro com a Grã-Bretanha, que considerava os suprimentos argentinos essenciais para sua economia, valeram a Buenos Aires a sua fidelidade diplomática. Assim, os ingleses se recusaram a participar do embargo americano, mantendo, e na realidade intensificando, sua parceria com a Argentina. Para isso, sem dúvida contribuiu a avaliação do embaixador

¹³⁸ Ver Moniz Bandeira, 2010 e Elíbio Junior, 2011.

¹³⁹ Ver Moniz Bandeira, 2010.

britânico em Buenos Aires, para quem a política americana buscava, através do controle sobre a Argentina, o país mais rico e poderoso da América Latina, expulsar a influência de Londres no hemisfério ocidental¹⁴⁰.

A relação com a Grã-Bretanha permitiu que os argentinos evitassem a inanição econômica no pós-guerra, ainda que não fosse forte o suficiente para assegurar que o país platino realmente promovesse o desenvolvimento industrial que almejava. E, nos primeiros anos após a guerra, o governo argentino era internamente forte, se apoiando numa coalizão que incluía o Exército e os sindicatos de trabalhadores urbanos, e assim conseguiu executar uma política expansiva na América do Sul, com o objetivo de formar um bloco sob sua liderança que se contrapusesse aos EUA. A ponta de lança dessa expansão era a infiltração política nos seus vizinhos, com o estabelecimento de relações com os sindicatos locais e a oferta de ajuda financeira¹⁴¹.

Diante da consolidação política interna e da expansão argentina, o Brasil apresentava divisões internas e temores. Em 1945, Góes Monteiro e Dutra derrubaram Vargas do governo. No seu lugar, surgiu uma disputa entre duas candidaturas de oficiais. A primeira era do próprio Dutra, apoiada por Góes, por oficiais mais próximos do Estado Novo e, posteriormente, pelo próprio Vargas. A segunda era do Brigadeiro Eduardo Gomes, que congregava oficiais de uma geração mais recente, boa parte oriundos do tenentismo, e com uma maior influência estadunidense. A vitória de Dutra abriu caminho para um governo conservador, apoiado no PSD e na UDN¹⁴².

Na dimensão externa, o governo Dutra se pautou pela intensificação do alinhamento com os EUA, que havia permitido ao país dar início à sua indústria de base devido ao apoio na implantação da Companhia Siderúrgica Nacional. A proximidade com Washington era proporcional ao afastamento e ao receio de Buenos Aires, que partia de duas fontes. A primeira eram as próprias elites militares. Seu temor era que o expansionismo peronista resultasse em primeiro lugar na absorção do Uruguai e Paraguai pela Argentina, ou mesmo um ataque direto ao Brasil. Essa foi a opinião elaborada em janeiro de 1947 pelo chefe do

¹⁴⁰ Moniz Bandeira, 2010.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Ver D'Araújo & Castro, 1997 & Moniz Bandeira, 2010.

Estado Maior do Exército, General Cesar Obino, que depois seria um dos articuladores da Escola Superior de Guerra. A segunda fonte era a UDN, em cujos relatórios do Diretório Nacional se propunha a interrupção das relações econômicas com Buenos Aires, para não auxiliar nos preparativos para a guerra que se planejava contra o Brasil¹⁴³.

No início dos anos 1950, com a volta de Vargas ao poder, a incompatibilidade entre o expansionismo peronista e os planos dos militares que se organizavam em torno da ESG e da Cruzada Democrática chegaria ao ponto de ruptura. Perón entendia que Vargas poderia ajudar a colocar o Brasil no bloco sul-americano liderado pela Argentina, e incluiu o presidente brasileiro nas negociações em torno do seu acordo de cooperação econômica e comercial, que também incluía Uruguai, Paraguai, Bolívia, Chile e Peru. Perón afinal conseguiu viabilizar o Acordo, na Ata de Santiago assinada com a Bolívia, Paraguai e Chile, mas Vargas, que entendia as relações com a Argentina como uma forma de pressionar Washington por maiores concessões econômicas, não aderiu. Isso não impediu que a imprensa brasileira, secundada por políticos udenistas, entre eles o próprio ministro das Relações Exteriores de Vargas, João Neves da Fontoura, denunciasse que o presidente buscava uma aliança com a Argentina e Chile em detrimento do sistema pan-americano liderado pelos EUA.

Na realidade, ainda que Vargas não realmente tivesse em mente se tornar aliado de Buenos Aires, a sua estratégia de “negociações trilaterais” com a Argentina e EUA estava de qualquer forma em choque com o consenso que se formava no Alto Comando. A orientação que se tornava predominante ali (ou sempre havia sido) era a favor de um alinhamento com os EUA em troca do apoio americano na busca brasileira pela hegemonia continental, que deveria ser feita justamente em detrimento de ambição semelhante nutrida por Perón. Nesse sentido apontam tanto os documentos da Escola Superior de Guerra, quanto as cartas do General Góes Monteiro, que em 1952, enquanto chefe do

¹⁴³ Moniz Bandeira, 2010.

Estado Maior das Forças Armadas, negociou o Acordo Militar com os EUA, alinhando o Brasil a Washington em troca de apoio técnico e financeiro¹⁴⁴.

Além da esfera diplomática, Vargas também se chocava com as elites militares devido à sua estreita vinculação com os sindicatos. Foi esse fator, junto com a aproximação com a Argentina, que em última análise levou a sua deposição, em 1954, de forma marcante pelas mesmas elites que haviam o tornado ditador em 1937 e o tirado do poder pela primeira vez em 1945.

Se a derrubada de Vargas em 1954, e de Goulart em 1964, seriam as “últimas palavras” proferidas pela elite militar no campo da política interna, no campo intelectual esse posto cabe à Doutrina de Segurança Nacional, elaborada pela ESG quase que simultaneamente à campanha militar contra o segundo governo Vargas. Entretanto, a Doutrina não foi a primeira correspondente intelectual da atuação política das elites desde que assumiram o poder pela primeira vez, nos anos 30. Tal pioneirismo cabe a Mário Travassos e Góes Monteiro, esse último o supervisor direto da ESG enquanto esta formulava sua Doutrina nos anos 1950, mas que vinte anos antes havia elaborado suas próprias teses sobre a tutela do Exército na política brasileira, como veremos na seção a seguir.

3.2. O Pensamento Militar dos Anos 1930: A Doutrina Góes – Travassos.

3.2.1: A Leitura de Ameaça na Geopolítica de Mário Travassos.

Enquanto os eventos revolucionários se desenrolavam, o capitão Mário Travassos, colaborador da RDN desde a sua fundação e posteriormente seu Redator – Secretário finalizava a obra que lhe conferiria o status de fundador da Escola Geopolítica Brasileira. “Aspectos Geográficos Sul-americanos”, nome posteriormente alterado para “Projeção Continental do Brasil”, que segundo o próprio autor representaria melhor o argumento contido no livro, é ao mesmo tempo uma sistematização e uma tentativa de teorização construída sobre o debate produzido na “Defesa Nacional” nos anos anteriores¹⁴⁵. Nesse sentido, Travassos mobiliza a geografia política para ressaltar o antagonismo entre Brasil e Argentina, por um lado, e as soluções propostas pela revista para

¹⁴⁴ Ver Fundo General Góes Monteiro, Arquivo Nacional.

¹⁴⁵ A exposição dessa seção se baseará em Travassos, 1938

a preponderância do último país, às quais se somam à outras teses expostas pela primeira vez na “Projeção Continental”.

Um dos fundamentos da geopolítica de Travassos é o impacto das bacias hidrográficas sobre o comportamento dos Estados. Segundo o autor, existe uma tendência para que países busquem o domínio integral de todas as bacias presentes no seu território. Assim, caso haja uma divisão no controle político de alguma bacia, aquele que país que controla a foz tende naturalmente a se expandir sobre aquele que possui os trechos navegáveis, e este sobre aquele que controla a cabeceira. E, dado que a embocadura da bacia tem um efeito cêntrico, o poder que a controla tem uma nítida vantagem sobre seus concorrentes na disputa pelo controle do ecúmeno.

Aplicando esses princípios gerais à situação sul-americana, Travassos chegou a uma divisão do continente em duas “Vertentes”, uma dominada pelo Pacífico e que, além do litoral banhado por esse oceano era constituída pelos Andes, e a Atlântica, composta por duas grandes bacias, a Platina e a Amazônica. Haveria ainda uma oposição entre a Vertente Pacífica e a Atlântica, e a segunda, devido as características do seu litoral, mais propenso à navegação, e ao fato de possuir as grandes bacias do continente, que facilitariam os transportes e a agricultura, teria uma propensão natural para se impor à primeira e assim dominar o continente. Por sua vez, o controle da Vertente Atlântica seria decidido pela oposição entre o Prata e o Amazonas, e pelos poderes que controlam a embocadura dos dois rios. Em outras palavras, pela Argentina e pelo Brasil.

O núcleo dessas oposições geopolíticas na América do Sul seria a Bolívia, e mais precisamente, o triângulo compreendido entre Sucre, Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra. Isso porque esse “heartland” sul-americano teria acesso simultâneo a ambas as vertentes do continente, e às duas bacias da vertente atlântica. Quem controlasse o Triangulo Boliviano poderia, a partir do vértice de Sucre, Cuzco e o vale de Ucaile, atravessar os Andes e chegar ao litoral pacífico, a partir do vértice de Santa Cruz acessar a Bacia Amazônica através dos rios Grande e Mamoré, e, a partir do vértice de Cochabamba, chegar à Bacia do Prata. Fica claro, assim, que tal poder estaria

em uma posição geopolítica ideal para, superando os antagonismos pacífico-atlântico e amazônico-platino, estender sua dominação pelo continente.

Segundo Travassos, o problema do ponto de vista brasileiro era que o Estado que mais se aproximava de atingir essa condição era justamente o nosso rival pela supremacia continental, a Argentina. Recuperando as teses elaboradas na “Defesa Nacional” sobre as características do poder de Buenos Aires, o autor afirma que, além de contar com as vantagens naturais advindas da topografia e do seu controle sobre a embocadura do Prata, os argentinos ainda tinham plena consciência dos seus objetivos geopolíticos, e agiam em perfeita consonância com eles. Tais objetivos, por sua vez, sendo derivados da oposição entre as bacias do Prata e do Amazonas descrita por Travassos, pedem uma expansão argentina em direção ao Brasil, o que só não levou a um conflito entre os dois países, até o momento, devido à opção de Buenos Aires pela penetração pelo interior do continente, ao invés daquela que levaria diretamente ao litoral brasileiro¹⁴⁶.

A expansão argentina, fundada sobre a continuidade territorial, a homogeneidade de língua e religião e a perseguição implacável dos objetivos estratégicos teria como ponta de lança as ferrovias, cujo objetivo era reforçar o caráter cêntrico dado pelas hidrovias do Prata, e assim o domínio dessa bacia tanto sobre a Amazônica quanto sobre a Vertente Pacífica. Seria esse o sentido das ligações estabelecidas entre Buenos Aires e Montevideu e Assunção, mas, sobretudo, com Valparaíso no Chile (a primeira transcontinental sul-americana) e com La Paz, na Bolívia. No caso da ferrovia entre Buenos Aires e a capital boliviana, a Argentina ganharia acesso tanto à Bacia Amazônica, dada a proximidade com Cochabamba e daí a Santa Cruz (bem como através de Cuzco), quanto aos Andes e ao Pacífico, via vale de

¹⁴⁶ “O Estado Argentino, com o acionamento das comunicações platinas, exprime a mais perfeita compreensão do seu destino geo-político – em face dos dois antagonismos em redor e no quadro da massa continental – principalmente porque, entre as formas de expansão, se decidiu pelo fomento das comunicações terrestres.”.XIX.

- “A Expansão política por meio das comunicações marítimas levaria o Estado Argentino à luta imediata com o Estado brasileiro, por isso que o litoral sul do Brasil é que definiria os pontos de aplicação das forças expansionistas. A Expansão terrestre afastou essa possibilidade, ao mesmo passo que, por linhas interiores, se manifesta sob a forma altamente simpática da solidariedade continental”.

Ucaile. Assim, a articulação Buenos Aires – La Paz apresentava o sentido de superação dos antagonismos sul-americanos, mas a favor do Prata.

Na realidade, de acordo com Travassos, a preponderância argentina era tamanha que esse país, face à negligência brasileira, já de fato controlava os países interioranos da Bolívia e do Paraguai, transformados em reféns geopolíticos de Buenos Aires. A situação se agravava pela presença da influência dos EUA, que poderia afetar a partida entre o Prata e a Amazônia, descendo do Mar das Antilhas através das Bacia do Orinoco e dos Andes e em direção à Bolívia, e se ligando com a influência argentina, quando Buenos Aires consolidasse seu acesso à Vertente Pacífica e a Bacia Amazônia. Em outras palavras, temia-se, na mesma linha das preocupações retratadas na Defesa Nacional, um cerco ao Brasil, com a diferença que o aliado extracontinental possível da Argentina apontado por Travassos agora era Washington, e não mais Londres, como se pensava nos anos 1920.

Além de todos esses problemas, o Brasil ainda teria de enfrentar o fato de que a Bacia Amazônia era muito menos desenvolvida que a do Prata, e que se posicionava de forma excêntrica ao núcleo geopolítico brasileiro, ao contrário do que se passava com a Argentina, cuja capital se situava sobre a embocadura da sua bacia.

Apesar de todas essas desvantagens, o Brasil ainda teria algumas fichas para jogar no tabuleiro platino. Em primeiro lugar, por ter construído ligações entre S. Paulo – Santos, Ponta Grossa – Paranaguá, Porto da União – São Francisco, Santa Maria – Porto Alegre e São Gabriel – Rio Grande, o país havia pelo menos impedido que a influência platina dominasse o sul brasileiro. Além disso, ao se observar o “Heartland” sul-americano, ou seja, o triângulo Cochabamba – Santa Cruz – Sucre, Travassos identificou uma grande oportunidade. Ocorre que Santa Cruz seria o centro econômico da Bolívia, se localizando no sopé dos Andes e sobre grandes reservas de petróleo (que o Brasil já controlava), e seria o vértice do triângulo mais permeável a influência brasileira, por duas razões.

Em primeiro lugar, poderia ser facilmente ligada por via férrea até Corumbá, no Mato Grosso, e daí até São Paulo e Santos. Nesse ponto,

Travassos repete *ipsis literis* as teses já expostas na RDN de que Corumbá seria o ponto de influência natural brasileiro no Rio Paraguai, e que o país deveria construir uma ferrovia dessa cidade até Santa Cruz, com o mesmo objetivo que o geopolítico dá para a empreitada, ou seja, conter a influência argentina no interior da América do Sul.

O segundo motivo da permeabilidade de Santa Cruz ao poder brasileiro era que essa cidade poderia ser ligada por ferrovia até o rio Madeira – Mamoré, e daí até Porto Velho e as hidrovias da Bacia Amazônica. Essa ligação, se concluída, superaria em muito aquela articulava Santa Cruz ao Prata via Cochabamba, por ser mais curta em pelo menos 700 km. Além disso, dado que a foz do Amazonas era muito mais perto da Europa e dos EUA que Buenos Aires, seria mais rápido e econômico usar essa conexão do que aquela controlada pelos argentinos. O mesmo poderia se dizer da conexão via Corumbá até Santos, porto que também era mais próximo do Atlântico Norte que a embocadura do Prata.

Segundo Travassos, se o Brasil realizasse essas articulações, livraria Paraguai e Bolívia do “imperialismo platino”, e nivelaria o tabuleiro geopolítico sul-americano que pendia então a favor de Buenos Aires. Entretanto, o geopolítico advertia que as conexões ferroviárias com os vizinhos não seriam suficientes para conter o poder argentino, e o país deveria se preparar para medidas mais enérgicas. Talvez, imaginasse que ao vedar o expansionismo portenho pelo interior, somente restasse aos argentinos adotarem a via, até agora evitada, do confronto direto com o Brasil.

Nos momentos imediatamente posteriores à Revolução de 30, o livro de Travassos teve como efeito formar a consciência geográfica dos homens de Estado do Brasil, segundo afirma Pandiá Calógeras no prefácio da obra. E, como vimos, essa consciência geográfica, que Travassos passaria diretamente aos oficiais superiores do Exército como instrutor – chefe da ECEME durante o Estado Novo (1937 – 1945), era sinônimo da consciência da disputa com a Argentina pela supremacia no continente sul-americano, e da necessidade de impedir que esse rival se articulasse com as influências de fora da região a todo custo.

3.2.2: A Visão sobre a Organização Política Interna, ou A Doutrina Góes.

Ao contrário de Travassos, Góes Monteiro não se concentrou sobre os detalhes da situação geopolítica sul-americana e dos desafios à inserção brasileira. Isso não impediu, entretanto, o General de formar uma visão sobre o sistema internacional, e nem que essa visão fosse central para o seu entendimento da participação do Exército na política nacional¹⁴⁷.

Fazendo jus à sua condição de antigo colaborador da Defesa Nacional, Góes segue a linha realista que marcou essa publicação. Assim, para ele, a paz universal é um mito, e a preocupação com a defesa e a preparação para a guerra continua a dominar o modo como as nações conduzem a política exterior, o que inclusive orienta a sua diplomacia, que seria apenas uma maneira por elas utilizada para intrigar, enganar e surpreender umas às outras.

Além disso, a guerra e a preparação para a guerra não são resultado apenas das preocupações de defesa das potências, mas sim do seu expansionismo inato. Ocorre que, para Góes, a marcha evolutiva dos Estados passa por dois estágios, que se ligam em um contínuo. Num primeiro momento, que ele denomina de Nacionalista, os países se organizam e resolvem seus problemas internos. Concluída essa etapa, os Estados passam a sentir uma necessidade de expandir-se, e a utilizar essa expansão para equacionar seus problemas domésticos de ordem política, econômica e social.

Apesar do expansionismo praticado pelas grandes potências ser usualmente disfarçado sob justificativas das mais variadas, sejam elas civilizatórias, religiosas ou raciais, as suas consequências práticas eram de duas ordens: Em primeiro lugar, a absorção ou dominação dos mais fracos pelos mais fortes, sendo essa força medida em termos políticos, espirituais, morais e materiais. Em segundo lugar, a agressividade dos Estados significa não somente a perpetuação da guerra, como também a mudança de seu caráter, que deixa de ser esporádico ou intermitente para se tornar contínuo. Para Góes, o intervalo entre os conflitos armados passou a ser dominado pelas lutas intestinas, que visam bloquear as iniciativas da nação com o objetivo de

¹⁴⁷ A exposição dessa seção se baseia na obra “A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército”, de 1931.

se organizarem e se fortalecerem e assim deixá-las à mercê do imperialismo. Nesse sentido, a Luta de Classes passa a ser um instrumento para enfraquecer o Estado.

Passando do problema geral das relações internacionais para a situação brasileira, Góes argumenta que o país havia sofrido desde o final do século XIX uma erosão da sua posição internacional. A decadência brasileira remontaria paradoxalmente a vitória na Guerra do Paraguai. Ocorre que, apesar de derrotar o adversário, dada a situação precária do Exército no início do conflito, e a falta de preparo da Nação para a guerra devido à negligência do Império, o Brasil levou muito tempo, e incorreu em muitos sacrifícios, até conseguir obter o resultado favorável. E, enquanto sofria essas perdas gigantescas, os aliados na guerra, os países platinos, se fortalecerem, o que continuou durante as décadas seguintes. Assim que, entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX o Brasil havia perdido a sua hegemonia no continente sul-americano. Como coloca o General:

“A guerra do Paraguai, que nos custou pesados sacrifícios de toda a espécie, apesar da vitória final tão demorada, resultou, paradoxalmente, em graves prejuízos, ao mesmo tempo em que os nossos aliados platinos dela saíram melhorados, a ponto de receberem um impulso progressista, formidável. Encontrávamo-nos na impossibilidade de fazer contra o inimigo um esforço maciço, capaz de destruir de um só golpe suas forças morais e materiais, quebrando, por definitivo, a vontade adversa. E enquanto perdíamos, pouco a pouco, nossa hegemonia militar e naval no continente sul-americano, assistíamos, melancolicamente, países que eram atrasados até então, tomarem-nos o passo, num surto formidável de adiantamento em todos os ramos da atividade humana”.(Goes, pg. 53).

Claramente, essa preocupação era resultado do progresso econômico, militar e diplomático da Argentina, que havia invertido a balança de poder na América do Sul. Então que, na visão de Góes, o país estava imerso em um sistema internacional hostil, no qual somente os países mais poderosos e

organizados logravam sobreviver, e o faziam predando os países mais fracos, os dominando, absorvendo ou os forçando as mais humilhantes concessões dentro da corrida imperialista global. E, além disso, o Brasil havia nos últimas décadas perdido a vantagem regional, e agora estava em situação de inferioridade com relação a sua adiantada vizinha.

De acordo com o General, a situação do sistema interestatal significava que uma conflagração generalizada iria acontecer. Nesse ponto, ele se aproxima da visão elaborada pela Defesa Nacional no final dos anos 1920 sobre a possibilidade de uma guerra entre EUA e Inglaterra pelo domínio do mar. Todavia, ao contrário da RDN, Góes não especifica quais seriam os contendores. Ele também difere da revista ao propor que, no caso de uma guerra mundial, o país deveria necessariamente se envolver, o que lhe abriria a possibilidade de obter vantagens (possivelmente auxílio material) em troca do envio de tropas para o combate. Essa primeira indicação de uma possível associação internacional, possivelmente de forma a poder enfrentar em melhores condições a ameaça regional que se infere da preocupação com a ascensão argentina na América do Sul, é todavia seguida da lembrança que nenhuma aliança poderia dirimir o Brasil do seu esforço de aperfeiçoar sua organização e sua capacidade de mobilização. Como coloca o General:

“O caso de uma guerra externa generalizada, permitirá ou não, conforme o resultado das hostilidades iniciais, o suprimento oportuno do material belico indispensável, à custa do agrupamento a que nos juntarmos. Nós forneceremos a ‘carne para o canhão’, e o resto nos será concedido, se a liberdade do mares nos ficar franca.

Mas seja nesse, seja noutro caso antevisto, da eventualidade de uma guerra, ser-nos-á preciso contar com a mobilização nacional praticavel nas melhores condições, inclusive o aspeco econômico”(Goes, pgs. 71 – 72).

Então que o país deveria implantar seu programa de fortalecimento nacional, única forma de realmente obter proteção contra os desafios externos. É essa necessidade que irá orientar a visão de Góes tanto sobre a política

nacional quanto sobre o papel do Exército na frente doméstica, e que começa com uma crítica feroz ao liberalismo, o grande impeditivo na sua visão do fortalecimento e organização da sociedade brasileira.

É possível ligar a visão do General e aquela elaborada pela RDN nos anos 1910 e 1920 sobre a política doméstica. Entretanto, o primeiro demonstra ter uma postura antiliberal e autoritária muito mais radical do que a segunda. Provavelmente, isso se deve a que a Defesa Nacional, apesar de ter um óbvio viés autoritário, teve que conter sua militância nesse campo por ser de fato um veículo semioficial de um Exército que teoricamente servia a um regime democrático e representativo. Por isso, nunca a Revista repudiou em seus editoriais ou artigos a própria noção de democracia ou política partidária.

Esse definitivamente não é o caso do General. De acordo com ele, o liberalismo é a fonte de todos os males sociais pelos quais passava o país, e a política partidária nada mais era do que um veículo de destruição da pátria. Isso porque as instituições liberais haviam se convertido em uma espécie de avatar dos interesses regionais e particulares caracterizados em essência pelo faccionalismo, pelo imediatismo e pelo personalismo, o que impedia que se tratassem de todos os problemas da organização política e administrativa do país. Ao invés disso, se assegurava a perpetuação da ignorância da massa popular, e da incoerência e desonestidade das elites. Sem deixar dúvida sobre seu entendimento do caráter das disputas e correntes políticas no contexto do sistema liberal, Góes afirma:

“Do ponto de vista político, a pluralidade de partidos, de organizações partidárias, consentida pela democracia liberal, está se tornando absurda pelo caráter particularista que é expressão desses grupamentos sem finalidade nacional e, por conseguinte, organizados quase que exclusivamente a interesses de grupos, de facções e de indivíduos e nunca os interesses da coletividade. Os partidos com os programas, organização, estrutura, e finalidade que tinham e ainda têm, tendem a desaparecer, porque, na prática, só representam e promovem a discórdia, a desunião, a exploração e a injustiça. Eles não agem para o bem comum, quando no poder, mas sim

para o bem dos seus adeptos. Representam a divisão, a luta estéril, que leva à anarquia e à desorganização” (Goes, pg. 89).

Além do caráter perverso das correntes e disputas políticas liberais, o país ainda sofria com os males do federalismo, que no Brasil só havia gerado regionalismos e desunião, e com os “quistos latifundiários”, ou o poder dos coronéis, que Góes desprezava. A solução para todos esses problemas era uma só, e passava pela a destruição do regime liberal e a sua substituição por uma dinâmica de aumento progressivo do controle do Estado sobre a sociedade nacional, que assim seria capaz de garantir a divisão de tarefas e a organização indispensável ao país. É isso que o general sugere diretamente, quando explica como deve se praticar o nacionalismo no Brasil:

: “Mudando o regime implantado pela constituição de 1891, de modo a, por etapas sucessivas, ir progressivamente aumentando o poder do Estado e transformando as suas instituições para que elas possam exercer efetivamente a função social que lhes for destinada no aparelhamento da organização no mesmo Estado.” (Goes, pg 89).

O ponto final desse processo de ampliação do poder do Estado seria aquele em que ele tivesse reunido as condições para, através de seu próprio aparelhamento e expansão, controlar e disciplinar todos os aspectos da vida da Nação, com destaque para a dimensão econômica:

- “O Estado deve ter poder para intervir e regular toda a vida coletiva e disciplinar a Nação, criando os órgãos e aparelhos próprios para organizar a nossa economia, obrigar todos ao trabalho e satisfazer o mínimo das necessidades morais e materiais de todo cidadão brasileiro que sirva, realmente, à sua pátria.” (Goes, pg. 90).

Essa proposta está coerente com a tese de Góes sobre a marcha evolutiva inevitável dos povos, que, como vimos, passaria por uma etapa de organização interna, ou nacionalista, em que os países se fortaleceriam e se qualificariam para se protegerem dos perigos externos, até que chegasse o momento deles próprios se expandirem em direção ao exterior. Entretanto, havia um problema central no programa do militar, dado que, como ele próprio afirmava, todas as correntes políticas estavam contaminadas pelo vírus do liberalismo e dos interesses imediatistas e particulares, e logo nunca poderiam encampar um programa que pudesse gerar um “Estado orgânico” como este.

Góes resolveria esse problema de forma magistral. Em primeiro lugar, ele operou uma distinção entre os conceitos de soberania popular, baseada na massa, e soberania nacional, que seria transcendente e depositada nas instituições armadas, dessa forma constituídas na “espinha dorsal da nacionalidade”. Em seguida, depois de efetivamente destruir a teoria de soberania popular e assim legitimar filosoficamente o Estado autoritário tutelado pelo Exército, Góes lançou seu segundo argumento, de caráter prático, e no qual transformou o problema da anomia política nacional em justificativa para o poder militar. Ocorre que, dada a ausência de forças políticas com espírito patriótico no país, sobrariam como instituições nacionais apenas o Exército e a Marinha de Guerra, que conseqüentemente seriam as únicas forças capazes de efetivamente liderar o processo de organização nacional requerido. Como coloca o General:

- “Não havendo a opinião pública do país se organizado em forças nacionais, restam as forças particularistas, que não mais poderão dispor e concentrar em suas mãos os interesses da nacionalidade. Ficam só o exercito e a marinha como instituições nacionais e unicas forças com esse caracter, e só à sombra delas é que, segundo a nossa capacidade de organização, poderão organizar-se as demais forças da nacionalidade. O Exército e a Marinha são, por conseguinte, os responsaveis maximos pela segurança interna e externa da Nação, precisando para esse fim serem tão fortes quanto o possível, de modo que nenhum outro elemento antagônico a sua finalidade possa ameaçar os interesses da pátria”(Goes, pg. 78)

O primeiro passo para que as Forças Armadas fossem “tão fortes quanto o possível” , por sua vez, era a destruição do espírito liberal dentro das próprias instituições armadas. No seu lugar, deveria surgir um espírito de “sacrifício em prol da nacionalidade”, orientado pela camaradagem, coesão, consenso doutrinário e “... a mais acentuada unidade de vistas”. Para tanto, o Exército deveria eliminar completamente a influência de elementos estranhos nas suas fileiras, sejam eles propagadores de ideologias alienígenas, agentes de governos estrangeiros e políticos e oficiais seduzidos pela política partidária. Góes resumiu esse programa na expressão sobre a necessidade de se fazer a política do Exército, não a política no Exército, e que a menos que tal mudança de atitude fosse realizada, com a expulsão dos manipuladores de plantão, a corporação nunca veria seus planos realizados:

“Alias, sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército, não a política no Exército. E este deve repelir, a coices d’armas, todo elemento que, sob quaisquer disfarces, queira induzi-lo a tomar outra direção, do que, como tem acontecido, só poderá resultar na sua divisão, fraqueza e impotência.”(Goes, 79)

Apesar da proposta de Góes significar basicamente a transformação do Exército em um partido, e de fato no único partido legítimo na política nacional, ela não esquece a finalidade tradicional da corporação. Assim, ainda que utilize uma ampla argumentação para justificar a tutela do Exército sobre a política doméstica, um dos motivos que tornaria essa ação indispensável, e que vem diretamente das páginas da Defesa Nacional, é que não poderia nunca haver um Exército disciplinado em uma nação indisciplinada. E, mais importante ainda, o general afirma que a sonhada “Política do Exército”, viabilizada pela eliminação dos dissensos internos da instituição armada, é a de preparação para a guerra, preparação essa que seria de caráter total, abrangendo todos os aspectos da vida do país:

“A política do Exército é a preparação para a guerra, e esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional”(Goes, 79)

De modo a não deixar margem para dúvidas sobre a abrangência do envolvimento militar, Góes ainda lista todos os setores sobre os quais o Exército estaria interessado, devido à sua importância para o esforço de guerra, e nos quais se responsabilizaria por suprimir, sempre que possível, “o individualismo ou qualquer espécie de particularismo”:

“O Exército é um órgão essencialmente político; e a ele interessa, fundamentalmente, sob todos os aspectos, a política verdadeiramente nacional, de que emanam, até certo ponto, a doutrina e o potencial de guerra. A política geral, a política econômica, a política industrial e agrícola, o sistema de comunicações, a política internacional, todos os ramos de atividade, da produção e da existência coletiva, inclusive a instrução e a educação do povo, o regime político – social – tudo, enfim afeta a política militar de um país” (Goes, 80).

Obviamente, a imposição, pelo Exército, do interesse coletivo sobre toda a gama de interesses particulares que dominavam a política nacional no início dos anos 1930 levaria a conflitos. Provavelmente prevendo a resistência que suas propostas teriam sobre a opinião desses setores, Góes faz uma advertência na qual deixa claro a nova posição do Exército de “guardião da Nação”, e qual seria o estatuto daqueles que se colocassem entre a corporação e seus objetivos políticos. Ou seja, que não aceitassem a “Política do Exército”:

“Digamos bem alto que as Forças Militares não são contra o federalismo, não são contra os Estados grandes ou pequenos, não são contra os políticos maiores ou menores, não são contra os proletários patriotas, não são contra a imprensa, as leis e os elementos culturais, não são contra as polícias estaduais e as instituições não-armadas, não são contra os estrangeiros respeitadores, não são contra a autonomia dos Estados, não são contra a indústria, a lavoura, o comércio, e o funcionalismo, não são contra os governantes e os governados.

Elas são a favor da Nação brasileira unida e forte, e contra todo elemento e contra tudo que prejudicar essa união”.

Apesar de tudo, a “Doutrina Góes” não pedia o governo militar direto. Ao invés disso, a operacionalização da intervenção militar na política nacional deveria ser exercida por um sistema de tutela, no qual o Exército apoiasse “governos fortes, capazes de movimentar e dar nova estrutura à existência nacional, porque só com a força é que se pode construir, visto que com fraqueza só se constroem lágrimas.” Esse apoio seria realizado através do fortalecimento do Alto Comando do Exército, e do Conselho Superior de Defesa Nacional, instituído na década anterior por proposta da “Defesa Nacional”. Uma vez estabelecido esse sistema, o “governo forte” controlado pelo Exército levaria a cabo o programa de reorganização e reedificação nacional, através da centralização administrativa, da racionalização do Estado, e na implantação da indústria, principalmente a indústria bélica.

Nos anos que se seguiram a publicação do seu livro, Góes, para desespero do autor do prefácio da obra e candidato civil do governo à Presidência nas eleições de 1938, José Américo, tentaria por todos os meios a implantação da visão contida nas suas páginas. Ao observar os eventos posteriores, com a reforma do Exército por ele liderada, e a implantação do Estado Novo, por ele proposta diretamente desde 1934, é impossível negar que o livro de Góes é um dos textos mais proféticos da política brasileira. Como diria Alzira Vargas de Amaral Peixoto sobre as ambições do general, e que a nosso ver captam o essencial dos seus movimentos e realizações políticas nos anos 1930 e 1940:

- “Seu sonho sempre foi implantar no Brasil, não direi uma ditadura militar, mas um governo tutelado pelo Exército do qual seria ele o fiador. (...) Em 1934 tentou ser o amigo perigosamente indispensável e não a Presidência, como supus inicialmente. Em 1935, se apresentou, como salvador, o conselheiro desprezado mas sempre imprescindível. Em 1937, está enfim pronto para receber o fruto de seu longo trabalho e persistentes estudos. Solapou todos os ministros da Guerra que interferiam em seus planos e destruiu todos os generais

que lhe podiam fazer sombra. O ministro da Guerra de 1937, o general Eurico Dutra, era por todos os motivos para ele o homem ideal. O que faltava ao general Góis sobrava ao general Dutra: coragem pessoal e capacidade de execução. Podia agora fazer quantos planos quisesse, como chefe do Estado- Maior, na certeza de que o ministro da Guerra os executaria.”(Amaral Peixoto In Murilo Pinto, 1997, pg. 294).

A Dúvida que resta é se o sistema idealizado pelo general no seu livro, e materializado quase que perfeitamente no Estado Novo anos depois, morreu com esse regime em 1945, e assim foi definitivamente derrotado pela democracia liberal pro ele tão odiada. Ou se, ao contrário, o “partido do Exército”, e sua política, continuaram após o triunfo da democracia em 1945, e se tornaram a verdadeira espinha dorsal não mais do Estado Novo, mas do que depois se convencionou chamar “Estado desenvolvimentista”. Para ter uma indicação de qual é a resposta a essa pergunta, convém analisar os trabalhos produzidos pelos encarregados de continuar a tradição de pensamento militar nas décadas seguintes. Dentre esses, tem destaque o Brigadeiro Lysias Rodrigues, fundador da Força Aérea Brasileira junto com seu colega, o Brigadeiro e ex-“Tenente” de 1922 Eduardo Gomes (candidato a presidência em 1945), e os militares que, também oriundos do tenentismo, se organizaram na Escola Superior de Guerra a partir de 1949. Foram esses militares que, como Góes nos anos 1930, proveriam a base ideológica para a ditadura de 1964.

3.3. O Elo Perdido: A Geopolítica de Lysias Rodrigues.

Apesar de ser usualmente negligenciado, mesmo nos manuais de geopolítica, o pensamento do Brigadeiro Lysias Rodrigues, retratado no seu livro de 1946, “Geopolítica do Brasil”, é de grande importância não só para essa área, mas para a compreensão do próprio pensamento militar brasileiro. Isso porque em sua obra se situa cronologicamente entre o pensamento

autoritário dos anos 1930 e 1940, e a Doutrina de Segurança Nacional dos anos 1950 em diante. Mas, para além do aspecto cronológico, também é interessante a posição do autor, na rede de relações políticas dentro das Forças Armadas. Por um lado Rodrigues foi um estreito colaborador do Estado Novo, e assim se aproximava do grupo “autoritário” liderado por Góes Monteiro e Eurico Dutra. Nessa condição, foi um dos idealizadores e fundadores da Força Aérea Brasileira. Por outro lado, era aliado do Brigadeiro Eduardo Gomes, ex-tenente de 1922, primeiro comandante da FAB e candidato à presidência em 1945. Portanto, Lysias também se associava à facção mais pró-americana e supostamente “democrática” dentro das Forças Armada, que era constituída em grande parte por membros da FAB e liderada por Gomes. Tudo isso faz das ideias do brigadeiro um bom indicador sobre se aquelas propostas sobre a ameaça geopolítica e a organização política interna elaboradas por Góes e Travassos, e em grande medida herdadas da Defesa Nacional, foram abandonadas com o fim do Estado Novo, ou se foram incorporadas por correntes insuspeitas das Forças Armadas, que foram ainda mais associadas ao alinhamento com os EUA e a defesa da democracia liberal do que o grupo da ESG que surgiria depois.

Escrevendo em 1946¹⁴⁸, Lysias é o primeiro geopolítico a fazer um esforço de adaptação das suas propostas à nova conjuntura internacional do pós-guerra. Ele começa notando que, finado o conflito, a política mundial era dominada por três Grandes Potências, Inglaterra, União Soviética e EUA. O Brasil, por sua vez, tinha sua posição caracterizada por ser um candidato privilegiado ao estatuto de Grande Potência. Isso porque, de acordo com o Brigadeiro, e emprestando a argumentação de Frederich Ratzel, a evolução política e tecnológica mundial, principalmente na área dos transportes, significava que agora somente poderiam aspirar ao protagonismo mundial aqueles Estados continentais, ou “Impérios Estatais”, na definição do geopolítico alemão.

Entretanto, para que o Brasil lograsse atingir essa posição, precisaria antes enfrentar alguns desafios geopolíticos. O primeiro dele era representado

¹⁴⁸ A exposição dessa seção será baseada na obra “Geopolítica do Brasil”, de Lysias Rodrigues (Rodrigues, 1947).

pelo regionalismo. Deixado em segundo plano por Travassos, a ameaça dos interesses locais destacada pela Defesa Nacional retorna com toda força na geopolítica de Lysias. Nesse sentido, o Brigadeiro afirma que os Estados agem de forma contrária ao interesse nacional, se comportando como verdadeiros países rivais na questão das disputas de limites, e que desse jeito arriscavam levar o país a nada menos que a Guerra Civil, como havia acontecido no passado:

“Os Estados apresentam-se disputando áreas limitrofes, como se fossem velhos e ferrenhos países inimigos, e não todos brasileiros filhos da mesma pátria.

Já chegamos mesmo à ameaça de guerras civis, como foi o caso do contestado, por exemplo, devido ao extremo regionalismo, intolerante, feroz, infelizmente ainda existente ali” (Rodrigues, 1947, pg. 97) .

A única forma de garantir a integridade nacional, na visão do militar, era através de um combate ferrenho aos regionalismos. Isso deveria ser feito através da redivisão política do país, e da instituição de territórios federais, de modo a tanto garantir a ocupação e o desenvolvimento do espaço nacional quanto a proteção das populações locais, então legadas ao abandono causado pelo descaso e mesquinhez da política dos Estados. Como coloca o Brigadeiro:

“Só a redivisão territorial e política poderia liquidar de vez com esses malfadados problemas de litígios interestaduais, acabando de uma feita com a mentalidade tacanha que sobrepõe aos interesses da pátria seus mesquinhos interesses regionais” .

(...)

A redivisão territorial política, como vimos, deve sobretudo, primordialmente, combater a ferro e fogo o regionalismo.” (Rodrigues, 1947, pg. 97 -98).

Essa retomada feita por Lysias da ênfase na ameaça regional não é obra do acaso, mas sim da agenda política do autor. Escrevendo logo em

seguida da derrubada do Estado Novo, sua intenção é prover uma justificativa para a preservação da herança centralizadora desse regime, para o qual havia colaborado. A necessidade de uma justificativa geopolítica para a continuidade da centralização transparece na sua tese das sístoles e diástoles, em que afirma haver na geografia brasileira uma tendência de estímulo à descentralização política, periodicamente revertida pela ação do Estado. No momento em que escreve, o país estaria em uma vaga centralizante, claramente representada pelo Estado Novo. Entretanto, se houvesse omissão dos responsáveis, os regionalismos perversos e desagregadores voltariam a predominar. Como adverte:

“Se a ordem cronológica dos ciclos anteriores se verificaram continuasse, deveríamos esperar um novo ciclo político em que os fatores geográficos, a haver incompreensão dos dirigentes, atuassem de novo livremente.

Seria a desgraça do Brasil, sua dissociação, sua partilha entre os mais fortes. O Brasil tem, pois, necessidade urgente de solucionar o problema criado pelos fatores geográficos, para que o novo ciclo político seja um período luminoso na história pátria.”(Rodrigues, 1947, pg. 58).

A advertência de Lysias, bem como seu entendimento do caráter e significados da política regional, demonstram bem que seu projeto não tinha espaço para um retorno à descentralização ou ao federalismo que existia antes do Estado Novo. Ao contrário, o país deveria a todo custo manter o centralismo político-administrativo, pois só assim poderia realmente se tornar uma Grande Potência. Como coloca o Brigadeiro:

-

“O Brasil precisa manter jugulados os fatores geográficos, para atingir seu alto destino de império estatal.” (Rodrigues, 1947, pg. 58)

Entretanto, apesar de necessário, a contenção da ameaça regional não seria suficiente para garantir a segurança do Brasil. Além do problema interno, o país enfrentaria outro, de caráter continental. Nessa dimensão, Lysias retoma a noção de que o país está cercado por ser na América do Sul “o único de sua raça”. Esse cerco, representado pelos países hispânicos, se manifesta em três “Punctum Dolens” no qual as rivalidades seriam mais intensas. Tais pontos seriam o “heartland sulamericano” de Travassos, ou seja, o triângulo Cochabamba – Sucre – Santa Cruz, a fronteira do Brasil com a Argentina, como foco em Foz do Iguaçu, e a fronteira do Peru com o Equador, perto da cidade brasileira de Letícia. De acordo com o Brigadeiro, a necessidade de conter a influência hispânica nesses pontos, e nas fronteiras brasileiras em geral, foi a motivação fundamental para a criação dos territórios federais fronteiriços. Ele propõe que, além dos já existentes, de Ponta Porá e Iguaçu, correspondentes aos “Punctum Dolens” do Triângulo Boliviano e da fronteira com a Argentina, um terceiro, que seria o correspondente ao foco de Letícia.

Como se nota, dos três pontos de ameaça continental ao Brasil, dois se referem à Argentina, ou seja, aquele do Triângulo Boliviano e da fronteira sul do Brasil. Esse fato indica que a ameaça argentina também tem protagonismo na geopolítica de Lysias, ainda de forma diferente de como foi percebida por Travassos pouco mais de uma década antes. Ao contrário de Travassos, para o qual a Argentina teria uma inegável preponderância no continente, Lysias entende o país platino não mais como um possível hegemom sul-americano, mas na realidade como o principal obstáculo para a hegemonia regional do Brasil. Assim, se por um lado propõe que é o destino brasileiro “criar na América do Sul um núcleo geopolítico poderoso, homogêneo, sob sua chefia política”, por outro adverte que “... devido ao rumo dos acontecimentos políticos tomados em países sul-americanos, é possível que haja algum que não aceite sua inclusão nesse núcleo geopolítico sob a chefia do Brasil”¹⁴⁹. Finalmente, se haveria alguma dúvida sobre a identidade desse país, Lysias explica que “...o espírito argentino está identificado com Rosas”¹⁵⁰, ou seja, com o caudilho

¹⁴⁹ Rodrigues, 1947, pg. 121.

¹⁵⁰ Idem, pg. 122.

que enfrentou o Brasil para implantar o Vice-Reinado do Prata no século XIX, entidade que é o maior fantasma da geopolítica brasileira desde então.

Além de retomar a centralidade da ameaça regional interna, e de reler o perigo argentino, agora não mais como hegemom em potencial mas como obstáculo aos sonhos imperiais (legítimos e acertados) do Brasil, Lysias apresenta mais uma grande inovação com relação à Travassos: Ele propõe o alinhamento do Brasil com os EUA como meio (e justificativa) para que o país pudesse atingir seus grandes objetivos geopolíticos. A primeira tarefa da arquitetura dessa articulação foi refutar a tese do geopolítico norte-americano Nicholas Spykman, que afirmava ser a América do Sul, e o Brasil, uma espécie de reserva estratégica dos EUA no seu conflito com as potências eurásianas. Lysias rejeita essa tese diretamente em uma reafirmação categórica da soberania nacional brasileira:

“E se ainda hoje aparece um Nicholas Spykman, que enquadrando-se entre os imperialistas, declara abstrusamente que a principal área do continente sul-americano continuará a agir na política externa norte-americana, não com um vizinho continental, mas, como um território transoceânico dos Estados Unidos, não só demonstra completo desconhecimento sobre essa área, cuja maior parte constitui o Brasil, país independente, soberano, senhor de si mesmo, orgulhoso do que tem e cioso do que já fez, como ainda prova que os imperialista americanos, que se arvoram em geopolíticos, andam fundamente enganados com os povos que habitam essa área principal do continente sul-americano” (Rodrigues, 1947, pg. 44).

Em seguida, dá os termos sob os quais uma associação seria desejável:

“O Brasil, hoje, é uma potência em marcha para seus altos destinos, e apenas, ninguém o duvide, um bom vizinho continental, que sabe fazer-se respeitado quando necessário”(Rodrigues, 1947, pg. 44).

Ora, dada a tônica geral da obra, os “altos destinos” do Brasil são o status de Grande Potência e de “Império Estatal”, além de chefe do bloco político sul-americano, desígnios que se forem respeitados serão retribuídos com a fidelidade do “bom vizinho continental”.

Finalmente, depois de rejeitar a “proposta spykiana” de participação brasileira no sistema americano, e de delimitar os interesses brasileiros, Lysias explica porque a aliança é necessária aos dois países. Do ponto de vista brasileiro, além do apoio aos seus objetivos continentais, a aliança com os EUA seria importante porque haveria no horizonte um novo conflito mundial, que oporia Washington e Londres à Moscou. E, nesse conflito, os Estados Unidos apareceriam como os líderes do Ocidente, e portanto como os parceiros naturais dos brasileiros. Em outras palavras, Lysias elabora, antes mesmo de Golbery, a tese do alinhamento brasileiro ao ocidente. Do lado americano, por sua vez, a fidelidade brasileira seria necessária para garantir a segurança hemisférica, e a ponte entre o continente americano e a África. Ambos esses objetivos seriam assegurados pelo controle e proteção do saliente nordestino, ou seja, a área entre São Luís no Maranhão e Salvador da Bahia, e que havia abrigado uma base militar americana durante a II Guerra.

A Geopolítica de Lysias Rodrigues é marcada por continuidades e inovações com relação às fases anteriores do pensamento militar brasileiro. A continuidade se dá com a filiação centralizadora, e a ameaça hispânica e argentina, que continuam presentes e indicam que não houve uma conversão ao liberalismo ou o abandono dos objetivos estratégicos pela elite militar após 1945. Na realidade, a inovação, quando se faz presente, se dá como resposta à pergunta sobre como atingir os objetivos estratégicos mantidos. Nesse sentido, ao tentar formular essa resposta, Lysias se tornou o primeiro pensador a propor o alinhamento com os EUA como pilar para a obtenção da hegemonia no continente sul-americano, e conseqüentemente o primeiro a aderir às ideias de defesa do ocidente, que depois seriam melhor elaboradas pelo General Golbery do Couto e Silva e pelo grupo da Escola Superior de Guerra.

3.4 A Doutrina de Segurança Nacional.

O pensamento que iremos analisar nessa seção, diferentemente das demais teses revisadas nesse capítulo, se caracteriza por ser institucional, ou seja, por não poder ser atribuída a um único autor. Pelo contrário, o conjunto de ideias que veio a ser denominado de “Doutrina de Segurança Nacional” foi elaborado a partir dos estudos realizados no âmbito da Escola Superior de Guerra que se iniciaram em 1949. Posteriormente, quando Juarez Távora assumiu o comando da instituição, em 1952, esses estudos passaram nos três anos seguintes por um esforço de sistematização que resultou na DSN. Nesses anos, entre 1949 e 1955, pode-se dizer que a Doutrina foi produto de um grupo de militares de alta patente, formado pelos General Cordeiro de Farias e Juarez Távora, comandantes da Escola no período, e pelos coronéis Antônio Carlos Muricy, Ernesto Geisel, Golbery do Couto e Silva, Rodrigo Otávio e Idálio Sardenberg, entre outros¹⁵¹. Todos esses militares tiveram importância decisiva nos eventos políticos nacionais das décadas seguintes, e, principalmente, foram protagonistas do regime iniciado com o golpe de 1964.

A participação dos oficiais que elaboraram a DSN na ditadura, assim como o caráter antipopular, conservador e concentrador de renda desse regime, levou tanto a diversos estudos sobre a dita doutrina quanto a um determinado viés de interpretação. Em geral, se enfoca alguns aspectos da Doutrina de Segurança Nacional, como a guerra revolucionária e insurrecional, a defesa do alinhamento com o Ocidente e o conseqüente anticomunismo, e o marcado pró-americanismo, manifestado pro exemplo na defesa do capital estrangeiro. Somando-se todos esses elementos, chegou-se a um quadro pelo qual a DSN foi uma peça ideológica própria da guerra fria e que, importada desde fora por indivíduos associados ao poder americano, logrou, através da conversão dos movimentos internos e do próprio povo em inimigo, garantir a proteção dos interesses tanto dos EUA quanto dos seus associados locais, ou seja, a burguesia dependente.

¹⁵¹ Ver Arruda, 1983.

Sem ter como objetivo contestar os efeitos que a ESG ou a DSN tiveram na política e no desenvolvimento brasileiros, o objetivo dessa seção será relativizar, sem nunca negá-los de todo, os aspectos descritos no parágrafo anterior, e tentar demonstrar como a Doutrina apresenta fortes continuidades com o pensamento que se vem analisando nessa dissertação. Nesse sentido, buscaremos verificar em que medida as preocupações com a geopolítica continental e interna, a concepção de guerra total e as teses sobre o Estado enquanto ente orgânico e sobre a industrialização autárquica presentes nas etapas anteriores do pensamento militar brasileiro impactaram ou foram incorporadas na Doutrina de Segurança Nacional. Para tanto, iremos primeiro revisar alguns dos postulados centrais da geopolítica do General Golbery do Couto e Silva. Em seguida, buscaremos identificar a concepção de guerra da ESG, e como dela se derivam as teses da escola sobre a industrialização e sobre a organização do Estado.

De acordo com o General Golbery do Couto e Silva, a geopolítica brasileira é dominada por um ecúmeno central, cujo núcleo é o triângulo com vértices nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Esse grande ecúmeno principal, ou “Plataforma Central de Manobra”, se liga de forma algo precária a três ecúmenos ou penínsulas secundárias, a do Nordeste, do Centro – Oeste e do Sul, através de “istmos de circulação”. Além da plataforma central e das penínsulas, o país ainda teria uma “Ilha”, a Amazônia, que, como o próprio nome sugere, ocupa uma posição excêntrica e está quase que completamente desconectada do resto do conjunto. Consequentemente, de acordo com o General, e seguindo as preocupações do pensamento militar desde a Defesa Nacional, o principal desafio do país é evitar a desagregação política que adviria dessa situação de falta de coesão territorial. Para tanto, fazia-se urgente uma política de fortalecimento dos “istmos de circulação”, através do adensamento das redes de transportes e comunicação.

Entretanto, além do problema óbvio e geral da frouxidão da comunicação entre a Plataforma Central e os ecúmenos secundários, cada um desses teria um desafio geopolítico particular, que se vincula aos constrangimentos externos ao país. Assim, as Penínsulas Sul e Centro- Oeste,

bem como a Ilhéia Amazônica, se defrontariam com os centros de poder hispânicos da América do Sul. Estes, por sua vez, seriam uma ameaça vital para o Brasil, pois se caracterizariam pela unidade linguística e cultural. Dessa forma, ainda que até o momento tivessem mais divergido que convergido, haveria sempre como hipótese a sua união contra o Brasil, que seria por eles entendido como um vizinho exótico e débil, sobre o qual seus interesses poderiam ser satisfeitos. Assim:

“Velhas desconfianças e litígios antigos, sem dúvida, as separam, mas não parecem de molde a impedir uma composição de interesses e uma conjugação de esforços, quando se trate de satisfazer todas as ambições e todos os ressentimentos à custa do vizinho exótico, rico demais hoje em virtude de seu imperialismo prepotente, que nem pode aproveitar devidamente suas terras imensas e cuja vontade se julga andar um tanto alquebrada pela contribuição em alta dose de sangue escravo inferior...” (Couto e Silva, 1981, pg. 53).

Aqui se pode ver, ainda com mais clareza, a tese do cerco hispânico primeiro elaborada na Defesa Nacional nos anos 1920 e depois presente tanto na geopolítica de Mário Travassos quanto na de Lysias Rodrigues. Golbery também deve a esse último a caracterização dos desafios particulares que cada ecúmeno brasileiro sofreria das suas contrapartes hispânicas. Assim, ao Punctum Dolores de Letícia de Lysias, Golbery corresponde a tese de que a Ilhéia Amazônica estaria vulnerável ao cerco dos países andinos, muito mais populosos do que ela, que não poderia, dada a ausência de comunicações, contar com o auxílio da plataforma central. Ao Punctum da Bolívia, ou o “Heartland Sulamericano” de Travassos, por sua vez, o autor corresponde a ameaça que adviria da instabilidade desse país e do Paraguai, bem como de sua condição de espaço de confrontação privilegiada entre Brasil e Argentina, para o ecúmeno nacional do centro:

- “- o Paraguai e a Bolívia, ‘prisioneiros geopolíticos’, muito mais o primeiro que a segunda, valem muito pela sua posição geográfica no flanco aberto e vulnerável do Brasil meridional e central e constituem, sobretudo por sua instabilidade política e econômica, indistigáveis zonas de fricção externas onde

podem vir a contender, quer queriam quer não, os interesses brasileiros e argentinos”(Idem, pg. 55).

Golbery discorda todavia de Travassos e de Lysias quanto ao terceira zona de fricção. Ela permaneceria a mesma, a fronteira entre Brasil e Argentina, ou seja, aquela que se opõe à península sul, mas sua importância para o General é maior: na sua visão ela é a área de tensão por excelência da América do Sul.

Além desses setores, voltados para a América Hispânica, haveria mais dois: O saliente nordestino, ponto de contato extracontinental por excelência do Brasil, e o Atlântico Sul, no qual Golbery identifica dois rivais: A África do Sul, que entretanto não haveria de causar problemas por ter definido um curso continental de expansão, e a Argentina. Esse último país era, portanto, o nosso adversário em 3 dos 5 tabuleiros geopolíticos identificados, inclusive naquele de tensão máxima do continente sul-americano, justamente a fronteira que ele partilhava com o Brasil.

A centralidade de ameaça argentina também fica clara na descrição das hipóteses de conflito, que seriam basicamente duas: A primeira se daria através de um ataque extracontinental, originado na massa eurásiana, ao saliente nordestino. De acordo com Golbery, esse conflito seria o mais intenso, dado o poder do adversário, a União Soviética. Entretanto, era também o mais improvável, e, caso acontecesse, o Brasil poderia contar com seus aliados ocidentais. A segunda hipótese, por sua vez, viria da Argentina através da fronteira sul, e, ainda que menos intensa devido ao menor poder do inimigo regional, era preocupante pois o país teria que enfrentá-la sozinho:

“ao Sul, estendendo-se até Mato Grosso, uma zona também de vulnerabilidade máxima, mas a possíveis ações adversas de origem regional, às quais, embora sejam menos potentes, nos teremos de opor, exclusivamente, com os meios próprios que consigamos mobilizar;”(Idem, pg. 59).

Na realidade, apesar de toda a ênfase que Golbery confere à divisão do mundo entre ocidente e oriente, liderados pelos “superestados” americano e soviético, e as previsões apocalípticas que tece sobre o confronto entre os dois gigantes, parece ser a preocupação e as ambições geopolíticas regionais as motivadoras da proposta do alinhamento com os EUA. Dentro da ESG, o General Juarez Távora já havia incluído como um dos Objetivos Nacionais Permanentes do Brasil a obtenção da hegemonia no continente sul-americano¹⁵². Na visão de Golbery, a obtenção desse objetivo passaria por Washington.

As razões pelas quais uma aliança com os EUA seria possível e vantajosa, na visão do geopolítico, eram muitas. A primeira delas era que o poder americano, de outra forma irresistível, estava envolvido nos tabuleiros internacionais de leste e de oeste, abrindo um espaço de manobra para o Brasil, como se infere da passagem:

- “Como origem imanente nas terras desse hemisfério interior não haverá a temer, em prazo previsível, por bem longo que seja, qualquer ameaça direta à segurança da América do Sul e, pois, também do Brasil: de um lado, por ausência de potencial de agressão, e, do outro, por excesso desproporcionado de um poder, contra o qual não haveria como opor-se, se antagonismos, muito mais graves, não o mantivessem, de fato, empenhado em focos longínquos de atritos” (Idem, pg. 80).

O mesmo envolvimento global dos EUA que o fariam negligenciar beneficentemente a América do Sul também tornaria, do seu ponto de vista, uma parceria com o Brasil interessante, para equacionar dois desafios, um de origem extraregional e outra de origem continental. A primeira seria a guarda do estrategicamente importante saliente nordestino contra qualquer tentativa de invasão do Bloco Oriental. A segunda seria a hostilidade que os vizinhos hispânicos do Brasil teriam dos americanos, dentre os quais muito provavelmente se destaca a Argentina Peronista com sua política externa autônoma. Dadas todas essas condições, o Brasil poderia, mediante a garantia do suprimento de recursos estratégicos, garantir o apoio americano para sua

¹⁵² Távora, 1954

liderança regional, mediante a suspensão, por Washington, da política de garantia da balança de poder no Cone Sul:

“Ora, em tais circunstâncias (1952), quando entre nossos vizinhos hispano – americanos recrudescer indisfarçável uma oposição aos Estados Unidos da América que se mascara na Terceira Posição ou que outro rótulo tenha, aproveitando-se exatamente daquela enfocação para além Atlântico e além Pacífico dos interesses primaciais dos norte-americanos, o Brasil parece estar em condições superiores, pela sua economia não-competitiva, pela sua larga e comprovada tradição de amizade e, sobretudo, pelos trunfos de que dispõe para uma barganha leal – o manganês, as areias monazíticas, a posição estratégica do Nordeste e da embocadura amazônica com seu tampão da Marajó – de negociar uma aliança bilateral mais expressiva que não só nos assegure os recursos necessários para concorrermos substancialmente na segurança do Atlântico Sul e defendermos, se for o caso, aquelas áreas brasileiras tão expostas a ameaças extracontinentais, contra um ataque envolvente ao território norte – americano via Dacar – Brasil – Antilhas, mas uma aliança que, por outro lado, traduza o reconhecimento da real estatura do Brasil nesta parte do Oceano Atlântico, posto um termo final a qualquer política bifronte e acomodatória em relação a nosso país e à Argentina, ambas nações, por exemplo, igualmente aquinhoadas, contra todas as razões e todas as evidências, em armas de guerra naval.”(Idem, pg. 50 – 51).

Golbery ainda afirma que ao garantir, em troca da fidelidade brasileira, a nossa hegemonia na América do Sul e no Atlântico Sul, os EUA não estariam inclusive fazendo nada de novo, mas apenas seguindo o modelo que a Inglaterra havia adotado com eles próprios no século anterior, ao reconhecer sua liderança na América do Norte em troca do seu apoio no domínio mundial.

Outra indicação de que a preocupação central da ESG era com a geopolítica e as disputas interestatais regionais , e não com algum tipo de agente subversivo interno imaginado pela paranoia anticomunista incorporada

nas escolas de guerra americanas e estimulada pelo conservadorismo militar é a concepção de guerra adotada na Doutrina de Segurança Nacional. Ocorre que nos anos 1950, quando esta foi formulada, os militares da ESG não tinham como referência central a noção, que depois ficou identificada com a escola, de guerra interna, revolucionária ou subversiva. O combate à subversão somente passou a ser foco de estudos mais sistemáticos de 1959 em diante, por ocasião da Revolução Cubana e através principalmente da influência dos militares franceses, que tinham uma produção doutrinária vasta nesse campo devido à experiência no Vietnã e, principalmente, na Argélia¹⁵³.

Na realidade, apesar da Doutrina de Segurança Nacional ser formulada de 1950 em diante, a concepção de guerra que ela incorporou era mais antiga, se resumindo basicamente na noção de Guerra Total popular entre os militares brasileiros desde os anos 1930. Assim, Juarez Távora afirma que uma das características da Guerra Moderna é:

“A Totalização, ou extensão, em sentido vertical, de seus esforços e conseqüências, a todos os setores e camadas de cada nação nela envolvida. Sua ação já não se limita à destruição das forças militares que combatem nos mares, nos ares e nas zonas de frente do território nacional; estende-se a toda a retaguarda, onde soldados e civis, homens e mulheres, velhos e crianças dela participam, cada qual na medida de suas forças...” (Távora, 1952, pg 3).

Por sua vez, Golbery do Couto e Silva é ainda mais preciso ao descrever a concepção de guerra que orienta seu estudo sobre o planejamento da Segurança Nacional:

“O instrumento de ação estratégica, nessa era de guerras totais, só pode ser o que resulta da integração de todas as forças nacionais, de todos os recursos físicos e humanos de que dispõe cada Nação, de toda a sua capacidade espiritual e material, de totalidade de meios econômicos, políticos, psicossociais e militares que se possa reunir para a luta – de seu Poder Nacional, em suma” (Couto e Silva, 1981, pg. 369).

¹⁵³ Ver Martins Filho, 2008; 2012.

Além dessa concepção de conflito não poder ser atribuída à influência americana, dado que os EUA não a utilizavam à época, e não ser diretamente ligada à insurreição ou a subversão, também o modelo de aplicação prática da “guerra total” com que a ESG trabalhava não se voltava para o frente interno. Na realidade, a Escola entendia como o cenário em que os conceitos da guerra total se aproximaram mais concretamente da realidade foi aquele dos combates convencionais da II Guerra¹⁵⁴.

É dessa concepção mais tradicional de guerra, totalizante e convencional, que a ESG retirará suas principais recomendações tanto para o campo econômico quanto para o campo político, e que demonstram ter uma grande semelhança com a agenda detectada nas fases anteriores do pensamento militar brasileiro.

No campo econômico, a base das teses da ESG foi a constatação, a partir da observação dos combates da última conflagração mundial, que a guerra moderna era um empreendimento intensivo em tecnologia e recursos materiais, e que portanto o mais preparado nesses quesitos teria a vitória praticamente assegurada:

- “O caráter técnico e científico da Guerra Moderna, ligado à sua potência de destruição – impondo, para o equilíbrio ou superioridade de potencial militar, a invenção de novas armas e engenhos, ou o aperfeiçoamento dos existentes – importa não apenas na constituição de equipes de cientistas e técnicos, mas, ainda, no equipamento de uma potente indústria, alimentada por abundantes e adequadas matérias-primas, movida por enormes quantidades de energia e financiada liberalmente – para realizar os protótipos de armas e engenhos idealizados ou modificados, e em seguida, produzi-los em massa”. (Távora, 1952, pg. 10)

¹⁵⁴ Ver Sardenberg, 1954.

Na realidade, radicalizando o raciocínio, Juarez Távora chega a afirmar que uma vez decidido o ponto central, a “corrida para a preparação”, o conflito em si seria praticamente inconsequente. Seguindo a mesma linha, Couto e Silva afirma que, no caso de países que tem adversários superiores, é o fortalecimento do potencial, e não a guerra em si, que deve ser o foco do planejamento da segurança nacional. Entretanto, não se perde nunca de vista a possibilidade e a centralidade do conflito armado, e, apesar de se colocar o foco no fortalecimento do poder nacional nos campos político, psicossocial e econômico, eles tem como sentido sempre a guerra, como se vê na própria definição de potencial, e de poder, nacional¹⁵⁵.

É essa noção de guerra total e da centralidade da economia devido a sua contribuição para um esforço bélico nos moldes de uma luta entre estados como observada na II Guerra, é que vai orientar as diretrizes da ESG sobre o desenvolvimento econômico, elaboradas principalmente por Couto e Silva¹⁵⁶.

De acordo com esse autor, o planejamento do desenvolvimento se dá em um ciclo, que ele denomina de “Fortalecimento do Potencial Nacional”. A referência que irá determinar se esse ciclo deve se iniciar e que, em caso positivo, irá fundamentar as suas ações se baseiam na definição, pelas elites dirigentes do país, dos seus Objetivos Nacionais Permanentes (ONPs). Uma vez definidos os ONPs, deverá se processar uma Avaliação Estratégica de Conjuntura, na qual se mapeiam todas as forças e entidades que possam ser obstáculos para a sua consecução, as chamadas “pressões”.

A comparação das pressões principais com o poder nacional do qual o país dispõe levará à formulação dos Objetivos Nacionais Atuais, ou ONAs. Os ONAs nada mais são do que iniciativas que o poder nacional deverá adotar para neutralizar as pressões contrárias à realização dos ONPs, e assim dela derivam dois elementos centrais para o planejamento econômico nacional: As Hipóteses de Guerra (quando se verificar que os ONPs só podem ser obtidos pelo emprego da expressão militar do poder nacional), e a correlação de forças

¹⁵⁵ O Potencial nacional é definido como sendo o conjunto integrado de todos os meios ou forças políticas, econômicas, psicossociais e militares que a Nação considerada pode mobilizar, em circunstâncias determinadas, para fazer a guerra (Ver Couto e Silva, 1981, pg. 178).

¹⁵⁶ Ver Couto e Silva, 1981.

entre o Brasil e o adversário, ou adversários previstos nas dadas Hipóteses de Guerra (HG).

Caso se verifique que o poder nacional não é suficiente para o enfrentamento do adversário, a Política de Segurança Nacional deve incluir como Objetivo Nacional Atual o Fortalecimento do Potencial Nacional, disparando o ciclo, que se baseará diretamente em dois prazos: O Prazo Crítico e o Prazo de Mobilização. Ambos são determinados na avaliação estratégica de conjuntura, sendo que o primeiro se refere ao tempo estimado do início da guerra e o segundo o tempo que decorrerá entre o começo do conflito e as operações militares decisivas. Golbery nota que o prazo de mobilização, decorrente da melhoria na tecnologia, tende a zero.

Tendo em vista o prazo crítico e o prazo de mobilização, o planejamento nacional deve se incumbir de duas tarefas. A primeira consiste na conversão do potencial geopolítico do país, que é constituído do território, recursos naturais e possibilidades geográficas em Potencial Estratégico, ou seja, infraestrutura e capacidade econômica mobilizáveis em caso de conflito. Esse processo de conversão é o “Fortalecimento do Potencial” propriamente dito. Em seguida, se processa a mobilização, que é a conversão do potencial estratégico, que, no campo econômico, é a infraestrutura e o complexo produtivo, em poder bélico propriamente dito. Essas duas tarefas na realidade não são distintas, mas constituem um contínuo. Sendo assim, a mudança na Avaliação Estratégica na qual se identifique a aproximação ou agravamento da Hipótese de Guerra deve levar a uma fase de aceleração do Fortalecimento de Potencial, que, no limite, leva à mobilização, com a adoção de instrumentos avançados de disciplina no trabalho, mais turnos de produção, e a conversão de fábricas civis para a manufatura de equipamentos bélicos. Como coloca Golbery:

“O Planejamento do fortalecimento do Potencial Nacional constitui um ciclo contínuo, a desenvolver-se incansavelmente desde o tempo de paz e que prossegue durante todo o período e guerra, apenas com a ênfase modificada.” (Couto e Silva, 1981, pg. 342).

Em termos gerais, portanto, a Doutrina de Segurança Nacional concebe o desenvolvimento econômico (“Fortalecimento do Potencial”) como sendo o prelúdio da guerra. Entretanto, os colaboradores da ESG não se restringiram a definir os marcos conceituais sobre os quais deveria se dar o planejamento econômico, mas também indicaram algumas diretrizes específicas, também baseadas nas ameaças possíveis ao país.

A primeira dessas grandes diretrizes é o impulso pela autarquia produtiva, por sua vez tida como necessária devido a possibilidade de bloqueio marítimo, velha preocupação na tradição de pensamento militar brasileira. Como coloca Távora:

“Em caso de guerra – nomeadamente na Guerra Moderna – essa tendência à auto-suficiência torna-se ainda mais desejável, devido à insegurança das rotas marítimas, através das quais são aquelas matérias – primas normalmente obtidas do exterior”(Távora, 1952, pg. 14).

Ou ainda:

“A extensão provável da guerra ao mundo inteiro – importando na insegurança das rotas comerciais transoceânicas e mesmo, costeiras, e, conseqüentemente, nas dos suprimentos de importação – impõe a cada país a exploração máxima de seus próprios recursos e a estocagem oportuna de materiais críticos e estratégicos.” (Távora, 1952, pg. 9).

Dentro dessa diretriz pela autarquia, a ESG considerava especialmente importante a Indústria de Transformação, devido ao aproveitamento bélico de uma miríade de itens saídos das linhas de produção civis, ou então da conversão dessas linhas para a produção de equipamentos militares propriamente ditos. De fato, nos anos 1950, a Escola produziu estudos avaliando a mobilização industrial do país para a guerra, em que chama a atenção para o caráter integral dessa empreitada, seja pela amplitude de artigos quanto de setores que envolve. Em um deles se lê:

“... a enumeração do ANEXO N 1 apenas englobou indústrias direta e indiretamente ligadas a uma mobilização geral. Diretamente quando se tratarem de indústrias que produzam artigos utilizados pelas Forças Armadas, sem necessidade de qualquer adaptação ou correção, como, por exemplo: discos de cortiça, máquinas para rolar cartuchos, material eletrônico, metralhadoras, molas giratórias, munições objetivas cinematográficas, aparelhos de precisão para aeronáutica e marinha, ouvidos para fuséis, pistões, baterias, transformadores, refletores, rolamentos para mancais, vagões para estradas de ferro, tratores, etc... E, indiretamente, quando a produção atual puder ser substituída pela de outros artigos de interesse para a mobilização, por incremento de consumo ou por dificuldades de importação, como, para exemplificar: empresas que produzam bem aparelhos de precisão para fins civis, poderão fabricá-los também para fins militares; ou firmas que produzam correias metálicas de um tipo determinado poderão, com mais facilidade vir a produzir correias de outros tipos, se para tanto houver necessidade.” (Di Pietro, 1955, pg. 267).

A abrangência dos artigos descrita está em linha com o que Juarez Távora entendeu como elementos industriais necessários para a guerra, no qual incluiu as indústrias de transporte, mecânica, química, elétrica e de comunicações. O relatório também segue a linha do General Távora com relação à centralidade da autarquia industrial para a mobilização planejada:

“A indústria de borracha, principalmente pela sua capacidade atual de produção de câmaras de ar e de pneumáticos, apresenta grande importância em um plano de mobilização geral. Devemos não nos esquecer que o desenvolvimento do consumo destes artigos tem crescido muito, mais até que a produção nacional da própria matéria prima utilizada. Isto levará à dependência da importação (fls. 114) e a dificuldade para obtenção da auto-suficiência (QUADRO N 72) requerida em uma mobilização total”. (Idem, pg. 268).

Não era somente com a indústria que a ESG se preocupava, entretanto. Outro ponto fundamental era a instalação da estrutura nacional de transportes e energia. Nesse caso, além do apoio à autarquia fabril, se contribuiria para fortalecer a comunicação entre o núcleo central (A plataforma central de manobra) e os núcleos secundários (Penínsulas e Ilhas) do país. Essas comunicações, por sua vez, seriam úteis para os deslocamentos necessários para a mobilização e concentração de pessoal para o combate, assim como para o fluxo de matéria prima da periferia para os centros industriais e dos petrechos bélicos para a frente de batalha¹⁵⁷

Para realizar todo esses empreendimentos, e ademais considerando a necessidade de se atender o “prazo crítico” e o “prazo de mobilização”, seria necessário o apelo ao capital estrangeiro, de forma a superar o estrangulamento externo, aumentando a capacidade para importar. Além disso, o Estado deveria ter com clareza que o objetivo da política de desenvolvimento econômico não era o bem-estar da população, mas a Segurança Nacional. Como coloca Golbery, deveria se produzir “mais canhões, menos manteiga.”¹⁵⁸

Obviamente, a execução de todas as iniciativas e a imposição de opções que elas ensejam, muitas vezes diretamente contrárias à vontade popular, requeria um amplo grau de controle do “planejador” sobre a política nacional. De outra forma, e apesar das tentativas de Golbery de retratar o seu método de planejamento como “democrático” e tendo como instrumento o “jogo de estímulos”, não haveria como garantir o sucesso dos planos necessários à Segurança Nacional. Portanto, a Doutrina, como corolário necessário das suas teses sobre o fortalecimento do potencial e da mobilização, também teria de conter uma visão sobre a política interna brasileira.

Tal como a visão propriamente econômica, a concepção política da ESG apresenta bastante continuidade com relação aquela elaborada pela “Defesa Nacional”, sendo também influenciada pela concepção de guerra total. Nesse sentido, por um lado a DSN afirma haver uma distinção entre a política, ou a arte do estadista que diria “o que fazer”, da estratégia, que cuidaria da

¹⁵⁷ Távora, 1952.

¹⁵⁸ Couto e Silva, 1981.

implementação das diretrizes elaboradas pela política. Essas definições reproduzem grosso modo a distinção de Clausewitz que leva a subordinação da guerra aos objetivos políticos. Todavia, logo em seguida a DSN abandona a linha de Clausewitz e afirma, como Ludendorff, que a intensificação das rivalidades entre os Estados e a consequente totalização do conflito levariam a uma confusão entre a política e a estratégia, com a segunda praticamente ocupando todo o espaço da primeira:

“A verdade é que, hoje, na quase totalidade dos Estados do atual panorama mundial, o campo da Política acha-se permeado cada vez mais pelo influxo de fortes pressões adversas, as quais, determinando uma espécie de universalização do fator de segurança, ampliam a área da Estratégia a ponto de quase absorver em si mesma todas as atividades nacionais.” (Couto e Silva, 1981, 329).

Essa abolição da distinção entre a política e a estratégia permite que, nos marcos da Doutrina de Segurança Nacional, se entenda a questão da organização política interna, assim como faziam os colaboradores da “Defesa Nacional” como uma extensão da mobilização para a guerra. Nesse sentido, Aurélio de Lyra Tavares afirma:

“O problema da mobilização nacional, pelo que vimos, está intimamente associado ao da organização nacional, nos seus elementos fundamentais, porque, em última análise, ela importa num esforço integral da nação, em todos os seus setores de vida, para o fim de preservar a sua sobrevivência e a sua soberania, mediante o emprego adequado de todas as suas forças, materiais e morais, o que implica, sobretudo, um problema de organização funcional e espiritual.” (Lyra Tavares, pg. 103, 1958).

A continuidade lógica desse raciocínio é a necessidade de eliminação de todos os interesses que eventualmente se tornem um obstáculo à mobilização nacional¹⁵⁹, e, em última análise, a reedição da concepção de orgânica de

¹⁵⁹ “Por outro lado, é certo, é certíssimo, que a base de uma mobilização eficiente se encontra, sobretudo, na preparação espiritual da coletividade nacional, seja para prevenir, seja para enfrentar a contingência da guerra. Essa preparação, tando no âmbito do governo, como na consciência do povo, torna-se imprescindível para que a passagem do regime de tempo de paz para o de tempo de guerra

Estado da publicação dos Jovens Turcos, único modelo político compatível com a subordinação de todas as atividades e funções nacionais ao objetivo da guerra¹⁶⁰. De fato, na visão de Estado elaborada por Lyra Tavares, o sistema político é o equivalente ao sistema nervoso, o governo ao cérebro, o poder militar ao sistema muscular, o psicossocial ao sistema sensorial e o sistema econômico ao sistema circulatório.

Sendo o Estado um organismo voltado para a guerra, e o governo o seu cérebro, deveriam haver órgãos centrais de planejamento do fortalecimento e mobilização do país. O primeiro desses órgãos seria o Conselho de Segurança Nacional, sucessor do Conselho de Defesa Nacional proposto pela RDN nos anos 1920. De acordo com Lyra Tavares, o Conselho de Segurança Nacional deveria ter a mesma função que a Revista havia proposto para o CDN, ou seja, garantir que os órgãos civis da administração cumprissem com as necessidades de segurança do país. Assim, dentro do esquema geral de preparação para a guerra, o CSN deveria ser o responsável pelo setor de “logística civil”. Um exemplo da atuação desse órgão é na adequação do planejamento dos transportes do país ao planejamento militar:

“O planejamento militar de tempos de paz terá que influir, pois, nos empreendimentos nacionais de transporte, mesmo quando destinados também a outros fins, de modo a ser harmonizado o interesse militar com os outros interesses nacionais. Daí, a necessidade dos estudos combinados dos órgãos militares e civis, tanto no nível do EMFA – Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional – Ministério da Viação – Ministérios Militares, como no âmbito da ação dos Comandos de Zonas de Defesa e Autoridades civis regionais.”(Lyra Tavares, 1958, pg. 197).

esteja organizada, a qualquer momento, fazendo convergir o esforço nacional, em todos os setores interessados, no sentido da execução pronta e objetiva das medidas previstas, com a necessária compenetração do risco coletivo que a guerra impõe e sem qualquer tipo de resistência interna, que poderia agravá-lo”. (Lyra Tavares, pg 97).

¹⁶⁰ “... o Estado deve ser encarado como um organismo vivo, sujeito às mesmas regras de evolução e com os campos de vulnerabilidade comparáveis aos que caracterizam a biologia humana.”(Idem, pg. 89).

A política de transportes não era a única listada por Lyra Tavares como passível de coordenação pelo estabelecimento de segurança nacional. Através do Estado Maior das Forças Armadas, os militares deveriam exercer diretamente o papel de preparação da indústria civil para fins de mobilização¹⁶¹, assim como a condução de pesquisas nas áreas consideradas estratégicas¹⁶².

Se o papel da coordenação política com o objetivo de salvaguardar a segurança nacional já estava sendo exercido, ainda que de maneira insuficiente, pelo CSN e o EMFA a nível federal, a ESG afirmava não haverem instituições que cumprissem esse papel a nível estadual e local. Assim, propôs a criação de um “Poder Coordenador”, inspirado no poder moderador do Império, que seria responsável por, como o nome diz, articular as três esferas federativas e os três poderes da República. Em outras palavras, uma espécie de tutela centralizadora sobre o sistema político nacional, e que cobriria todas as áreas que não eram, naquele momento (anos 1950), alcançadas pelo Conselho de Segurança Nacional e o Estado Maior das Forças Armadas. Eventualmente, uma proposta mais moderada nesse sentido foi o fortalecimento dos municípios, de modo a debilitar os Estados (tido como muito poderosos) e povoar as regiões de fronteira, ou os “vazios demográficos” que estavam vulneráveis a separatismos e agressões externas¹⁶³.

Conclusão.

Tínhamos dois objetivos nesse capítulo. O primeiro era verificar se no pensamento militar brasileiro de 1930 a 1964 também havia uma associação

¹⁶¹ “A Solução progressiva dos problemas idênticos, tendo em vista as necessidades de mobilização, abrange, porém, muitos outros setores, dependentes todos de uma coordenação prévia dentro de cada uma das três Forças Armadas e do conjunto destas, por intermédio do EMFA, com a Indústria Civil”. (Idem, 173).

¹⁶² - “Tal foi o caso, por exemplo, da fabricação do dessalgante da água do mar (empôlas), obtida, com ótimos resultados, pelo IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) de S Paulo, mediante indiação e encomenda do EMFA.” (Idem, 173).

¹⁶³ Távora, 1961.

entre ameaça geopolítica e agendas para o campo da política interna e o desenvolvimento econômico, como ocorreu na fase compreendida entre 1913 e 1930. O segundo era responder a pergunta sobre, existindo essa associação, ela apresentava uma continuidade entre as ideias herdadas da fase anterior e elaboradas nos anos 1930, de um lado, e aquelas sistematizadas no pós-guerra, de outro. Mais especificamente, se a tese da ameaça geopolítica regional e interna, a concepção de guerra total, a noção de industrialização autárquica e de Estado orgânico permaneceram após 1945 ou foram substituídas por noções importadas dos EUA que estabeleciam a União Soviética, o comunismo e o inimigo interno como centrais, e portanto a associação unilateral com Washington, a adesão a democracia liberal e a abertura econômica ao líder do bloco ocidental. Em outras palavras, se estava indiretamente debatendo com a posição que vê na ESG e na Doutrina de Segurança Nacional uma invenção alienígena e produto da Guerra Fria, e que teve como sentido maior a proteção dos interesses dos EUA e da burguesia dependente brasileira.

Para cumprir nossos objetivos, iniciamos o capítulo com uma breve contextualização sobre a relação entre os conflitos internos do Exército, a disputa política nacional e a geopolítica regional, de modo a situar os autores e correntes ideológicas no seu ambiente. Nessa seção, ressaltamos que as elites militares chegaram ao núcleo decisório de Estado com a Revolução de 1930, e desse evento até o golpe do Estado Novo, sob a liderança de Góes Monteiro, resolveram seus conflitos internos e conseguiram impor uma efetiva tutela militar na política nacional. Além disso, há fortes indícios que as políticas defendidas pelos militares se associaram às preocupações geopolíticas, dentre as quais se destacava os regionalismos e a Argentina. Essas preocupações estão relacionadas com a evolução do pensamento militar do período, que é complementar à atuação política do Exército, seja no caso de Góes e Travassos nos anos 1930, ou dos oficiais da ESG, escola fundada por um general que temia a invasão argentina e pelo próprio Góes, articulador maior do Acordo Militar Brasil – EUA e supervisor da instituição nos seus primeiros anos.

As seções seguintes se concentraram no pensamento militar propriamente dito. Na segunda, buscamos analisar as teses do Capitão Mário Travassos e do General Góes Monteiro. Geralmente, os trabalhos dos dois autores, publicados no mesmo ano, são estudados em separado, com Travassos sendo objeto dos especialistas em geopolítica e Góes interessando aqueles que querem entender a ação política do exército. No nosso caso, dado nossa perspectiva baseada interestatal sistêmica, entendemos os dois autores como complementares. Por um lado, Góes propõe a tutela do Exército sobre o Estado, e a expansão do controle do Estado sobre sociedade ao mesmo tempo em que os interesses particulares devem ser purgados do seu interior. O sentido da atuação do Exército na política, por sua vez, deveria ser o de prepará-la para a guerra. O General chega a identificar uma queda da posição brasileira na América do Sul, mas é Travassos que mais claramente define quem seria o adversário nessa guerra. De acordo com a sua geopolítica, baseada na oposição entre as bacias do Amazonas e do Prata, nosso grande desafio seria a Argentina.

No terceiro capítulo, analisamos o pensamento do Brigadeiro Lysias Rodrigues, e verificamos que mesmo esse autor, associado à ala pró-americana e “liberal-democrática” das Forças Armadas, e escrevendo depois da queda do regime apoiado por Góes e Travassos, mantém a posição sobre a ameaça argentina e sobre a necessidade de centralização político-administrativa. Além disso, são essas as preocupações, e não a adesão ao ocidente e a democracia liberal, que motivam sua proposta de aliança com os EUA.

Finalmente, na última seção, buscamos analisar a chamada Doutrina de Segurança Nacional, elaborada na Escola Superior de Guerra a partir de 1950. Argumentamos que a visão geopolítica da Doutrina, apesar de incluir a disputa bipolar entre União Soviética e EUA, não abandona a preocupação anterior com as ameaças regionais e, de fato, de forma bastante pragmática, propõe o alinhamento com o Bloco Ocidental de modo a colocar o país em uma posição favorável diante do poder argentino e das ameaças de desagregação territorial. E, apesar da proposta de alinhamento, a Doutrina afirma que o Brasil teria que enfrentar tais ameaças com seus próprios recursos. Essa

possibilidade de um conflito interestatal regional sem auxílio externo, por sua vez, abre espaço para que as antigas concepções presentes na tradição de pensamento militar brasileiro, inclusive de origem germânica, como a Guerra Total, a ideia de um Estado organizado sem dissensos internos capaz de ser mobilizado inteiramente e coerentemente para o conflito, e a necessidade de industrialização autárquica, sejam incorporadas na Doutrina de Segurança Nacional. Todo esse quadro difere bastante da noção que coloca a dita doutrina como um pensamento originado nos EUA, baseado fundamentalmente na dicotomia Oriente – Ocidente, e que, tendo como sentido a defesa dos interesses externos e da burguesia associada local, adotou como central a visão de ameaça interna e a concepção de guerra insurrecional.

Em resumo, consideramos que o pensamento analisado nesse capítulo confirma as nossas duas principais hipóteses. Em primeiro lugar, ele articula uma visão de ameaça geopolítica, interna mas principalmente hispânica e argentina, a prescrições sobre a organização política interna, baseada no Estado orgânico, e para o desenvolvimento econômico, baseada na industrialização autárquica. Em segundo lugar, essas teses apresentam grande continuidade, em níveis variados de sofisticação e precisão, desde o pensamento de Mário Travassos e Góes Monteiro até a Doutrina de Segurança Nacional. Na dimensão econômica, inclusive, apesar de não ser muito abordada por Góes, Travassos ou Lysias, a Escola Superior de Guerra retoma e aprofunda os postulados da antiga Revista Defesa Nacional, pioneira nas propostas de instalação de uma indústria de base e de um parque industrial autônomo no país.

A seguir, na conclusão geral, iremos buscar analisar quais são as possíveis consequências da existência de uma tradição de pensamento contínua e abrangente por parte das Elites militares como constatado nos últimos dois capítulos para o debate e as pesquisas sobre o Estado Desenvolvimentista.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa dissertação foi encontrar alternativas possíveis de análise que tivessem o potencial de explicar as origens, a evolução e o término do desenvolvimentismo, ou do Estado desenvolvimentista, brasileiro. Para tanto, cumprimos três etapas.

No primeiro capítulo, inicialmente passamos em revista as explicações dominantes sobre o desenvolvimentismo brasileiro, que verificamos se basearem ou em variáveis econômicas ou no interesse de classe ou grupos sociais, sempre também dotados de objetivos econômicos. Em seguida, contrastamos essas opções na literatura brasileira com o entendimento da Economia Política Internacional sobre a construção nacional na Europa, fundamentada na preocupação constante das elites dirigentes com a guerra e a preparação para a guerra. Finalmente, na última parte do capítulo, apontamos algumas limitações de ordem prática das explicações brasileiros, que justificam a procura por versões alternativas. Tais versões, por sua vez, precisariam incorporar na análise tanto o papel das elites militares, ignorados pelas teorias nacionais, quanto a sua preocupação geopolítica, dimensão que os próprios especialistas na ação política das Forças Armadas não analisam. Com base nesses elementos, definimos então nossa hipótese de pesquisa, que se refere a existência de uma articulação, construída continuamente no período de análise, entre leitura de ameaça geopolítica de um lado e prescrições para as áreas que caracterizaram o “desenvolvimentismo”, ou seja, a política interna e a economia, de outro.

Na segundo capítulo, nosso objetivo foi estabelecer essa articulação para a primeira fase da tradição de pensamento militar, que se processou entre 1913, ano de fundação da Revista Defesa Nacional, e a Revolução de 1930. Para tanto, inicialmente abordamos a relação entre a evolução do exército e a disputa geopolítica no Prata entre o final do século XIX e início do XX, relação essa que, se caracterizando por uma inversão na balança de poder entre Brasil e Argentina, está diretamente relacionada ao início da tradição de pensamento militar analisada na pesquisa. Em seguida, procedemos a análise do

pensamento militar propriamente dito. Então, constatamos que a Revista Defesa Nacional articula uma leitura de ameaça geopolítica baseada nos regionalismos, no Imperialismo e, principalmente, na Argentina, com uma visão de Estado orgânico e tutelado pelas forças armadas e um projeto de industrialização autárquica, ambos derivados de sua concepção de guerra.

No terceiro capítulo, focamos a evolução do pensamento militar depois que as Forças Armadas chegaram ao núcleo decisório do Estado, e que coincide com o início do ciclo desenvolvimentista. Iniciamos o capítulo argumentando que a disputa geopolítica regional continuou permeando as preocupações dos estadistas e militares no Brasil, e, possivelmente, afetando decisivamente a sua política interna. Tais preocupações se refletiram no pensamento militar do período. Assim, a geopolítica de Mário Travassos é centrada na ameaça argentina, e se complementa com as teses autoritárias de Góes Monteiro para a organização do Estado, que se baseiam na necessidade de preparação para a guerra. Tanto a visão de ameaça geopolítica de Travassos quanto o autoritarismo de Góes sobrevivem à II Guerra e o advento do mundo bipolar, influenciando justamente um dos integrantes do campo mais pró-americano e “democrático” das Forças Armadas, o Brigadeiro Lysias Rodrigues. Finalmente, na última seção, defendemos que a Doutrina de Segurança Nacional absorve e desenvolve a preocupação elaborada desde as publicações da Defesa Nacional com a ameaça Argentina e o cerco hispânico, assim como as visões sobre o Estado orgânico e sobre a industrialização autárquica.

Esperamos ter assim demonstrado nessa dissertação que existiu no Brasil uma tradição de pensamento militar que, por suas várias características, abre caminho para uma nova abordagem sobre o Estado desenvolvimentista. Isso porque ela fornece uma alternativa possível a versão da industrialização como resultante da ação da classe dominante movida por interesses econômicos, ao permitir entender a ação das elites militares como resultado de preocupações geopolíticas. Mais especificamente, a visão militar sobre o fortalecimento do potencial e da industrialização autárquica pode ajudar a entender o ímpeto em torno da substituição de importações, e a sua preocupação com a mobilização e assim a necessidade de acesso pleno a

todos os recursos nacionais em caso de guerra se articula com o padrão de exclusão dos interesses segmentados no núcleo de decisões do Estado, que chegou ao seu nível máximo durante o regime militar. Nesse sentido, as elites militares e sua preocupação geopolítica podem ser os agentes responsáveis por, face à tendência de balcanização apresentada pelo Estado desenvolvimentista, manter ao longo do tempo um grau de coesão nos seus objetivos estratégicos.

Se as elites militares foram de fato o canal pelo qual a disputa geopolítica determinou, ou ao menos influenciou, a industrialização e a centralização de poder no Brasil, tal impacto se deu de forma diferente daquele retratado nas teses de EPI sobre a construção nacional na Europa. Isso porque as características do tabuleiro geopolítico em que o Brasil se inseriu durante a fase desenvolvimentista era diferente daqueles nos quais as Grandes Potências europeias se formaram. Aqui, a disputa geopolítica, além de ter também um caráter interno, associado aos regionalismos, não resultou em guerras constantes. Conseqüentemente, também foi reduzida a necessidade de negociação entre as elites dirigentes e os interesses sociais em torno dos recursos financeiros e humanos necessários para fazer a guerra. Na realidade, a doutrina militar brasileira se concentrou muito mais, como declarou diretamente o General Golbery do Couto e Silva, na preparação para a guerra, o que requeria os referidos mecanismos de fortalecimento e acesso ao potencial de combate, do que no conflito em si. Assim, ao invés da consolidação da identidade nacional como critério para a distribuição dos benefícios do Estado, e da instituição dos mecanismos liberais de representação, se observou aqui a disseminação da noção de “inimigo e guerra interna”, além da supressão das formas de representação democráticas, tidas como fragmentadores e obstáculos a mobilização e ao fortalecimento do potencial.

A revisão do pensamento militar apresentada nessa dissertação não pode, por si só, confirmar a centralidade das elites militares e suas preocupações geopolíticas dentro do Estado desenvolvimentista, muito menos a relação entre a disputa geopolítica e as características da construção nacional brasileira, como sugerimos acima. Todavia, ela nos indica algumas direções

para pesquisas futuras nesses temas. Em primeiro lugar, seria necessário um estudo mais aprofundado sobre as origens e a evolução do próprio pensamento militar, buscando diferenciar suas principais influências (por exemplo, a germânica e a americana), e seus veículos de elaboração e transmissão, como os periódicos militares editados no período desenvolvimentista e o ensino nas escolas militares, como a ECEME, que não analisamos nessa dissertação. Com isso, se reproduziria mais precisamente as relações de continuidades que detectamos.

Na pesquisa, também verificamos que um dos focos do pensamento militar se constituiu nas organizações que, segundo se propunha, deveriam preparar a Nação para a guerra, como o Conselho de Segurança Nacional e o Estado Maior das Forças Armadas. A análise da documentação desses órgãos, bem como daqueles propriamente militares, como os Estados Maiores das forças singulares, poderiam indicar, fora do âmbito público e acadêmico, a relação entre as leituras de ameaça geopolítica, as negociações internacionais e as opções de desenvolvimento econômico e organização política.

É possível que um esforço de pesquisa desse tipo pudesse comprovar a hipótese de que o Estado desenvolvimentista, ao contrário do que concluíram as grandes correntes explicativas estruturalista e marxista, não foi propriamente, por não ter conseguido romper a dependência com o capital estrangeiro ou com a concentração de renda, um fracasso. Na realidade, ele pode muito bem ter cumprido com seus objetivos, que parecem estar relacionados com a geopolítica regional. Nesse sentido, assim como o movimento dos “Jovens Turcos”, o próprio desenvolvimentismo brasileiro pode ter sido uma reação bem sucedida, como indica a inversão na balança de poder no Prata entre os anos 1960 e 1980¹⁶⁴, à deterioração prévia da nossa posição com relação aos nossos rivais diretos, dentre os quais se destacava, como dita o critério realista da proximidade, a Argentina. Em face ao perigo argentino, os demais, como o Imperialismo estadunidense e britânico, sempre foram vistos como ameaças, mas menores, e, antes, mas principalmente depois da Segunda Guerra, até mesmo como potenciais aliados dentro dos

¹⁶⁴ Ver MELLO, 2012.

conflitos sul-americanos. Para garantir tais alianças, e os demais objetivos estratégicos, a acolhida ao capital estrangeiro, a concentração de renda e mesmo a repressão interna podem ter sido apenas instrumentos.

Em outras palavras, o desenvolvimentismo brasileiro parece ter, na mesma medida em que frustrou as esperanças de estruturalistas e marxistas, seguido os conselhos dos Jovens Turcos e do General Golbery, colocando acima do bem-estar e dos motivos econômicos a segurança do Estado.

5. BIBLIOGRAFIA E FONTES.

BIBLIOGRAFIA:

ARRIGHI, Giovanni. A Ilusão do Desenvolvimento. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

_____.Adam Smith em Pequim. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARRUDA, Antônio de. A Escola Superior de Guerra: historia de sua doutrina, 2ª edição, São Paulo: GRD; Brasília, INL, 1983.

BOSCHI, Renato Raul & DINIZ, Eli. Empresariado Nacional e Estado no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

CAMPOS COELHO, Edmundo. Em Busca de Identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

COELHO, Edmundo Campos. Em Busca de Identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COMBLIN, Joseph. A Ideologia da Segurança Nacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COUTO E SILVA, Golbery. Conjuntura Política Nacional: O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.

_____. Planejamento Estratégico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

D'ARAUJO, Maria Celina & CASTRO, Celso (org.). Ernesto Geisel. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997.

DI PIETRO, Mario. Indústria de Transformação. Rio de Janeiro: ESG, 1955.

DORATIOTO, Francisco. A Política Platina do Barão do Rio Branco. Rev. bras. polít. int. vol.43 no.2 Brasília July/Dec. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000200006&script=sci_arttext. Acessado em: 05 – 08 – 2013.

_____. O Brasil no Mundo. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.) História do Brasil Nação: 1808-2010, vol 3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

ELIBIO JUNIOR, Antonio M. Rumo ao conflito? Brasil e Argentina no contexto da II Guerra Mundial. Artigo apresentado no III Encontro Nacional da ABRI, 2011.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica. São Paulo: Ed. Globo, 2005.

FIORI, José Luís. De Volta à Questão da Riqueza de Algumas Nações. In: FIORI, José Luis (Org.). Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

_____. Formação, Expansão e Limites do Poder Global. In: FIORI, José Luís (org.). O Poder Americano. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

_____. O Voo da Coruja. Para reler o desenvolvimentismo brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2013.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. Formação Econômica do Brasil. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.

GOES MONTEIRO, Pedro Aurélio. A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército. Rio de Janeiro, Adersen, s.d.

HONIG, Jan Willen. The Idea of Total War: From Clausewitz to Ludendorff. In.: The Pacific War as Total War: Proceedings of the 2011 International Forum on War History (Tokyo: National Institute for Defence Studies, 2012), pp. 29–41.

KENNEDY, Paul. Ascensão e Queda das Grandes Potências. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. Política e Interesses; as associações industriais, a política econômica e o Estado na industrialização brasileira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MANCUSO, W. P. . O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. Revista de Sociologia e Política, v. 28, p. 131, 2007

MANTEGA, Guido. A Economia Política Brasileira. São Paulo: Ed. Vozes, 1984.

MARINI, Ruy Mauro. Dialectica de la Dependencia. México, D.F: Ediciones Era S.A, 1986.

MARTINS FILHO, J. R. . A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia. Varia História (UFMG. Impresso), v. 28, p. 519-536, 2012.

----- . A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, p. 39-50, 2008.

MCCANN, Frank. Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889 – 1937. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2009.

MEIRA MATTOS, Carlos. Brasil, geopolítica e destino. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.

MELLO, L. I. A. . Argentina e Brasil: A Balança de Poder No Cone Sul. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2012. v. 1.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Brasil, Argentina e Estados Unidos. Conflito e Integração na América do Sul. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MORAES, João Quartim. A Esquerda Militar no Brasil: da coluna à comuna. São Paulo: Siciliano, 1991.

MURILO DE CARVALHO, José. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MURILO PINTO, Sérgio. A Doutrina Góes: Síntese do Pensamento Militar do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999;

RIZZO DE OLIVEIRA, Eliezer. Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964 – 1969). Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 1976.

RODRIGUES, Lysias. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947.

SARDENBERG, Idálio. A guerra total: estratégia no campo militar. Rio de Janeiro: ESG, 1954. 26p.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da burguesia brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à Revolução Brasileira. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.

STEPAN, Alfred. Os Militares e a Política. Princeton: Princeton University Press, 1971.

SUZIGAN, Wilson. Indústria Brasileira: Origens e Desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 2000.

TAVARES, Aurelio de Lyra. Segurança nacional: antagonismos e vulnerabilidades. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958

TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

TAVORA, Juarez. A segurança nacional: a política e a estratégia : conceituação e interrelações. Rio de Janeiro: ESG, 1953. [2], 18p

_____. Importância do potencial econômico na guerra moderna. Rio de Janeiro: ESG, 1952.

_____. Interpretação das aspirações e interesses nacionais do povo brasileiro: análise política. Rio de Janeiro: ESG, 1961. [4], 28p.

_____. Objetivos nacionais permanentes. Rio de Janeiro: ESG, 1954.

TILLY, Charles. Coerção, Capital e Estados Europeus. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

TRAVASSOS, Mario. Projeção Continental do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1938.

TREVISAN, Leonardo. O pensamento militar brasileiro. São Paulo: Global, Cadernos de Educação Política, 1985

WALLERSTEIN, Immanuel. A Revolução Francesa como Evento Mundo-histórico. In: WALLERSTEIN, Immanuel. Impensar a Ciência Social: Os Limites dos Paradigmas do Século XIX. Aparecida: Editora Ideias & Letras, 2006.

_____. The Modern World System IV: Centrist – Liberalism Triumphant. Berkley and Los Angeles: California University Press, 2011.

FONTES:

Edições da Revista Defesa Nacional, RDN (Disponíveis no Arquivo Histórico do Exército – Rio de Janeiro).

Artigos

Barros Barreto, M de, “Comunicações Electricas. Sua Missão Civilizadora no Brasil Seus Aspectos Industrial e Commercial”, RDN, Julho de 1927, v.14, n.163, pg. 68.

Fragoso, Tasso. “O Serviço Militar Obrigatório”, RDN, Setembro de 1914, v.1, n.12, pg. 376.

Klinger, Bertholdo. "Organização divisionária... e 18000 homens". RDN, Fevereiro de 1915, v.2, n.17, Pg. 134.

Lobato, J. "A Situação Brasileira no Rio Paraguay", RDN, Agosto de 1927, v.14, n.164, pg. 58.

Magalhães, J.B. "A Propósito da Situação Militar: O Espírito da Reforma", RDN, Fevereiro de 1927, v.14, n.158, pg. 47.

_____. "Meditações em torno da política militar Latino-americana", RDN, Janeiro de 1929 v.16, n.181, p. 7.

Magalhães, J.B. "À Fraternidade Americana", RDN, Outubro de 1926, v.13, n.154, p. 283.

Nipce da Silva, "A Visão Estratégica para o Sul do Brasil". RDN, Setembro de 1919, v.6, n.73, pg. 46.

Pamphiro, Arthur J, "A Industria Militar" RDN, Março de 1923, v.10, n.113, pg. 552.

Paula Cidade, F. "Exercitos Estadoaes". RDN, Janeiro de 1914, v.1, n.4, p. 111.

Saboia B. de Mello, F "O que é e como se faz um plano de guerra"; RDN, Fevereiro de 1929, v.16, n.182, p. 54.

Travassos, Mario. "A Doutrina da Cooperação Militar Naval e o Caso Brasileiro", RDN, Maio e Junho de 1926, v.13, n.149-150, p. 119.

Vasconcellos, Genseric. "A Significação Estratégica da Política Ferro-viaria argentina e de suas linhas fluviais", RDN, Março de 1927, v.14, n.159, pg. 79.

_____. "A supremacia aérea dos argentinos", RDN, Março de 1927, v.14, n.159, pg. 97.

Editoriais, edições completas e artigos de autor indefinido

“Um só ideal – Frente única!”, RDN, Agosto de 1926, Editorial, v.13, n.152, pg. 197.

“A Indústria Nacional do Aço”, RDN, Maio de 1917, Editorial, v.4, n.44, p. 251.

“A Instituição do Patriotismo”, RDN, Janeiro de 1914, v.1, n.4 p. 113.

“A Nova Organização do Exército”, RDN, Janeiro e Fevereiro de 1922. Editorial, v.9, n.103 , v.13, n.153 pg. 193.

“A Organização da Defesa Nacional”, RDN, Setembro de 1926, Editorial, v.13, n.153, pg. 237.

“A Organização do Exército Oriental”, RDN, Novembro de 1917, v.5, n.50, pg. 39.

“A Organização Nacional”, RDN, Agosto de 1923, Editorial, v.10, n.118, p. 717.

“A Organização Nacional”, RDN, Março de 1916, Editorial, v.3, n.30, pg. 177

“A Reorganização da Nossa Indústria Militar: O Quadro Technico e a Mobilisação Industrial” RDN, Abril de 1921, Editorial, v.8, n.94, p. 315.

“A Revisão dos regulamentos de instrucção. – Harmonia de vistas da M.M.F. com o nosso E.M.E. – A consequente “revisão” radical as nossas fabricas de munições ou... uma clausula especial no tratado da LIGA DAS NAÇÕES.” RDN, Abril de 1920, Editorial, v.7, n.81 , p. 285.

“A Transformação da Indústria Civil em Indústria de Guerra”. RDN, Abril de 1921, v.8, n.94.

“Acima de tudo devemos ser brasileiros”, RDN, Julho de 1916, Editorial, v.3, n.34, p. 274.

“As Escolas da M.M.F. – Complementos absolutamente necessarios. – Tacto e tento”, RDN, Maio de 1920, v.7, n.82, Editorial.

“Enquanto é tempo”, RDN, Junho de 1917, Editorial, v.4, n.45, pg. 281.

“Fabrica do Realengo”. RDN, Junho de 1914, v.1, n.9 .

“Ideias sobre a organização militar argentina”, RDN, Maio e Junho de 1926, v.13, n.149-150, pg. 123.

“Lembra-vos da Guerra”, RDN, Janeiro de 1927, Editorial, v.14, n.157, pg. 45.

“Necessidades Industriais da Defesa Nacional” & “A Chimica – Nova Arma de Guerra”, RDN, Abril de 1923, v.10, n.114.

“Necessidades Industriais da Defesa Nacional”, RDN, Abril de 1923 v.10, n.114 pg. 669.

“Notas sobre a indústria do aço”, RDN, Julho de 1917, v.4, n.46, pg. 317.

“O Conselho de Defesa Nacional”, RDN, Outubro de 1926, Editorial, v.13, n.154, pg. 277.

“O Problema da Munição e do Material Bellico na Proxima Guerra.” RDN, Junho de 1917, v.4, n.45, pg. 302.

“O Problema dos Vencimentos”, RDN, Setembro de 1919, Editorial, v.6, n.73, pg. 2-3.

“O que fizemos – O que nos resta fazer.” RDN, Maio e Junho de 1926, Editorial, v.13, n.149-150, pg. 105.

“Os Preparativos Militares da Argentina”, RDN, Maio e Junho de 1927 v.14, n.161-162. .

“Paraízo da Neutralidade”, RDN, Julho de 1915, Editorial, v.2, n.22, p. 303.

“Pátria Livre”, RDN, Janeiro de 1917, Editorial, v.4, n.40, p. 114.

“Paz!”, RDN, Junho de 1919. Editorial, v.6, n.69, p. 342.

“Pelo porvir e para os vindouros”, RDN, Julho de 1917, Editorial, v.4, n.46, p. 314.

“Precisamos ser fortes. A Prova de 1922”, RDN, Outubro de 1920, Editorial, v.8, n.87-88, p. 63.

“Serviços de Estradas de Ferro”, RDN, Agosto de 1917, Editorial, v.4, n.47, p. 351.

“Sobre o Livro ‘A Argentina Militar e Naval’ de Genserico Vasconcellos”, RDN Setembro de 1916, v.3, n.36 pg. 387.

“Tudo nos une, nada nos separa”, RDN, Agosto de 1916, Editorial, v.3, n.35, p. 337.

“Uma indústria bem nacional e bem militar”, RDN, Julho e Agosto de 1922, v.9, n.107 pg. 394.

“Uma lição da experiência”, RDN, Abril e Maio de 1922, Editorial, v.9, n.105, p. 258.

“Officiaes de Reserva”, RDN, Maio de 1921, Editorial, v.8, n.95, pg. 352.

RDN, Dezembro de 1914, Editorial, v.2, n.15.

RDN, Editorial, Janeiro de 1920, . v.7, n.78.

RDN, Fevereiro de 1929, Editorial, v.16, n.181.

RDN, Julho de 1917, v.4, n.46.

RDN, Julho e Agosto de 1925, v.12, n.139.

RDN, Novembro de 1913, v.1, n.2.

RDN, Novembro de 1916, v.4, n.38.

RDN, Outubro de 1913, v.1, n.1. pg. 13.

RDN, Setembro de 1915, Editorial, v.2, n.24, pg. 366;